

Cláudia Santos Pires de Moraes

**Estudo Orgânico-Funcional e Tratamento
Arquivístico dos Concursos para Obtenção
do Diploma de Arquiteto realizados na
Escola de Belas Artes do Porto: utilização
do software ICA-AToM**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Ciência da Informação, orientada
pela Professora Doutora Fernanda Ribeiro

Faculdade de Engenharia e Faculdade de Letras

Universidade do Porto

Julho de 2013

Estudo Orgânico-Funcional e Tratamento Arquivístico dos Concursos para Obtenção do Diploma de Arquiteto realizados na Escola de Belas Artes do Porto: utilização do software ICA-AToM

Cláudia Santos Pires de Moraes

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Ciência da Informação, orientada
pela Professora Doutora Fernanda Ribeiro

Membros do Júri

Professor Doutor António Manuel Lucas Soares, Faculdade de Engenharia da
Universidade do Porto

Professor Doutor Carlos Guardado da Silva, Professor Auxiliar Convidado da
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Professora Doutora Cândida Fernanda Antunes Ribeiro, Professora Associada da
Faculdade de Letras da Universidade do Porto;

Dedico este trabalho ao meu tio Fernando, pelo seu grande exemplo de coragem e determinação, por me inspirar a enfrentar qualquer adversidade e por me ensinar a nunca desistir!

Agradecimentos

Na elaboração deste trabalho foram vários os que contribuíram para que fosse possível atingir o fim desta dissertação e, por isso, não poderia deixar de expressar o mais profundo agradecimento a todos eles.

À Professora Doutora Fernanda Ribeiro, a quem dirijo uma palavra de apreço e sincero agradecimento, por toda a disponibilidade e orientação prestada.

Aos responsáveis pelo Centro de Documentação de Urbanismo e Arquitetura da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, em especial à Dr. Teresa Godinho, pela paciência e acompanhamento constante, pelo enorme interesse e disposição em colaborar.

A todos os investigadores entrevistados, pela disponibilidade e grande contributo nesta investigação, sem eles não seria possível a sua realização.

Aos meus Pais e ao meu irmão, pelo estímulo e amor incondicional.

Ao meu tio Fernando e à minha tia Xana, pela inspiração que me deram para enfrentar todas as adversidades com força e determinação.

Ao meu tio José Carlos e à minha madrinha Carina, pela constante motivação e apoio.

Aos meus amigos mais verdadeiros e leais, Maria e Sebastião, que nunca me privaram de mimos e que estiveram sempre do meu lado.

Por último, mas não menos importante, ao meu namorado Renato, pelo apoio incondicional em todos os momentos e pela paciência por todas as privações de tempo e disponibilidade que este trabalho exigiu.

Os meus sinceros agradecimentos a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para o sucesso deste trabalho.

Resumo

A presente dissertação foi elaborada no âmbito do Mestrado em Ciência da Informação das Faculdades de Engenharia e de Letras da Universidade do Porto e teve como principal objetivo o estudo e tratamento arquivístico, com vista à criação de instrumentos de acesso à informação, do acervo relativo aos Concursos para a Obtenção do Diploma de Arquiteto (CODA), realizados na Escola de Belas Artes do Porto (EBAP) e conservados no Centro de Documentação da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Porto (CDUA).

Com o intuito de dar suporte teórico ao desenvolvimento do trabalho, foi feita uma breve panorâmica da evolução da Arquivística e foi analisado o conhecimento produzido em pesquisas prévias sobre a aplicação de técnicas e metodologias arquivísticas no tratamento de arquivos da área de arquitetura.

De seguida, realizou-se a análise orgânico-funcional da Escola de Belas Artes do Porto, enquanto entidade produtora da série documental estudada, tendo em vista a contextualização da documentação e o tratamento rigoroso da mesma numa fase posterior.

Através da realização de um estudo de utilizadores, foi possível ter uma visão ampla dos problemas e tendências dos investigadores na consulta de informação da área de Arquitetura. Recorrendo à análise dos dados de entrevistas feitas a investigadores dos CODA, foi reunido um conjunto de elementos que permitiu estudar o comportamento informacional dos mesmos, possibilitando assim tomar melhores decisões sobre o tratamento técnico dos CODA e identificar os elementos informativos passíveis de serem considerados como pontos de acesso à informação.

Posteriormente, foi levado a cabo o tratamento arquivístico, que abrangeu um conjunto de procedimentos técnicos sobre a documentação: análise, identificação, ordenação, descrição arquivística, higienização e instalação dos documentos.

Por último, foi feita uma breve caracterização dos instrumentos de acesso e foram explicadas as etapas do processo de produção dos mesmos, tendo em vista o controlo

da documentação e a viabilização da gestão e acesso à informação no CDUA.

Palavras-chave: arquivo de arquitetura, estudo orgânico-funcional, Escola de Belas Artes do Porto, estudo de utilizadores, instrumento de acesso à informação, vocabulário controlado, ICA-ATOM

Abstract

This dissertation has been written in the scope of the master's degree of Information Science from the Faculty of Engineering and Faculty of Arts of University of Porto. The main objective of this dissertation is the study and archival treatment, in order to create finding aids, of a collection of Contests for obtaining the Architect Diploma (CODA) that were produced in the Fine Arts School of Porto and stored in the documentation centre of Faculty of Architecture of University of Porto.

With the intention of giving theoretical support to the thesis' development, was made a brief overview of the Archivistics' evolution and an analysis of the knowledge obtained in previous studies devoted to the application of archival techniques and methodologies in the treatment of Architecture archives.

Afterwards, it was accomplished an organic and functional analysis of the Fine Arts School of Porto, as a producer of the analyzed documents, aiming to contextualize the information and to do its rigorous treatment.

Through an users' study, an ample vision of the researcher's problems and tendencies in consulting information in the Architecture area was possible. Focusing in the data selected from the interviews made to CODA researchers and analyzing them, it was collected a set of elements that allowed to study the information behavior of the reserachers, enabling better decisions in terms of the archival treatment of the CODA and identifying the informational elements susceptible of being considered as information access points.

Afterwards, the archival treatment was carried, which covered several technical procedures on the documentation: analysis, identification, ordering, archival description and document accomodation.

Finally the access tools were characterized and the process of their production has been explained in order to better control the documentation and the viability of the management and access to information in the Documentation Centre (CDUA).

Keywords: architecture archive, organic and functional study, Escola de Belas Artes do Porto, users' study, finding aid, ICA-ATOM, controlled vocabulary

Índice de Figuras

Figura 1: Estrutura Orgânico-Funcional da EBAP, em 1911	31
Figura 2: Estrutura Orgânico-Funcional da EBAP, em 1918	32
Figura 3: Estrutura Orgânico-Funcional da EBAP, em 1932	34
Figura 4: Estrutura Orgânico-Funcional da EBAP, em 1957	36
Figura 5: Instalações do CDUA da FAUP	39
Figura 6: Acondicionamento da documentação do CDUA	40
Figura 7: Filemaker Pro.....	41
Figura 8: Requisitos do ICA-ATOM	45
Figura 9: Exemplo de Registo de Autoridade.....	65
Figura 10: Zona de identificação ao nível do documento simples/item	69
Figura 11: Área de Contextualização.....	70
Figura 12: Zona de condições de acesso e utilização	72
Figura 13: Zona do Controlo da Descrição	73
Figura 14: Exemplos de ferragens removidas dos documentos	74
Figura 15: Armários de metal destinados ao armazenamento das peças desenhadas....	76
Figura 16: Antes e depois do acondicionamento das peças escritas dos CODA.....	76
Figura 17: Estabelecimento dos pontos de acesso no ICA-ATOM	86
Figura 18: Pesquisa avançada no ICA-AToM.....	86
Figura 19: Taxonomias no ICA-AToM.....	87

Índice de Tabelas

Tabela 1: Zonas de descrição da ISAD(G)/ICA-AToM preenchidas nos níveis de descrição identificados	67
Tabela 2: Tipos de instrumentos de acesso à informação de acordo com os níveis de descrição	81

Lista de abreviaturas e siglas

CDUA – Centro de Documentação de Urbanismo e Arquitetura

CODA – Concurso para obtenção do diploma de arquiteto

EBAP – Escola de Belas Artes do Porto

ESBAP – Escola Superior de Belas Artes do Porto

FAUP – Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

ICA – International Council on Archives

ICA-ATOM - International Council on Archives-Access to Memory

Glossário

Este glossário foi elaborado com a finalidade de familiarizar os leitores da presente dissertação com termos técnicos utilizados ao longo da mesma. As definições aqui reunidas são todas elas apresentadas no corpo da dissertação, sendo devidamente enunciadas, caso a caso, as fontes de onde foram retiradas.

Arquivística: ramo ou disciplina aplicada da Ciência da Informação que incide sobre a produção, organização, fluxo, recuperação, uso, armazenamento e preservação da informação de diferentes tipos.

Avaliação de documentos: processo através do qual se determina o valor arquivístico dos documentos de arquivo, com vista à fixação do seu destino final: conservação permanente ou eliminação.

Browser: software que permite que os utilizadores interajam com páginas web que se encontram alojadas em servidores WEB.

Catálogo: é um instrumento que descreve o conteúdo de cada uma das unidades arquivísticas, que integra uma secção pertencente a um fundo.

Coleção: Conjunto de documentos reunidos em função de uma característica comum, independentemente da sua proveniência; difere de fundo.

Descrição arquivística (em inglês, *archival description*): A elaboração de uma representação exata de uma unidade de descrição e das partes que a compõem, caso existam, através da recolha, análise, organização e registo de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar a documentação de arquivo, assim como o contexto e o sistema de arquivo que a produziu. Este termo também se aplica ao resultado desse processo.

Documento: Informação registada num suporte, independentemente das características deste.

Fundo: Conjunto de documentos de arquivo, independentemente da sua forma ou suporte, organicamente produzido e/ou acumulado e utilizado por uma pessoa

singular, família ou pessoa coletiva, no decurso das suas atividades e funções.

Guia: é um instrumento de acesso que fornece informações gerais sobre a criação e o conteúdo de um arquivo, com o objetivo de orientar e ajudar a procura de informação, em termos muito gerais e sem descer aos detalhes.

HTTP (Hypertext Transfer *Protocol*): é um protocolo de comunicação utilizado para sistemas de informação de hipermídia, distribuídos e colaborativos; é a base para a comunicação de dados da *World Wide Web*.

ICA-AtoM: *software open source* para descrição arquivística baseado nos padrões estipulados pelo Conselho Internacional de Arquivos, ou seja, com base nas normas internacionais (ISAD (G); ISAAR (CPF); ISDIAH; ISDF).

Indexação: é uma operação que consiste em descrever e caracterizar um documento, com a ajuda da representação dos conceitos nele contidos.

Instrumentos de acesso à informação: instrumento de descrição ou de referência produzido para estabelecer controlo físico e/ou controlo intelectual sobre os documentos de arquivo com o objetivo de fornecer informações acerca de um arquivo e dos seus documentos, a fim de torná-los disponíveis/ acessíveis.

Inventário: instrumento de acesso à informação que reflete, a partir das séries documentais, a estrutura, a natureza orgânica, as funções e as atividades da instituição que reúne a documentação, servindo como uma ferramenta de controlo e, simultaneamente, de auxílio na consulta de informação.

Linguagem documental: linguagem artificial, convencional e controlada, utilizada para descrever o conteúdo dos documentos, tendo em vista a sua recuperação.

Nível de descrição: Posição de uma unidade de descrição na hierarquia de um fundo.

Pontos de acesso: Nome, termo, palavra-chave, expressão ou código que pode ser utilizado para pesquisar, identificar e localizar uma descrição arquivística.

Princípio da ordem original: Princípio segundo o qual os arquivos de uma mesma proveniência devem conservar a organização estabelecida pela entidade produtora, a

fim de se preservar as relações entre os documentos como testemunho do funcionamento daquela entidade.

Princípio da Proveniência: princípio que estabelece que os arquivos produzidos por uma entidade ou pessoa não devem ser confundidos/misturados com arquivos produzidos por outras entidades/pessoas, mantendo assim a sua individualidade.

Registo de autoridade: A forma autorizada do nome de uma entidade combinada com outros elementos de informação que identificam e descrevem essa entidade, podendo remeter para outros registos de autoridade relacionados.

Relações de associação: relações entre termos que se associam mentalmente a outros, por existir entre eles uma relação de qualquer tipo de proximidade.

Relações de equivalência: são as relações entre termos sinónimos ou nomes para o mesmo conceito.

Relações hierárquicas: relações entre dois termos diferentes, que possuem características idênticas, porém, um deles é dotado de uma característica a mais, que o coloca em um estágio superior ao outro, ou seja, relações entre o conceito mais amplo ou extenso e o mais restrito ou intenso.

Série: Conjunto de documentos conservados como uma unidade, por resultarem de um mesmo processo de acumulação, do exercício de uma mesma atividade, por terem uma tipologia particular, ou devido a qualquer outro tipo de relação resultante do processo de produção, receção ou utilização.

Tratamento arquivístico: conjunto de procedimentos técnicos sobre a documentação: análise, identificação, ordenação, a descrição, higienização e instalação dos documentos de um arquivo com vista à difusão e acesso à documentação/informação.

Unidade de descrição: Documento ou conjunto de documentos, sob qualquer forma física, tratado como um todo e que, como tal, serve de base a uma descrição singular.

Vocabulário controlado vocabulário que consiste numa lista prescrita de termos, cada um tendo um significado atribuído e com relações entre si.

Sumário

Índice de Figuras	XIII
Índice de Tabelas.....	XV
Lista de abreviaturas e siglas.....	XVII
Glossário	XIX
Introdução	1
1.1. Caraterização do objeto de estudo	2
1.2. Objetivos e resultados esperados.....	2
1.3. Estrutura da dissertação	3
1. Enquadramento teórico-metodológico: revisão da literatura e estado da arte	7
1.1. Breve panorâmica da evolução da Arquivística	7
1.1.1. A Revolução Francesa e o nascimento da Arquivística como disciplina....	8
1.1.2. A mudança de paradigma: do paradigma histórico-tecnicista ao paradigma científico-informacional	13
1.2. Documentos e Arquivos de Arquitetura	16
1.2.1. Especificidade da documentação arquitetónica.....	17
1.2.2. A Aplicação dos princípios arquivísticos na organização dos Arquivos de Arquitetura.....	18
1.2.3. Avaliação dos documentos arquitetónicos	21
2. Metodologia.....	25
3. O Caso de estudo	29
3.1. Entidade Produtora: Análise orgânico-funcional da Escola de Belas Artes do Porto	29
3.2. Entidade detentora: o Centro de Documentação de Urbanismo e Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.....	39

3.2.1.	Sistema de Informação existente	41
3.2.2.	A documentação alvo de tratamento arquivístico: os CODA	42
3.2.3.	A adoção de um novo sistema de informação: o ICA-AToM.....	43
4.	A Recolha e Tratamento dos dados.....	47
4.1.	Estudos de Utilizadores	47
4.2.	Técnica de recolha de dados: a entrevista	48
4.3.	A amostra.....	49
4.4.	Resultados.....	50
4.4.1.	Comportamento e Necessidades Informacionais dos utilizadores	50
4.4.2.	Perceção do conhecimento e da satisfação dos utilizadores	54
4.4.3.	Pontos de Acesso à Informação.....	59
5.	Tratamento Arquivístico	63
5.1.	Descrição Arquivística: a utilização do ICA-AToM	63
5.1.1.	Identificação dos níveis de descrição	64
5.1.2.	Criação dos registos de autoridade arquivística: a investigação da história administrativa e biográfica dos autores	64
5.1.3.	Zonas da descrição arquivística.....	66
5.2.	Higienização e restauro	73
6.	Instrumentos de Acesso à Informação.....	79
6.1.	Caracterização dos instrumentos de acesso à informação	79
6.2.	A construção de instrumentos de acesso	83
6.2.1.	Indexação	84
6.2.2.	Estabelecimento dos Pontos de Acesso no ICA-AToM	85
6.2.3.	O uso do Vocabulário Controlado	87
	Conclusões e perspetivas de desenvolvimento.....	91

Referências bibliográficas	95
Anexos	103
Anexo 1: Guião da Entrevista.....	105
Anexo 2: Descrição arquivística.....	108
Fundo Escola de Belas Artes do Porto (EBAP)	108
Secção Curso de Arquitectura (CA)	109
Série: CODA	110
Documento Simples	111
Anexo 3: Listas de Autoridade.....	113
- Lista de Autoridade: Assuntos	113
- Lista de Autoridade: Locais	124

1. Introdução

A presente dissertação baseia-se no estudo e tratamento de uma série documental¹ produzida em resultado de atividades do curso de Arquitetura. Este projeto visa o estudo e tratamento arquivístico dos Concursos para a Obtenção do Diploma de Arquiteto (CODA) realizados na Escola de Belas Artes do Porto (EBAP) e conservados atualmente no Centro de Documentação de Urbanismo e Arquitetura (CDUA) da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Porto (FAUP).

O CDUA da FAUP tem como missão desenvolver ações: *i) na recolha, aquisição e depósito de materiais de valor patrimonial, histórico, artístico ou documental relativos à arquitectura e urbanismo português e portuense; ii) no registo, preservação, investigação e difusão de documentação de valor patrimonial, histórico ou artístico da Faculdade; iii) na promoção de eventos de extensão cultural.*²

O CDUA é um Arquivo especializado, sendo que o controlo da informação é operado nas instalações do próprio CDUA. Este arquivo apresenta características muito particulares devido à especificidade própria dos documentos de Arquitetura (especialmente a documentação gráfica).

A documentação que se encontra no CDUA da FAUP “*constitui-se como coleção/arquivo de desenhos/processos autorais importante para o estudo da Arquitetura Portuguesa e Portuense*”: trabalhos elaborados durante o período de aprendizagem e formação de arquitetos (tais como trabalhos de CODA, Relatórios de Estágio, Seminários de Pré-profissionalização e trabalhos escolares), arquivos profissionais e setoriais de vários arquitetos, documentação de projetos, modelos de obras de arquitetura, fotografias, documentação referente ao Curso de Arquitetura da

¹ “Conjunto de documentos (...) conservados como uma unidade, por resultarem de um mesmo processo de acumulação, do exercício de uma mesma atividade, por terem uma tipologia particular, ou devido a qualquer outro tipo de relação resultante do processo de produção, receção ou utilização” In CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – ISAD (G): Norma Geral internacional de descrição arquivística. [Em linha]. 2.^a ed. Lisboa: IANTT, 2002. [Consult. 01 Out. 2012]. Disponível em WWW: <URL:http://dgarq.gov.pt/files/2008/09/isadg_pt.pdf>.

² Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto - Centro de Documentação» [Em linha]. s.d. [Consult. 01 Dez. 2012]. Disponível em WWW: <URL:http://sigarra.up.pt/faup/pt/uni_geral.unidade_view?pv_unidade=95>.

Escola Superior de Belas Artes (ESBAP), entre outros. A maioria desta documentação foi transferida da ESBAP para o Museu criado “para registo, preservação e investigação do património artístico da Escola”. Em 1996, o Museu foi extinto e o CDUA passou a englobar todo o seu património.

1.1.Caraterização do objeto de estudo

Os CODA constituíam a prova final dos Cursos de Arquitetura da EBAP até à Reforma de 1957. Essa Reforma passou a instituir os Relatórios de Estágio como trabalho de fim de curso. Contudo, apesar da entrada em vigor da nova legislação, os CODA continuaram a ser realizados uma vez que havia alunos que apresentavam os seus CODA muito depois de terem terminado a parte curricular do curso de Arquitetura (antes e nos primeiros anos da aplicação da Reforma).

Relativamente à sua constituição, os trabalhos CODA são compostos por documentação textual, desenhada e fotográfica. Este tipo de trabalho consiste num processo dividido em 2 partes: a parte escrita e a parte desenhada. A parte escrita reúne documentos tais como a memória descritiva e justificativa, o programa, cadernos de encargos, cartas, mapas de acabamentos e orçamentos. Relativamente às peças desenhadas, cada projeto pode ter um número variável de desenhos de projeto e, por vezes, também se verifica a existência de fotografias de maquete ou de obra.

No CDUA da FAUP, encontram-se 369 trabalhos CODA realizados na EBAP/ESBAP entre o período de 1935 a 1979.³

Dada a extensão do acervo documental e a impossibilidade de tratar arquivisticamente um grande número de documentos, a dissertação vai incidir apenas sobre os CODA realizados na EBAP, num total de 180.

1.2. Objetivos e resultados esperados

Os principais objetivos da dissertação são: analisar o contexto orgânico de produção da informação; fazer o recenseamento e descrição da documentação,

³ Distribuem-se no tempo da seguinte forma: anos 1930-1939: 2; 1940-1949: 92; 1950-1959: 118; 1960-1969: 114.

utilizando a aplicação ICA-ATOM⁴; identificar elementos informativos pertinentes e, em conformidade, criar instrumentos de acesso à informação para providenciar uma recuperação eficaz da mesma; estudar a informação relacionada com os CODA e apresentar um modelo para estabelecimento das relações informacionais identificadas.

O tratamento arquivístico dos CODA permitirá conhecer o contexto, o conteúdo e os intervenientes que estiveram na base da produção da documentação, possibilitando assim a obtenção de informações pertinentes relativamente à contextualização dos documentos; possibilitará, também, um conhecimento mais aprofundado da documentação em questão, tornando-a assim mais compreensível. Por outro lado, a criação de instrumentos de acesso promoverá uma recuperação mais eficaz da informação, reduzindo o tempo de procura e localização da informação e consequentemente a melhoria dos serviços prestados pelo CDUA da FAUP ao responder eficazmente às necessidades dos utilizadores.

Assim sendo, da realização da presente dissertação, decorrem benefícios tanto para a entidade acolhedora como para o investigador: além de possibilitar a aplicação prática dos conhecimentos teóricos da área da Arquivística adquiridos ao longo de todo o percurso académico, auxilia o CDUA no desenvolvimento da sua missão institucional de *“registo, preservação, investigação e difusão de documentação de valor patrimonial”*.

1.3. Estrutura da dissertação

Esta dissertação encontra-se dividida em sete partes, estruturadas com a seguinte sequência lógica: a primeira parte é a Introdução e destina-se a enunciar a apresentação da instituição acolhedora, os objetivos e resultados esperados do projeto bem como a estrutura da dissertação.

No primeiro capítulo da dissertação denominado “Enquadramento teórico-metodológico: revisão da literatura e estado da arte” é dada uma breve panorâmica da

⁴ ICA-AtoM é um software *open source* para descrição arquivística baseado nos padrões estipulados pelo Conselho Internacional de Arquivos., ou seja, com base nas normas internacionais (ISAD (G); ISAAR (CPF); ISDIAH; ISDF).

evolução da arquivística desde a origem dos primeiros arquivos até aos dias de hoje, salientando os efeitos que a Revolução Francesa causaram na evolução da conceção e administração de instituições arquivísticas e apresentando uma pequena reflexão sobre a situação atual da arquivística bem como sobre a mudança de paradigma em curso. É também abordada a temática de arquivos especializados na área da arquitetura, sendo analisado o conhecimento produzido em pesquisas prévias sobre a aplicação de técnicas e metodologias arquivísticas no tratamento de arquivos desta área e discutida a aplicação dos princípios arquivísticos neste tipo de arquivos.

A metodologia constitui o capítulo 2 e resume-se à explicação do método de investigação adotado: o método quadripolar.

O capítulo 3 – Caso de Estudo – encontra-se dividido em dois subcapítulos: o primeiro – Análise orgânico-funcional - constitui a análise da evolução da história administrativa e organizacional bem como do enquadramento legal da Escola de Belas Artes do Porto (enquanto entidade produtora). Este subcapítulo abrange o estudo de legislação, regulamentos e diplomas legais da EBAP desde 1911, data em que a Escola de Belas-Artes passa a organismo autónomo, até 1957, ano em que se regulamenta a reforma de 1950 que impôs a reforma do ensino artístico. O segundo subcapítulo – o Centro de Documentação de Arquitetura e Urbanismo da FAUP - resume-se à caracterização do CDUA em vários aspetos: a sua criação, os seus objetivos, a documentação custodiada, o sistema de informação existente e uma breve descrição do sistema selecionado – o ICA-ATOM – para o tratamento arquivístico dos CODA.

De seguida, apresenta-se o capítulo 4: Recolha e Tratamento dos dados, onde são examinados os dados das entrevistas feitas a investigadores de CODA.

O quarto capítulo - Tratamento Arquivístico – destina-se a relatar o tratamento arquivístico dos CODA, abordando os procedimentos técnicos direcionados a analisar, identificar, organizar e descrever os documentos: descrição arquivística através do ICA-ATOM, higienização e restauro, acondicionamento e ordenação.

De seguida, apresenta-se o quinto e último capítulo – Instrumentos de Acesso – que se encontra dividido em duas partes: a primeira parte, com uma componente mais teórica, apresenta uma breve caracterização dos instrumentos de acesso e a segunda

parte, destina-se a relatar uma das componentes práticas e técnica do projeto, identificando rigorosamente os elementos informativos que caracterizam a documentação e apresentando os pontos de acesso estabelecidos bem como as etapas do processo de produção dos instrumentos de acesso.

Por último, na última parte da dissertação - a Conclusão - apresentam-se as considerações finais, analisam-se os resultados conseguidos e apontam-se perspectivas de trabalho futuro.

1. Enquadramento teórico-metodológico: revisão da literatura e estado da arte

1.1. Breve panorâmica da evolução da Arquivística

A necessidade de recolha, tratamento e uso da informação produzida e materializada em documentos conduziu ao aparecimento e difusão da escrita bem como à evolução das formas de comunicação da informação e dos suportes que lhes estão associados. Desde que surgiram os primeiros registos informacionais, o Homem sentiu a necessidade de preservar o conhecimento para a posteridade. O aparecimento da escrita e a necessidade de conservar os registos produzidos para mais tarde recuperá-los e utilizá-los conduziu ao nascimento natural dos arquivos.

Os primeiros arquivos remontam ao IV milénio a. C⁵ e alguns dos pressupostos modernos da arquivística já estavam patentes nesses arquivos das civilizações pré-clássicas. Estes não eram concebidos como simples depósitos de informação, mas dispunham já de estrutura orgânica coerente e regras de controlo eficazes. O descobrimento de léxicos e catálogos descritivos comprovou o alto nível de organização da informação. Contudo, foi apenas durante a transição do Mundo Antigo para a Idade Média que o termo *arquivo* se tornou mais vulgar e se consolidou. Com o advento da Idade Média, os arquivos passam a ser considerados espaços onde se guardam documentos de valor⁶.

A evolução dos arquivos progride na transição para a Idade Moderna. É neste período que surgem os primeiros arquivos de Estado. Até à Idade Moderna, os arquivos eram de uso predominantemente jurídico-administrativo, constituindo um elemento imprescindível para os governantes. O Arquivo Geral de Simancas, em Espanha, é considerado o primeiro exemplo de um Arquivo de Estado. A centralização de documentos conduziu a ajustamentos metodológicos e, no século XVII, começaram a

⁵ REIS, Luís – O arquivo e a arquivística: evolução histórica. *Biblios*. Vol. 7, nº 24, 2006, p 1-2.

⁶ *Ibidem*, p. 1-2

aparecer manuais e normas escritas que regulavam a prática arquivística, o que contribuiu para a organização do saber nesta área de trabalho.⁷

Desde a origem dos primeiros arquivos, a prática arquivística foi evoluindo e tornando-se mais complexa ao longo do tempo, tendo ocorrido alterações significativas, não só pela mudança dos conceitos relacionados com a Informação, a sua forma de a disseminar e preservar, mas também com a alteração das necessidades dos produtores e utilizadores da informação arquivística.

A arquivística moderna enquanto disciplina, que trata dos aspetos teóricos e práticos dos arquivos é relativamente recente, consolidando-se na sequência da Revolução Francesa, em finais do século XVIII⁸.

Segundo o *Dicionário Eletrónico de Terminologia em Ciência da Informação*, a Arquivística moderna é um “*ramo ou disciplina aplicada da Ciência da Informação que incide sobre a produção, organização, fluxo, recuperação e uso, armazenamento e preservação da informação de diferentes tipos*”⁹.

1.1.1. A Revolução Francesa e o nascimento da Arquivística como disciplina

Segundo Ernst Posner, a Revolução Francesa representa um marco na evolução da conceção e administração de instituições arquivísticas, tendo despoletado três progressos importantíssimos: em primeiro lugar, foi estabelecido um sistema de administração de arquivos públicos através da criação de um órgão nacional com a função de superintendência dos mesmos; em segundo lugar, o Estado reconheceu a sua responsabilidade no cuidado do património documental do passado e, por último, a

⁷ RIBEIRO, Fernanda – *O Acesso à informação nos arquivos*. Lisbon: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003. Vol 1, p.26.

⁸ RIBEIRO, Fernanda - Da Arquivística técnica a Arquivística científica: a mudança de paradigma. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. Porto, I série, vol. 1 (2002), p. 98.

⁹ Arquivística. In *Dicionário Eletrónico de Terminologia em Ciência da Informação* – [em linha]. [consult. 15 de Nov. 2012]. Disponível em WWW: URL: <http://www.ccje.ufes.br/dci/deltci/def.asp?cod=1>.

revolução estabeleceu o princípio de que os documentos de arquivo deveriam ser acessíveis ao público¹⁰.

Com a Revolução Francesa, passou a haver concentração dos arquivos do Estado em grandes depósitos, sendo que, em 1789, a Convenção decidiu fundar os Archives Nationales (Decreto de 18 brumário), ocorrendo a orientação para o expurgo de “[...] *todos documentos relativos a títulos puramente feudais, bem como todos os registros administrativos e processos judiciais, desprovidos de interesse para a anexação e gestão dos bens por parte do Estado*”¹¹. Foi, nesta altura, que se começaram a distinguir dois tipos de arquivos: o indispensável para a administração e aquele que apenas conservava unicamente documentos de interesse histórico-cultural.

O acesso público às fontes documentais foi efetivamente concretizado com a consagração da Lei de 7 messidor na legislação francesa (em 1794), que confirmou o direito de cada cidadão francês ter acesso aos documentos. Esta lei determinou que todos os manuscritos confiscados que pertencessem à história, às ciências e às artes ou que pudessem servir à instrução, deveriam ser depositados na Biblioteca Nacional e nas bibliotecas de cada distrito ao passo que as cartas geográficas, astronómicas ou marítimas, seriam guardadas num depósito geral em Paris¹².

Porém, a Revolução Francesa trouxe também graves consequências no que toca à organização arquivística, derivadas da estratégia expansionista de Napoleão I que visionava a criação do Império. A partir de 1808, ele legislou no sentido de obrigar à transferência dos documentos dos arquivos das administrações dos territórios anexados ou ocupados (Áustria, Alemanha, Itália, Espanha, Bélgica, etc.) para os depósitos do Estado francês.

Neste contexto, ocorreu no séc. XIX, a reordenação dos documentos por motivos políticos, sem atender à respetiva estrutura de origem, a qual teve

¹⁰ POSNER, E. - Some aspects of archival development since the French Revolution. *American Archivist*. Vol. 3 (1940), p. 159-172.

¹¹ SILVA, Armando Malheiro da [et. al.] – *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. 2ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 2002, p. 100-101.

¹² RIBEIRO, Fernanda – *O acesso à informação nos arquivos...* (ob. cit.), p. 508.

consequências trágicas relativamente à integridade dos arquivos reunidos uma vez que adulterou a orgânica original dos documentos¹³.

A expansão dos ideais iluministas da Revolução Francesa teve influência em diversos países, inclusive em Portugal. Assistiu-se, em vários países, a um movimento de incorporações em massa de arquivos privados nos depósitos do Estado, e a uma reordenação geral dos documentos. Em Portugal, no período liberal, os documentos dos arquivos dos organismos extintos do Antigo Regime, em 1821 e 1833, e dos cartórios das corporações religiosas, extintas por Decreto de 28 de maio de 1834, foram transferidos para os Próprios da Fazenda Nacional e, posteriormente, para a Torre do Tombo (Portaria de 1 de março de 1836) designada por Arquivo Nacional no Regulamento de 1823, em substituição do anterior nome, Real Arquivo da Torre do Tombo¹⁴.

A política de incorporações em massa e a consequente reordenação dos arquivos conduziu a uma situação caótica, sob o ponto de vista arquivístico, provocada pela desorganização instaurada devido às reclassificações antinaturais. Foi esta situação alarmante que levou o arquivista e historiador Natalis de Wailly a criar o “princípio do respeito pelos fundos”, também denominado “princípio da proveniência”¹⁵ divulgado em 1841 nas “*instructions pour la mise en ordre et le classement des archives départementales et communales*”, tendo sido consagrado o conceito através do termo “fundo”. Este princípio foi rapidamente adotado por vários países da Europa e, desde então, tem sido considerado como o fundamento essencial da Arquivística.

Analisando as consequências provocadas pela Revolução Francesa, confirmou-se a teoria de Ernst Posner de que a Revolução alterou concepções fundamentais sobre a natureza, a missão e administração dos arquivos.

Ao examinar o conteúdo e a aplicação de certas leis da época, culminando com a Lei de 7 de maio, constatamos que o governo revolucionário autodenominou-se

¹³ PINTO, Maria Manuela – [Apontamentos das aulas da disciplina de Preservação e Conservação]. 2010-2011.

RIBEIRO, Fernanda – *O acesso à informação nos arquivos... (ob. cit.)*, p. 28-29

¹⁴ *Ibidem*, p. 28-29.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo: História. [Em linha] [Consult. 28 Dez. 2012] Disponível em WWW: <URL:<http://antt.dgarq.gov.pt/inicio/identificacao-institucional/historia/>>.

¹⁵ Ver subcapítulo “A aplicação dos princípios arquivísticos nos arquivos de arquitetura”, p. 18.

administrador de todos os registos os Antigo e Novo Regime, assumindo a sua gestão através da criação do órgão nacional e independente para superintender os mesmos.

Na segunda metade do século XIX, os arquivos tornam-se laboratórios do saber histórico e a atividade dos arquivistas converte-se numa verdadeira disciplina auxiliar da História devido às influências do Historicismo e do Positivismo. Esta posição de disciplina auxiliar mantém-se até à II Guerra Mundial e, ainda hoje, permanecem alguns vestígios desta perspetiva¹⁶. Ainda naquele século, em 1898, é editado o *Manual dos Arquivistas Holandeses (Handleiding voor het ordenen en beschrijven van archieven)*¹⁷ da autoria de Muller, Feith e Fruin, que é considerado por muitos autores como o ponto de partida da arquivística moderna. A importância atribuída a esta publicação é consensual na comunidade arquivística internacional.

Segundo Fernanda Ribeiro, este manual “marcou o início de um novo período, em que o predomínio da vertente técnica se vai afirmar definitivamente, libertando a teoria e a prática dos arquivos da dependência direta das concepções historiográficas”¹⁸.

Com a publicação deste livro, iniciou-se uma série de ações na Europa, que contribuiu para a afirmação da Arquivística como disciplina. A título de exemplo, pode referir-se, em 1922, a obra de Hillary Jenkinson *A manual of archive administration*; e, em 1956, a edição de *Modern Archives: Principles and Techniques*¹⁹, da autoria de T. R. Schellenberg, onde discorre sobre conceitos e técnicas arquivísticas, ressaltando a importância da avaliação dos documentos e dos arquivos correntes na organização dos

¹⁶ RIBEIRO, Fernanda - Ob. cit.

MASSON, Sílvia – A arquivística sob o prisma de uma ciência da informação: uma proposta de Silva & Ribeiro. *Arquivística.net*. Vol. 2, Nº 1 (2006), p. 85-103.

¹⁷ Este manual contempla os princípios mais importantes sobre a natureza e o tratamento de arquivos. Ver: MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. - *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van archieven*. Groningen : Erven B. van der Kamp., 1898. (Trad. brasileira de Manoel Adolpho Wanderley, sob o título: *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. 2ª ed. Rio de Janeiro : Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 1973).

¹⁸ RIBEIRO, Fernanda - A arquivística como disciplina aplicada no campo da ciência da informação. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento* [Em linha], v. 1, n. 1 (2011). [Consult. 02 Jan 2013]. Disponível em WWW: [URL: http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/9887/5619](http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/9887/5619).

¹⁹ SCHELLENBERG, T. R. - *Modern archives : principles and techniques*. Chicago: University of Chicago Press, 1956. (2ª ed.: 1957; reimp.: 1975)

acervos permanentes. Estas obras referidas podem ser consideradas a base de toda a teorização arquivística moderna.

Em 1948, sob os auspícios da UNESCO, surge o Conselho Nacional de Arquivos, que proporcionou uma assistência técnica e profissional a arquivistas e instituições arquivísticas de todo o mundo e promoveu um debate mais alargado sobre os fundamentos da disciplina.

Após a Segunda Guerra Mundial, nos anos 50 do século XX, ocorreu uma explosão informacional derivada do desenvolvimento tecnológico, científico e industrial, o que desencadeou mudanças a nível das práticas e técnicas arquivísticas devido à necessidade de organizar e tratar a informação produzida e acumulada. Neste contexto, surgiu uma nova estrutura artificial - o chamado pré-arquivo ou arquivo intermédio - que tinha como função preparar a documentação para ser integrada definitivamente nos arquivos históricos.

Como podemos constatar através desta breve sinopse sobre a evolução histórica da Arquivística, a prática arquivística, à medida que foi evoluindo, refletiu os aspetos ideológicos e científicos dos diferentes momentos históricos, isto é, a Arquivística foi progredindo em consonância com as mudanças políticas e culturais vividas.

No contexto da revolução social e tecnológica ocorrida nos anos 80, emerge um novo ciclo para a disciplina Arquivística. As novas formas de produção documental e as novas tecnologias de informação conduziram à discussão dos conceitos e dos princípios arquivísticos postulados nos antigos manuais²⁰.

Os anos 80 são assim marcados pela mudança de paradigma, tendo emergido algumas abordagens arquivísticas, das quais se destacam as perspectivas canadianas: a Arquivística Integrada proposta primeiramente por Carol Couture, Jacques Ducharm e Jean-Yves Rosseau, e a Arquivística pós-moderna proposta por Terry Cook; e a Arquivística como disciplina aplicada proposta por Armando Malheiro e Fernanda Ribeiro (perspetiva portuguesa).

²⁰ TOGNOLI, Natália Bolfarini - A organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das abordagens científicas canadenses. *Perspetivas em Ciência da Informação*. v. 16, n. 1 (2011), p. 1.

A Arquivística Integrada foi desenvolvida nos anos 80, no Canadá, com o objetivo de responder às necessidades enfrentadas pelo Arquivo Nacional do Québec em trabalhar com documentos ativos, semi-ativos e históricos e propõe a reintegração da disciplina por meio do ciclo vital dos documentos²¹.

Em 1998, foi editado o manual *Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação*²² que define a arquivística como uma disciplina inserida no âmbito da Ciência da Informação. Os autores inserem esta perspectiva no novo paradigma pós-custodial, informacional e científico.

1.1.2. A mudança de paradigma: do paradigma histórico-tecnicista ao paradigma científico-informacional

Analisando a breve evolução da Arquivística anteriormente descrita e, de acordo com Fernanda Ribeiro²³, podemos situar no percurso histórico três fases distintas: a fase sincrética e custodial (séc. XVIII até 1898); a fase técnica e custodial (de 1898 até 1980); e, por último, a fase científica e pós-custodial (de 1980 até à atualidade), sendo que as duas primeiras fases se enquadram no paradigma que se desenvolveu e consolidou após a Revolução Francesa (custodial, patrimonialista, historicista e tecnicista) e a última fase no novo paradigma (informacional, científico e pós-custodial).

Do ***paradigma custodial, patrimonialista, historicista e tecnicista***, consolidado entre 1789 e 1945, ressaltam os seguintes traços gerais:

- *Sobrevalorização da custódia ou guarda, conservação e restauro do suporte, como função basilar da atividade profissional de arquivistas e bibliotecários;*

- *Identificação do serviço/missão custodial e público de Arquivo e de Biblioteca, com a preservação da cultura “erudita” ou “superior” (as artes, as letras, a ciência) de um Povo em antinomia, mais ou menos explícita com a cultura popular, “de massas” e os “produtos de entretenimento”;*

²¹ *Ibidem*, p. 1.

²² SILVA, A. Malheiro et al. - *Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação*. Porto: Edições Afrontamento, 1998. vol. 1.

²³ RIBEIRO, Fernanda – A Arquivística como disciplina aplicada... (ob. cit.) p. 62.

- Ênfase da memória como fonte legitimadora do Estado-Nação (sob a égide de ideologias de pendor nacionalista) e, mais tarde, do Estado Cultural, apostado no reforço identitário da respetiva comunidade de cidadãos;

- Importância crescente do acesso ao “conteúdo”, através de instrumentos de pesquisa (guias, inventários e catálogos), dos documentos percebidos como objectos/coisas patrimonializadas, permanecendo, porém, mais forte o valor patrimonial do documento que o imperativo informacional (+ acesso);

- Prevalência da divisão profissional decorrente da criação e desenvolvimento dos serviços/instituições Arquivo e Biblioteca, indutora de um arreigado e instintivo espírito corporativo que fomenta a confusão entre profissão e ciência (...) ²⁴.

As condições sociais, económicas, culturais e tecnológicas decorrentes da Sociedade da Informação, nos anos 80 do século XX, propiciam a emergência de um novo paradigma: o paradigma pós-custodial, informacional e científico. Este tende a formatar o modo de ver, de pensar e de agir dos cientistas e profissionais da informação, ao longo do séc. XXI ²⁵. É nesse contexto que surge a conceção que entende a Arquivística como uma disciplina aplicada, inserida no âmbito transdisciplinar da Ciência da Informação. A transição de um paradigma para outro não ocorreu de forma abrupta. Pelo contrário, esta transição é gradual e tensa, sendo que ainda está a decorrer a afirmação deste novo paradigma, substituindo o anterior.

Desta forma, o paradigma histórico-tecnicista está em crise e tende a ser substituído lentamente pelo paradigma emergente – pós-custodial, informacional e científico. A entrada da Arquivística na era pós-custodial e científica no paradigma científico-informacional propõe a mudança do enfoque do objeto de estudo e de trabalho, do “documento” para a “informação” ²⁶. Deste novo paradigma ressaltam as seguintes características:

- Valorização da informação enquanto fenómeno humano e social (...);

²⁴ SILVA, Armando Malheiro da - *A Informação: da compreensão do fenómeno e construção do objeto científico*. Porto: Edições Afrontamento; CETAC.COM, 2006.

SILVA, Armando Malheiro da, et al. – *Arquivística: teoria e prática...* (o. cit.)

SILVA, Armando Malheiro da – *Arquivologia e gestão da informação/conhecimento*. *Informação & Sociedade: Estudos*. 19, n.º2 (2009) 47–52.

²⁵ SILVA, Armando Malheiro da – *A Informação...* (ob. cit.) p. 158-159.

²⁶ SILVA, Armando Malheiro da – *Arquivística: teoria e prática...* (ob. cit.).

- *Constatação do incessante e natural dinamismo informacional, oposto ao “imobilismo” documental, traduzindo-se aquele pelo trinómio criação/selecção natural/acesso-uso, e o segundo, na antinomia efémero versus permanência;*

- *Prioridade máxima dada ao acesso à informação por todos, em condições bem definidas e transparentes, pois só o acesso público justifica e legitima a custódia e a preservação;*

- *Imperativo de indagar, compreender e explicitar (conhecer) a informação social, através de modelos teórico-científicos cada vez mais exigentes e eficazes, em vez do universo rudimentar e fechado da prática empírica composta por um conjunto uniforme e acrítico de modos/regras de fazer, de procedimentos só aparentemente “assépticos” ou neutrais de criação, classificação, ordenação e recuperação;*

- *Alteração do atual quadro teórico-funcional da actividade disciplinar e profissional por uma postura diferente, sintonizada com o universo dinâmico das Ciências Sociais e empenhada na compreensão do social e do cultural, com óbvias implicações nos modelos formativos dos futuros profissionais da informação;*

- *Substituição da lógica instrumental, patente nas expressões “gestão de documentos” e “gestão da informação”, pela lógica científico-compreensiva da informação na gestão, isto é, a informação social está implicada no processo de gestão de qualquer entidade ou organização e, assim sendo, as práticas informacionais decorrem e articulam-se com as concepções e práticas dos gestores e actores e com a estrutura e cultura organizacionais, devendo o cientista da informação, em vez de ou antes de estabelecer regras operativas, compreender o sentido de tais práticas e apresentar dentro de certos modelos teóricos as soluções (retro ou) prospectivas mais adequadas²⁷.*

Na sequência desta mudança de paradigma, regista-se uma alteração no modo como o utilizador é visto: enquanto que no primeiro paradigma o centro das atenções é o serviço ou sistema de informação e o utilizador é apenas um destinatário passivo cujas necessidades informacionais seriam satisfeitas, no novo paradigma o utilizador tem um papel central na procura da informação²⁸.

²⁷ SILVA, Armando Malheiro da - *A Informação...* (ob. cit.)

²⁸ *Ibidem*.

1.2.Documentos e Arquivos de Arquitetura

Os documentos arquitetónicos (em inglês, *architectural records*) são os documentos criados no decurso da elaboração de um edifício, bem como aqueles que geralmente documentam a construção do mesmo²⁹. Descobriu-se que a existência deste tipo de documentos é muito antiga, tendo sido encontrados este tipo de registos no Egito em tábuas de argila e folhas de papiro.

A documentação arquitetónica tem valor patrimonial elevado como testemunho de uma época e de uma cultura, sendo considerada por alguns autores um dos nossos patrimónios documentais mais importantes uma vez que representa vestígios de obras existentes ou já destruídas e, além disso, constitui uma importante fonte de investigação para estudantes e profissionais da área de arquitetura e urbanismo³⁰.

Desta forma, os arquivos de arquitetura desempenham um papel crucial pois a preservação da documentação existente nos arquivos de arquitetura é decisiva para a preservação da memória da sociedade, dada a profundidade da informação “*e a sua incomparável força probatória e testemunhal*”³¹. A partir do século XX, a proliferação de registos arquitetónicos trouxe aos arquivistas enormes problemas em lidar com este tipo de registos devido à escassez da informação e orientações de avaliação, preservação, organização e conservação destes registos.

De acordo com Ramón Gutierrez, somente no fim da década de 90 é que começou a existir uma consciência sobre o valor documental dos Arquivos de Arquitetura no continente americano. Os documentos de arquitetura são um recurso vital tanto para historiadores como para a comunidade em geral e deve ser reconhecido

²⁹ HARVEY, John - Architectural Archives. *Journal of the British Records Association Lady Day*, 1954.

³⁰ GONZÁLEZ FRANCO, Lourdes Cruz - Archivos de Arquitectura. *Anales del Instituto de Investigaciones Estéticas* 26, n 85 (2004) p. 155–159.

³¹ VIEIRA, João - *Documentos e arquivos de arquitetura: princípios, estratégias, metodologias e instrumentos de gestão: Conferência Arquiteto Marques da Silva 2009*. Porto: Fundação Marques da Silva, 2010.

como tal na prática e perante a lei³². Contudo, a maioria dos arquivos desta área carece de uma tutela específica³³.

1.2.1. Especificidade da documentação arquitetónica

A documentação arquitetónica possui um forte conteúdo técnico, artístico e tecnológico e, para além de existir em diversos formatos, tem tamanhos críticos, é frágil e tem aumentado cada vez mais. Segundo João Vieira, a área de arquitetura é caracterizada por algumas especificidades documentais³⁴:

- *“as necessidades de informação podem abarcar extensos períodos temporais;*
- *as perspectivas de análise sobre os mesmos objectos e acções podem ser múltiplas e inconciliáveis (...);*
- *o grau de profundidade e sofisticação da informação necessária, bem como de relevância e pertinência da sua recuperação, é tendencialmente muito elevado;*
- *os registos técnicos e artísticos têm normalmente uma estrutura documental de assinalável complexidade para além de poderem recorrer (...) a processos tecnológicos e a materiais de registo e reprodução de características muito específicas e em constante evolução;*
- *existem fortes condicionantes à comunicação a terceiros de parte substancial desses documentos e dessa informação, obstáculos impostos pela necessidade imperiosa de proteger direitos de propriedade intelectual, de privacidade (...)*
- *esses mesmos registos, para além do valor informativos e probatório que naturalmente encerram, podem ainda ser relevantes do ponto de vista artístico (...) e pode assumir uma expressão financeira despidiende.*

As propriedades físicas da documentação em questão exigem necessidades particulares de cuidado e manuseio, tornando a avaliação, a organização e a preservação dos registos de arquitetura um processo bastante complexo como poderemos constatar de seguida.

³² THOMAS, Cristopher - A Historian's Experience of Architectural Collections. *The American Archivist*, vol. 59, nº 2 (1996), p. 175.

³³ GUTIÉRREZ, Ramon - Los archivos de arquitetura en el contexto latinoamericano [Em linha]. 2001. [Consultado em 10 Jan 2013]. Disponível em WWW: [URL: http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.008/933/pt..](http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.008/933/pt..)

³⁴ VIEIRA, João – Ob. cit.

1.2.2. A Aplicação dos princípios arquivísticos na organização dos Arquivos de Arquitetura

O princípio fundacional da arquivística tradicional designa-se por princípio da proveniência e é completado por outro princípio – o da ordem original³⁵.

Segundo Rousseau e Couture, não é possível “*desempenhar tarefa de arquivista sem recorrer ao princípio da proveniência, sem o qual não pode haver fundo de arquivo*”. Este princípio estabelece que os arquivos produzidos por uma entidade ou pessoa não devem ser confundidos/misturados com arquivos produzidos por outras entidades/pessoas, mantendo assim a sua individualidade. Estes autores têm uma visão bastante tradicional; hoje fala-se sobretudo em contexto orgânico de produção, que é mais vasto que proveniência.

Neste sentido, é necessário conhecer a origem dos documentos para organizar os documentos de acordo com essa regra. Contudo, na prática esta questão revela-se um pouco mais complexa, tendo gerado dúvidas quanto à sua aplicação em acervos de tipos documentais distintos dos documentos textuais, como é o caso dos arquivos de arquitetura.

Os acervos arquivísticos de material arquitetónico são, muitas vezes, tratados como uma coleção pelo simples fato de que devem estar armazenados no mesmo espaço físico. Existe uma interpretação equivocada de documentos pertencentes a arquivos de arquitetura uma vez que estes são frequentemente armazenados pelo seu suporte ou tipo. Exemplificando, ao longo das várias etapas do desenvolvimento de um projeto arquitetónico, *o arquiteto recorre a vários tipos de desenho como auxiliares do seu processo conceptual, nomeadamente: o esboço, o desenho rigoroso, as projecções, as perspectivas, as axonometrias, as maquetas e as fotografias*³⁶. Ora, dadas as dimensões das maquetas ou dos desenhos, estes geralmente são mantidos separadamente da

³⁵ Proveniência In *Dicionário Eletrônico de Terminologia em Ciência da Informação* – [em linha]. [Consult. 29 Nov. 2012]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.ccje.ufes.br/arquivologia/deltci/def.asp?cod=70>>.

³⁶ KONG, Mário S. Ming - O processo de conceção arquitetónica e o desenho. *Artitextos*, nº 4 (2008), p. 113–124.

restante documentação relacionada e muitas vezes ocorre a perda das inter-relações existentes entre eles, verificando-se uma dispersão documental.

O princípio da proveniência está intimamente ligado ao princípio da ordem original pois a documentação produzida somente possui significado quando é mantida a ordem dos documentos e consequentemente, o contexto de produção. Através do respeito destes dois princípios, é possível compreender o significado administrativo e histórico da documentação³⁷.

Segundo Rousseau e Couture, o arquivista deve sempre manter a ordem original dos documentos que serão conservados permanentemente devido ao seu valor de testemunho.³⁸ De acordo com vários autores, este princípio é adequado para a organização de todos os tipos de documentos, incluindo registos de arquitetura³⁹.

Todavia, nos arquivos de arquitetura é difícil respeitar o princípio da ordem original devido às ruturas que estes sofrem ao longo da sua história. Devido a estas situações muitos arquivos de arquitetura são organizados tematicamente, descontextualizados do restante da documentação com a qual foram produzidos, podendo originar uma taxa reduzida de recuperação de informação.

Segundo Kenneth W. Duckett, o princípio da ordem original é interessante, mas na maioria das vezes revela-se uma ideia inaplicável pois, na sua opinião, as coleções retêm poucos ou nenhum vestígios da ordem original⁴⁰. Vários autores concordam que existe uma grande dificuldade em restabelecer a ordem original da produção dos documentos. Porém, segundo See Alan Lathrop, especificamente no caso dos arquivos de arquitetura não importa o quão caótica é a ordem em que os registos arquitetónicos

³⁷ VIANA, Claudio Muniz - A organização da informação arquivística em arquivos de arquitetura do Núcleo de Pesquisa de Documentação da faculdade de Arquitetura e Urbanismo UFRJ. *Encontros Bibli*, nº 16 (2001), p. 23-39.

³⁸ ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol - *Os Fundamentos da Disciplina Arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

³⁹ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Section of Architectural Records. - *A guide to the archival care of architectural records: 19th-20th centuries*. ICA, 2000.

⁴⁰ DUCKETT, Kenneth W.; American Association for State and Local History - *Modern manuscripts: a practical manual for their management, care, and use*. Nashville: American Association for State and Local History, 1975.

são recebidos, a evidência interna geralmente possibilita a reconstrução da ordem original dos materiais⁴¹.

De acordo com Schellenberg:

*“Na organização de uma coleção de arquivo, a ordem original deve ser, em primeiro lugar, restabelecida, tanto quanto possível. Apenas depois pode avaliar-se em que medida é desejável desviar-se dessa ordem”*⁴².

Outra questão pertinente que dificulta a aplicação dos princípios arquivísticos é a incompletude documental existente comumente nos arquivos de arquitetura. Não são raras as vezes em que os arquivos recolhem agrupamentos de documentos incompletos e desconexos. Isto deve-se, em grande parte, às características de certos registros arquitetônicos que, por serem muito volumosos e difíceis de armazenar, são depositados em armazéns separados da restante documentação e é perdido o controle desses materiais. Pode também ocorrer a dispersão ou duplicação dos documentos devido à multiplicidade de atividades realizadas pelo próprio arquiteto que os produz.

A separação de documentos de um mesmo projeto torna complicada a manutenção da proveniência e da ordem original dos documentos. O arquivista deve ter um cuidado especial para avaliar e descrever os materiais desconexos ou incompletos de modo a que, na medida do possível, seja clara a relação das peças desaparecidas e as existentes⁴³.

Dada a dificuldade na aplicação dos princípios tradicionais a documentos arquitetônicos, a base deste trabalho assenta no modelo sistêmico e daí a necessidade de proceder à análise orgânico-funcional para conhecer e perceber o contexto de produção dos documentos.

⁴¹ LATHROP, See Alan. The Provenance and Preservation... (Ob. cit.).

⁴² SCHELLENBERG, T. R. - Ob. Cit.

⁴³, INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Architectural Records Section - Ob. cit.

1.2.3. Avaliação dos documentos arquitetónicos

Dado o crescente interesse por este tipo de registos devido ao seu elevado valor patrimonial, compete aos arquivistas enfrentar os problemas de preservação dos mesmos. De acordo com Alan Lathrop, tal como acontece com todos os tipos de arquivos, a efetiva preservação de registos de arquitetura é diretamente dependente de um entendimento das atividades e dos processos históricos que os criaram pois só assim é possível lidar de forma mais esclarecida com os problemas diretamente relacionados com a conservação dos materiais⁴⁴.

Contudo, nem todos os documentos detêm um interesse administrativo ou valor histórico que justifique a sua preservação ilimitada e, para assegurar a boa gestão dos arquivos e salvaguardar o património arquivístico, é necessário determinar o valor arquivístico dos documentos, com vista à fixação do seu destino final: conservação permanente ou eliminação⁴⁵. Esse processo designa-se por avaliação. No que respeita à avaliação dos “documentos arquitetónicos”, existem inúmeros problemas devido às características peculiares dos mesmos.

Em 1972, foi criado nos Estados Unidos da América, o *Northwest Architectural Archives* como repositório para adquirir e preservar unicamente documentos arquitetónicos. A avaliação dos seus documentos é baseada em critérios relacionados com os criadores dos documentos, a integridade dos mesmos (isto é, se se encontram completos), a sua idade, os atuais utilizadores e também os potenciais, o assunto em questão, e de que forma tal material se encaixa nas coleções existentes. Além disso, para realizar a avaliação dos documentos, é crucial um conhecimento aprofundado sobre os mesmos.⁴⁶

⁴⁴ LATHROP, See Alan - The Provenance and Preservation of Architectural Records. *The American Archivist*, vol. 43, nº 3 (1940), p. 14.

⁴⁵ *Parecer sobre Avaliação de Documentos*. [em linha] [Consult. 20 Jun. 2013] Disponível em WWW: <URL:<http://dgarq.gov.pt/servicos/parecer-sobre-avaliacao-de-documentos/>>.

⁴⁶ LATHROP, See Alan - Appraisal of Architectural Records in Practice: The Northwest Architectural Archives. *The American Archivist*, vol. 59, nº 2 (1996), p. 222–227.

Em 1998, foi realizado um estudo no Canadá que revelou que os documentos arquitetônicos não estão bem representados nos arquivos canadenses⁴⁷. A principal razão apontada para justificar a dificuldade de representar tais documentos foi a inexperience dos arquivistas na avaliação deste tipo específico de documentação.

Ryan Tawny Nelb apontou cinco dos problemas fundamentais na avaliação dos documentos arquitetônicos: são dispersos, amplamente repetidos, volumosos, transitórios ou temporários, e vulneráveis. Como não há uma solução única para todos esses problemas, é útil olhar para as diretrizes de avaliação que foram estabelecidas por outros repositórios. Porém, cada arquivo de arquitetura tem as suas próprias questões de avaliação, e, neste contexto, precisam de equilibrar as suas decisões de avaliação com base no espaço disponível, na sua equipa, nos custos de preservação e nos seus utilizadores. Segundo este autor, a avaliação é um problema não resolvido na gestão de documentos arquitetônicos e constitui um dos maiores desafios no tratamento deste material. Os documentos de arquitetura exigem um nível de retenção muito maior devido ao seu valor patrimonial e, sem uma estratégia de avaliação, os arquivos de arquitetura são rapidamente sobrecarregados pelo volume de documentos⁴⁸.

Em 1994, numa conferência sobre avaliação de documentos arquitetônicos (Working Conference on Establishing Principles for the Appraisal and Selection of Architectural Records) em Montreal, os conferencistas concordaram que a avaliação deste tipo de documentos deve ser do tipo "top down", ou seja, ao invés de tentar decidir o que manter e o que eliminar, os arquivistas devem inicialmente determinar quais são as funções de arquitetura, quais dessas funções devem ser documentadas a longo prazo e, por último, quais os documentos que documentam essas funções⁴⁹.

⁴⁷ CHEADLE, Laura Elizabeth - *The archival appraisal of architectural records* [Em linha]. Tese apresentada à University of British Columbia, 1998. [Consult. 15 Jan. 2013] Disponível em WWW: <URL: <https://circle.ubc.ca/handle/2429/8024>>.

⁴⁸ NELB, Tawny Ryan - Architectural records appraisal: Discussion of problems and strategies for the documenting Michigan architecture project. *The American archivist* vol. 59, nº 2 (1996), p. 228–239.

⁴⁹ *Ibidem*.

Em 1995, um projeto denominado “The Documenting Michigan Architecture Project”⁵⁰ emitiu um relatório sobre as estratégias de avaliação para repositórios de Michigan, baseado em pesquisas de modelos já existentes.

Analisando a literatura existente, verificou-se a existência de algumas estratégias e modelos de avaliação que oferecem alguma orientação, não estabelecendo critérios rígidos sobre a forma de avaliação dos documentos arquitetônicos.

Os profissionais da informação têm a responsabilidade de representar, avaliar e preservar adequadamente esta documentação detentora da memória de uma sociedade.

⁵⁰ Este projeto foi criado em 1994 para ajudar a preservar o património arquitetónico de Michigan.

2. Metodologia

O desenvolvimento deste estudo tem como referencial o método de investigação quadripolar. Este método implica uma interação permanente de quatro polos, nomeadamente: o polo epistemológico, o teórico, o técnico e o morfológico, conjugando abordagens quantitativas e qualitativas. Estas 4 dimensões estarão todas presentes neste estudo:

O polo epistemológico diz respeito à delimitação da problemática que orienta todo o processo de investigação e à visão paradigmática que lhe está subjacente.

O polo teórico diz respeito à formulação de hipóteses e teorias que posteriormente, numa fase mais avançada da investigação, serão confirmadas ou refutadas.

O polo técnico manifesta-se no contacto do investigador com a realidade em estudo, em que o mesmo recolhe as informações pertinentes face à problemática de investigação através de uma ou várias técnicas de recolha de dados e de instrumentos de registo dos dados. Este polo está presente nesta investigação através de duas operações: a observação com o objetivo de reunir todos os elementos pertinentes para o conhecimento do sistema e a análise orgânico-funcional.

O polo morfológico trata da formalização dos resultados da investigação “através da representação do objeto em estudo e da exposição de todo o processo de pesquisa e análise que permitiu a construção científica em torno dele”.

O percurso investigativo seguido para a elaboração da dissertação compreende diferentes fases, orientando-se da seguinte forma:

- Caracterização do objeto de estudo relativamente às circunstâncias de produção do mesmo, a sua constituição e a sua utilidade;
- Conhecimento do contexto de produção dos CODA através da análise orgânico-funcional da entidade produtora da documentação, o que implica pesquisa, recolha e análise de legislação e regulamentos;
- Recenseamento da documentação através da verificação e análise dos

instrumentos de registo e controlo da documentação já existentes no CDUA

- Verificação da descrição arquivística já realizada, com vista a completar os elementos de descrição em falta, de acordo com a ISAD(G): norma geral internacional de descrição arquivística.

- Definição de critérios organizativos do acervo (se a entidade acolhedora concordar com os mesmos).

- Estudo dos utilizadores do CDUA.

- Investigação da história administrativa ou dados biográficos dos candidatos/ autores dos CODA, com vista a contextualizar os documentos e torná-los mais compreensíveis (recolha documental e análise de conteúdo);

- Produção de instrumentos para viabilizar a gestão e o acesso à informação.

Neste projeto, o polo técnico do Método Quadripolar terá o seu maior enfoque pois a componente de investigação desta dissertação centra-se nas necessidades informacionais dos utilizadores com o intuito de potencializar o acesso à informação através da criação de instrumentos de acesso e, desta forma, melhorar o serviço prestado. O estudo dos utilizadores do CDUA constitui uma etapa da investigação, cujos resultados permitirão planear e melhorar o sistema de informação. É importante conhecer quem são os utilizadores e a perceção que estes têm dos serviços disponibilizados de forma a poder determinar quais os seus hábitos no que concerne à informação consultada. Neste contexto, serão utilizadas várias técnicas de recolha de informação para o estudo dos utilizadores do CDUA - a observação e a entrevista:

- A técnica da observação permitirá conhecer o contexto organizacional em que se desenrolam os processos relacionados com a consulta dos CODA, os serviços de informação existentes e perceber de que forma são utilizados. Além de que, possibilitará a recolha de dados que o próprio utilizador ignora e que, desta forma, seriam impossíveis de recolher com a utilização de outra técnica.

- Com a entrevista⁵¹ aos utilizadores do CDUA será possível perceber de que

⁵¹ Ver anexo 1: Guião da Entrevista.

forma e por que motivo é que acedem e utilizam a documentação reunida no CDUA (em especial o acervo relativo aos CODA) e que tipos de informação procuram nos CODA. Outro objetivo da entrevista é perceber se os utilizadores acham que há instrumentos de acesso adequados para a pesquisa da informação.

3. O Caso de estudo

3.1. Entidade Produtora: Análise orgânico-funcional da Escola de Belas Artes do Porto

O antecedente mais longínquo da Escola de Belas Artes do Porto situa-se em 1779, com a criação da Aula de Debuxo e Desenho (1779-1803) instituída pelo Decreto de 27 de novembro de 1779 e considerada como a primeira instituição de ensino artístico na cidade do Porto⁵². Contudo, a principal precursora da Escola de Belas Artes e também de outras instituições como a Escola Superior de Belas Artes do Porto e as atuais faculdades de Arquitetura e de Belas Artes da Universidade do Porto foi a Academia Portuense de Belas-Artes, criada pelo Decreto de 22 de novembro de 1836 no contexto das reformas empreendidas por Passos Manuel devido às novas realidades social e económica decorrentes da Revolução Francesa, da Revolução Industrial inglesa e da Revolução Liberal portuguesa⁵³. A criação da Academia Portuense tinha por objetivo promover o estudo das Belas Artes difundir e aplicar a sua prática às Artes Fabris⁵⁴.

No ano de 1881, ocorreu uma tentativa de reforma das Academias de Belas Artes de Lisboa e Porto. Contudo, no Porto as alterações no ensino foram pouco notáveis⁵⁵ até 1911, ano em que é consagrada a extinção das Academias e se dá a reforma do ensino e dos serviços artísticos e arqueológicos.

O Decreto de 26 de maio de 1911 que veio introduzir as bases da política patrimonial da República, visou a reorganização do ensino de Belas Artes, dos serviços

⁵² *Universidade do Porto 100 Anos - A Aula de Debuxo e Desenho (1779 – 1803)* [Em Linha]. U.Porto 100. [Consult. 03 Mar 2013]. Disponível em WWW: <URL:http://centenario.up.pt/ver_momento.php?id_momento=4>
SANTOS, Cândido dos - *Universidade do Porto: raízes e memória da instituição*. Porto: UP, 1996.

⁵³ *A Instituição do Ensino Técnico em Portugal no Séc. XIX* [Em Linha]. [Consult. 03 Mar 2013]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.sg.min-edu.pt/pt/patrimonio-educativo/museu-virtual/exposicoes/a-instituicao-do-ensino-tecnico-em-portugal-no-sec-xix/>>

⁵⁴ CARDOSO, António - *O arquiteto José Marques da Silva e a arquitetura no norte do país na primeira metade do séc. XX*. 2a. ed. Porto: Faculdade de Arquitetura Universidade do Porto, 1997, p. 14.

⁵⁵ FONTES, Carlos. *História da Formação Profissional e da Educação* [Em Linha]. [Consult. 23 Mar. 2013]. Disponível em WWW: <URL:<http://educar.no.sapo.pt/histFormProf82.html>>

de Museus e da proteção do Património artístico e arqueológico, consagrando a autonomia das Escolas de Belas Artes de Lisboa e do Porto. Este decreto, para efeitos de conservação do património de arte, dividiu o País em três circunscrições (Lisboa, Coimbra e Porto) e em cada uma das circunscrições foi criado um Conselho de Arte e Arqueologia a quem passaram a ficar diretamente subordinados os museus da respetiva área⁵⁶. Assim, estes conselhos vieram substituir as Academias de Belas Artes.

A nível da gestão da Escola de Belas Artes do Porto, esta fica a cargo do Diretor e do Conselho Escolar, sendo o Diretor um dos professores da secção técnica, em serviço efetivo e eleito pelo Conselho Escolar que é formado por professores e presidido pelo próprio Diretor⁵⁷.

A partir de 1911, a Escola de Belas Artes do Porto é destinada ao ensino de desenho, arquitetura, pintura e escultura, sendo o ensino distribuído em 10 cadeiras constituídas por vários módulos. Passaram então a ser regidos 6 cursos: Preparatório de Arquitetura Civil, Preparatório de Escultura, Preparatório Pintura e Cursos Especiais de cada uma dessas áreas (ver figura 1).

É precisamente com a reforma de 1911 que a Arquitetura se afirma como curso independente⁵⁸. A concessão do diploma de arquiteto passa a ficar dependente da prática de dois anos em obras do Estado ou de particulares. Assim, com a reforma de 1911, os alunos de arquitetura para serem admitidos ao concurso do diploma, têm obrigatoriamente de satisfazer um conjunto de requisitos: obter aprovação a todas as cadeiras teóricas do respetivo curso; efetuar dois anos de tirocínio; satisfazer uma prova oral de assuntos das cadeiras de matemática pura e aplicada; e, além disso, satisfazer mais três provas – uma oral, uma prática e uma gráfica - prestadas durante o segundo ano de tirocínio. Contudo, a reforma de 1911 não foi imediatamente posta em

⁵⁶ GOUVEIA, Henrique Coutinho - Museu etnológico português (1893-1914): Um projeto nacional e uma tentativa de conjugação disciplinar. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas* (1992), p. 197 – 209.

⁵⁷ Decreto nº 2, de 26 de maio de 1911, art. 1º, art. 25º.

⁵⁸ MONIZ, Gonçalo Canto - O ensino moderno da arquitectura: a reforma de 57 e as Escolas de Belas-Artes em Portugal (1931-69).Coimbra : [s.n.], 2011.

prática, tendo sido aplicada a partir do final do ano letivo, em agosto, data até à qual ainda se considerou em funcionamento a Academia⁵⁹.

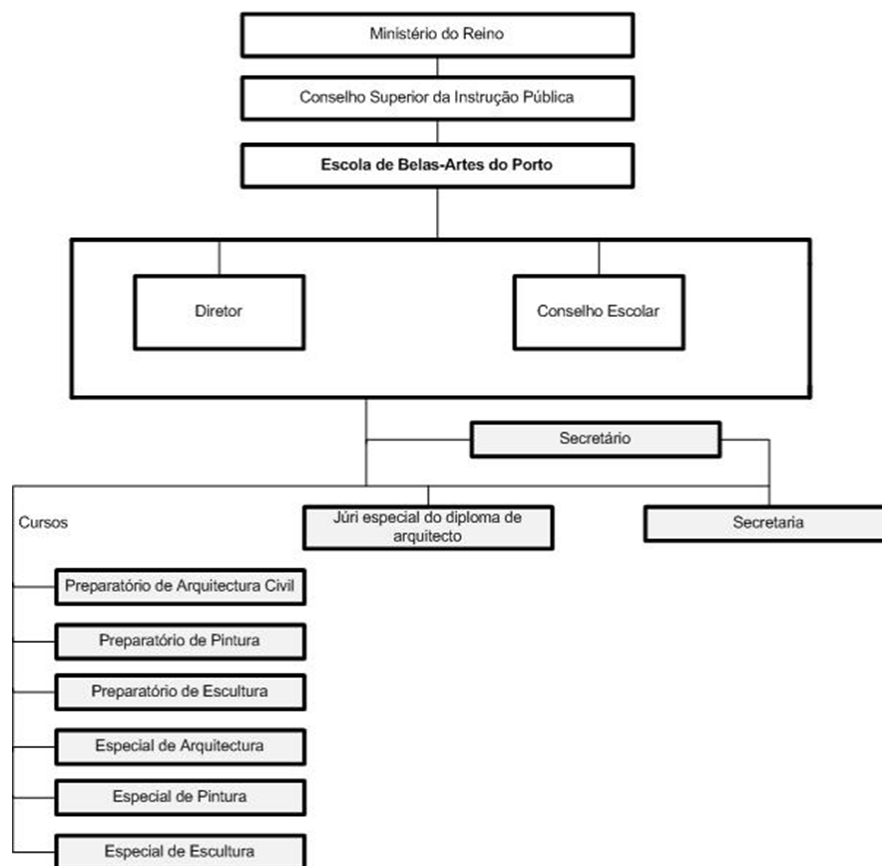


Figura 1: Estrutura Orgânico-Funcional da EBAP, em 1911⁶⁰

Em 1914, é concedida autonomia administrativa aos estabelecimentos de ensino, passando a administração económica das Escola de Belas Artes a ser confiada a um conselho administrativo presidido pelo respetivo diretor. O Decreto n.º 1.158 de 3 de dezembro de 1914 reconhece os estabelecimentos de ensino como dignos de lhes ser confiado o seu próprio governo pedagógico e económico devido ao grau de cultura que fornecem e à instrução que ministram.

⁵⁹ RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos - *Universidade do Porto: estudo orgânico-funcional: modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de informação Arquivo*. 1ª ed. Porto: UP, 2001, p. 186.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 201.

No ano de 1918, foi nomeada uma comissão incumbida do estudo das bases da remodelação do ensino artístico. A referida comissão propôs que o ensino escolar das Belas Artes se distribuisse por três graus: primário, secundário e superior. O ensino superior era, por sua vez, ministrado nas Escolas de Belas Artes de Lisboa e Porto. A Comissão constatou que havia necessidade de aperfeiçoar a parte teórica e técnica do ensino principalmente na Escola de Belas Artes do Porto. Através do Decreto de nº 5:053 de 13 de Dezembro de 1918, instituíram-se algumas modificações importantes: o curso preparatório que até então tinha duração de três anos, passa a ser feito em quatro anos; são criadas novas cadeiras; algumas cadeiras que eram professadas no Instituto Industrial do Porto passam a ser regidas na EBAP; e o Museu Soares dos Reis é anexado pedagogicamente à Escola de Belas Artes do Porto, ficando dependente do respetivo diretor⁶¹.

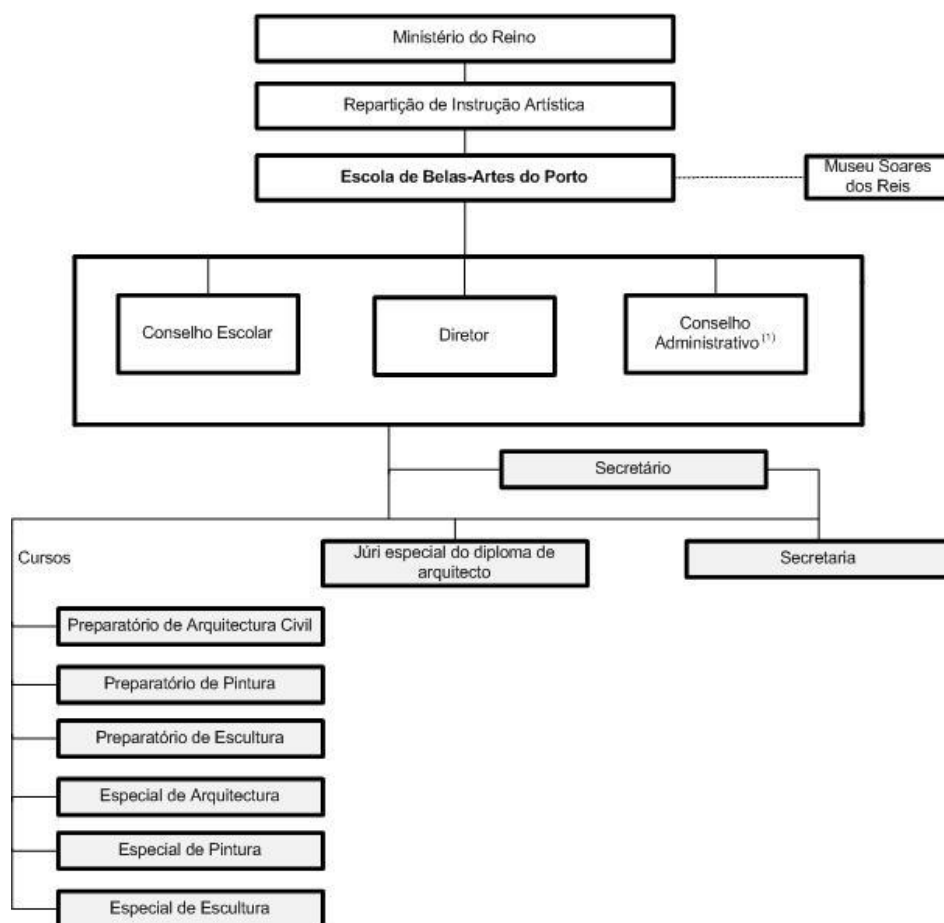


Figura 2: Estrutura Orgânico-Funcional da EBAP, em 1918

⁶¹ Ver figura 2. (Fonte: RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos – (ob. Cit).

Em 1931, o Decreto n.º 19.760 de 20 de maio visou a organização das Escolas de Belas Artes com vista à estimulação do desenvolvimento da atividade artística de cada aluno e ao aperfeiçoamento do ensino das artes plásticas⁶². A remodelação do ensino de 1931 incidiu essencialmente sobre as condições de admissão às Escolas de Belas Artes, a organização dos cursos especiais e a constituição dos cursos superiores. Ao invés do curso preparatório geral, estabeleceu-se um exame de admissão à escola semelhante a um concurso, em que apenas os alunos que possuísem uma preparação artística conseguissem triunfar. Mas a principal mudança da remodelação é a que se refere aos Cursos Superiores. Após um curso especial para cada uma das artes, constituíram-se os cursos superiores onde as tendências individuais de cada aluno podiam ser manifestadas através de concursos de emulação. Para cada um dos cursos superiores, passa a haver uma prova final para passagem do diploma escolar. No caso do Diploma de Arquiteto, os alunos precisam de superar três provas: a primeira prova consiste no estudo de um projeto arquitetónico, concebido e desenvolvido como se fosse para executado; a segunda prova reside na elaboração da memória descritiva do projeto, orçamentos, cadernos de encargos e outras peças importantes para a execução de obras; e, por último, a terceira prova (oral) abrange o desenvolvimento de um tema e um interrogatório sobre o projeto apresentado.

A nível de gestão da Escola, não ocorreram alterações na constituição dos órgãos. Contudo, alargaram-se as competências do Diretor. O Decreto n.º 19.760 traz alterações a nível da organização dos cursos mas apenas no ano seguinte, em 1932, é que essas alterações são devidamente regulamentadas pelo Decreto n.º 20.985 de 7 de março de 1932. Através do Decreto n.º 20.977⁶³, são extintos os Conselhos de Arte e Arqueologia⁶⁴.

Tendo em vista o disposto no art. 158º do decreto n.º 19:760, de 20 de maio de 1931, que se refere à obrigatoriedade dos conselhos escolares elaborarem os regulamentos necessários à execução daquele decreto, o Governo decreta e promulga o regulamento do concurso do diploma de Arquiteto (CODA) através do decreto n.º 26:347 de 11 de fevereiro de 1936. As provas do concurso são prestadas durante o

⁶³ Decreto n.º 20.977, de 5 de março de 1932.

⁶⁴ Ver figura 3 (Fonte: RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos – (ob. Cit.).

segundo ano do tirocínio ou após a realização do mesmo, sendo que o tirocínio só poderá começar depois da conclusão do curso. Depois de concluídas as provas, o júri procede à sua classificação numa escala de 10 a 20 caso o candidato seja aprovado e os projetos realizados ficam como propriedade da Escola.

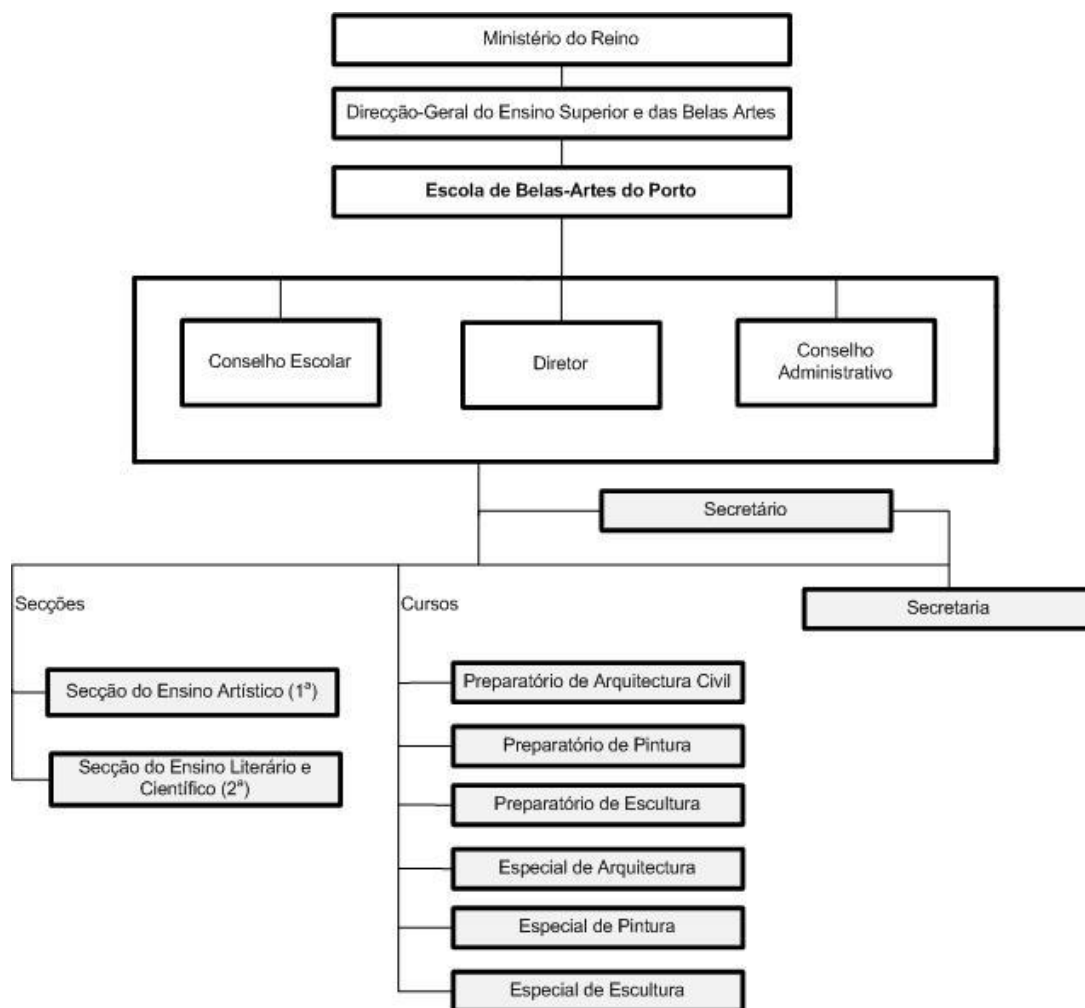


Figura 3: Estrutura Orgânico-Funcional da EBAP, em 1932

Em 1950, a Assembleia Nacional aprova a lei n.º 2.043 de 10 julho de 1950 que propôs as bases da reorganização do ensino nas Escolas de Belas Artes. Porém, o funcionamento da escola mantém-se praticamente inalterável até 1957, ano em que são

publicados dois decretos⁶⁵ que promulgam os quadros do pessoal das Escolas Superiores de Belas Artes de Lisboa e do Porto e o Regulamento das Escolas Superiores de Belas Artes respetivamente⁶⁶.

A Reforma de 1950 e a sua regulamentação de 1957 constituem, segundo alguns autores, o momento chave do ensino moderno⁶⁷.

A organização dos cursos regidos nas Escolas Superiores de Belas Artes (Arquitetura, Pintura e Escultura) é remodelada, adquirindo o estatuto de cursos superiores⁶⁸, ocorrendo assim uma aproximação da Escola de Belas Artes com o modelo universitário. Nas Escolas Superiores de Belas Artes de Lisboa e do Porto passam então a ser ministrados o curso de Arquitetura, os cursos geral e complementar de Pintura e os cursos geral e complementar de Escultura.

Esta nova reforma obrigou à redefinição dos conteúdos das disciplinas já existentes, à criação de novas disciplinas bem como à implementação de novos métodos de trabalho.

A matrícula com destino ao Curso de Arquitetura fica dependente de um exame de aptidão e o ensino passa a ser organizado em ciclos. O Curso de Arquitetura, com duração de seis anos, é distribuído por três ciclos: o 1º ciclo com duração de dois anos destina-se a “*ministrar cultura geral superior e a desenvolver aptidão para os estudos de arquitetura*”⁶⁹ e integra algumas cadeiras lecionadas na Faculdade de Ciências⁷⁰; o 2º ciclo, de três anos, compreende disciplinas que facultam conhecimentos técnicos exigidos na construção; e, por último, o 3º ciclo, com duração de um ano, reserva-se à composição arquitetónica.

⁶⁵Decreto nº 41.362 e Decreto-Lei nº 41.363, de 14 de novembro de 1957

⁶⁶ RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugenia Matos; REIMÃO, Rute Reimão - *Ob. cit.*

⁶⁷ FERNANDES, Eduardo Jorge Cabral dos Santos - *A Escolha do Porto: contributos para a atualização de uma ideia de Escola*. Escola de Arquitetura da Universidade do Minho, 2010.

⁶⁸ RIBEIRO, Fernanda, FERNANDES, Maria Eugenia Matos; REIMÃO, Rute Reimão - *Ob. cit.*, p. 187.

⁶⁹ Lei nº 2.043, de 10 de julho de 1950, Base III, I série.

⁷⁰ As disciplinas que passam a ser cursadas na Faculdade de Ciências são: Matemáticas Gerais, geometria Descritiva, Curso Geral de Física, Curso Geral de Química e Sociologia Geral.

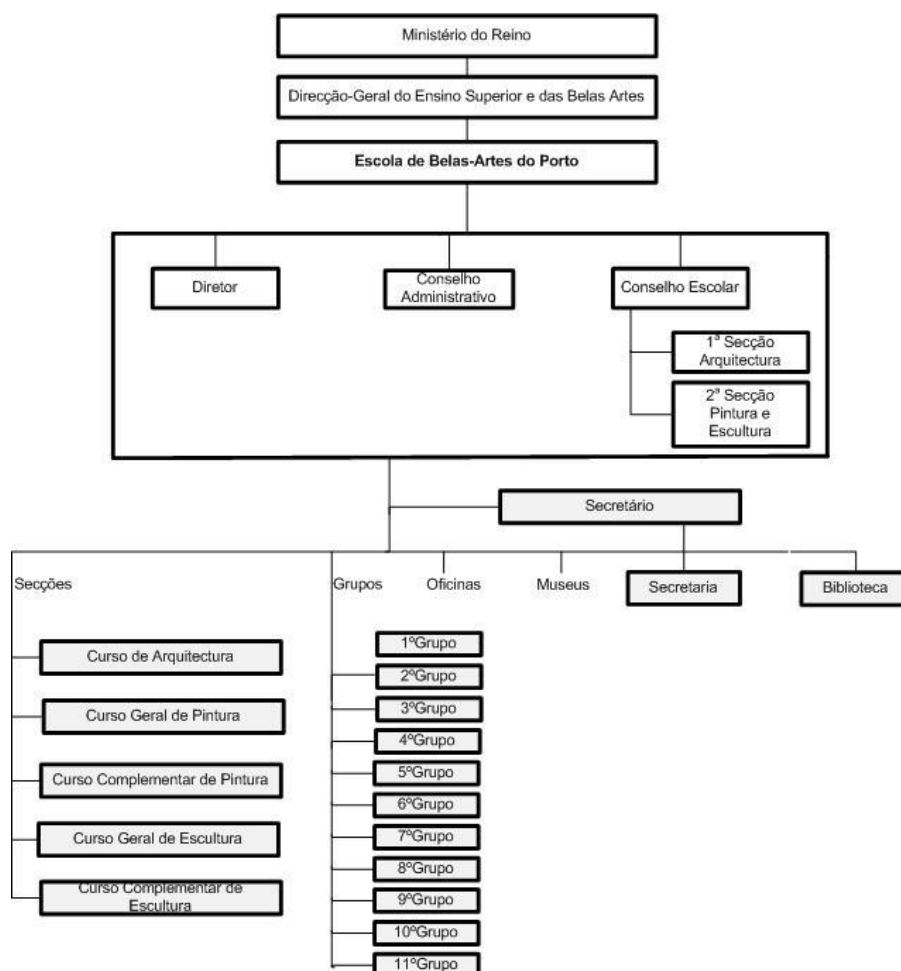


Figura 4: Estrutura Orgânico-Funcional da EBAP, em 1957

Os cursos de Pintura e Escultura ficam com duração de apenas 5 anos, distribuídos também por três ciclos: o primeiro e o segundo ciclo correspondem aos cursos gerais de Pintura e Escultura, sendo o primeiro ciclo comum aos dois cursos e o terceiro ciclo correspondendo aos cursos complementares. A matrícula com destino aos cursos gerais de Pintura e Escultura ficam, tal como no Curso de Arquitetura, dependente da satisfação de uma prova de aptidão *e consiste na execução de desenhos de índole artística*⁷¹. Assim sendo, todos os cursos regidos nas Escolas de Belas Artes passaram a ser organizados em 3 ciclos, começando com um período de ensino mais geral e com grande multiplicidade disciplinar e completando com um período de especialização. A Reforma de 1957 traz também algumas alterações no que diz respeito

⁷¹ Decreto 41 363, de 14 de novembro de 1957, art. 10º.

à obtenção do Diploma de Arquiteto, título indispensável para o exercício da profissão de arquiteto. O Diploma passa a ser concedido aos alunos que, depois de obterem aprovação em todas as cadeiras do curso de Arquitetura, realizem um estágio e obtenham em prova final, uma classificação mínima de 10 valores. Em vez da realização de um tirocínio com duração de 2 anos, passa a ser obrigatório estagiar durante, pelo menos, 6 meses. A prova final que, até então, consistia na realização do CODA, consiste na apresentação e discussão de um relatório de estágio. Porém, apesar da entrada em vigor da nova legislação, os CODA continuaram a ser apresentados pelos alunos que concluíram a parte curricular do curso de Arquitetura antes da Reforma de 1957.

A respeito do governo e administração das Escolas Superiores de Belas Artes, a Reforma de 1957 impõe que estas sejam sujeitas à inspeção do diretor-geral do Ensino Superior e das Belas Artes, sendo o Diretor nomeado pelo Ministério da Educação. Ao diretor, compete representar e dirigir a Escola, exercer autoridade hierárquica, convocar e presidir ao conselho escolar e suas secções, nomear os júris dos exames e provas e outras competências administrativas. Na falta do diretor, passa a existir um subdiretor para o substituir e assumir a direção da Escola⁷².

Relativamente ao conselho escolar, que é constituído pelo diretor e pelos professores em exercício, detendo funções deliberativas, entre as quais: conceder os benefícios das bolsas de estudo, exercer o poder disciplinar sobre os alunos e propor a instituição de cursos de aperfeiçoamento, especialização ou atualização. O novo Regulamento prevê a divisão do conselho escolar em duas secções, sendo *a primeira constituída pelos professores do curso de arquitetura e a segunda pelos dos cursos de Pintura e de Escultura*⁷³.

No que diz respeito aos serviços, determina-se a existência de uma secretaria responsável pela execução de todos os serviços de expediente, contabilidade e tesouraria⁷⁴. A secretaria funciona sob a superintendência do secretário e a responsabilidade do chefe da secretaria⁷⁵ que fica responsável por dirigir todo serviço. A Reforma de 57 prevê ainda uma biblioteca privativa para cada uma das Escolas

⁷² Ver figura 4 (Fonte: RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos – (ob. Cit.))

⁷³ Decreto n.º 41.363, de 14 de novembro de 1957, art. 118º.

⁷⁴ Decreto 41 363, de 14 de novembro de 1957, art. 130º.

⁷⁵ Decreto 41 363, de 14 de novembro de 1957, art 128º.

Superiores de Belas-Artes e ainda oficinas, museus e outras instalações exigidas pela natureza e finalidade do ensino.

Carlos Ramos⁷⁶, diretor da Escola Superior de Belas-Artes do Porto (ESBAP) considerou a reforma de 1957 como “o maior acontecimento das últimas décadas no campo das belas-artes”⁷⁷.

Em 1974, em consequência da democratização gerada pela nova conjuntura política decorrente do 25 de abril, ocorreram alterações a nível da gestão pedagógica e científica nas instituições de ensino superior: os órgãos dirigentes das instituições de ensino superior passaram a ser eleitos, as competências dos novos órgãos de gestão⁷⁸ bem como a respetiva constituição foram regulamentadas, os Cursos de Pintura e Escultura foram reformulados, passando a designar-se de Artes Plásticas (Escultura) e Artes Plásticas (Pintura) e passou a ministrar-se um novo Curso – o curso de Design e Comunicação (Arte Gráfica).

Com o Decreto-lei nº 498-F/79, de 21 de dezembro foi finalmente criada a Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, desvinculando-se da ESBAP o curso de Arquitetura.

⁷⁶ Carlos João Chambers Ramos foi um arquiteto português pioneiro do movimento moderno na arquitetura portuguesa. Foi também docente e diretor da Escola de Belas-Artes do Porto, desempenhando um papel crucial na modernização do ensino da mesma, tendo sido um dos cinco professores que elaborou a Reforma de 1950. Foi professor da cadeira de Arquitetura da EBAP a partir de 1940 e de 1957 até 1969 ocupou-se apenas de funções de gestão da mesma, tornando-se diretor a partir de 1952. Para saber mais sobre Carlos Ramos ver: COUTINHO, Bárbara Santos - Carlos Ramos (1897-1969): obra, pensamento e ação. A procura do compromisso entre o modernismo e a tradição. Dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2001.

⁷⁷ RAMOS, Carlos Ramos. “Preâmbulo” in VI Exposição Magna da Escola Superior de Belas Artes do Porto, Porto, Escola Superior de Belas - Artes, 1957.

⁷⁸ Os novos órgãos de gestão criados em 1974 foram: a Assembleia de Escola, o Conselho Diretivo, o Conselho Pedagógico e o Conselho Científico.

3.2. Entidade detentora: o Centro de Documentação de Urbanismo e Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

O Centro de Documentação de Urbanismo e Arquitectura (CDUA) da FAUP é um arquivo especializado com características muito particulares devido à especificidade própria dos documentos de Arquitectura e o respetivo público-alvo.

O CDUA foi criado em 1993 devido à necessidade de reunir a documentação da investigação da "Exposição de Arquitectura Portuguesa Contemporânea: Anos 60 - Anos 80", na Fundação de Serralves, em 1991 e na sequência da chegada de doações de vários arquitetos ou suas famílias (documentação proveniente de escritórios de arquitectura). A extinção do museu que custodiava a documentação da ESBAP, quando a FAUP foi criada, em 1996, foi também um estímulo para a fixação deste serviço de documentação, que passou a integrar todo o património antes pertencente ao museu: desenhos de trabalhos de bolseiros em Paris, trabalhos escolares e/ou académicos de alunos da EBAP e da ESBAP nomeadamente: os CODA, seminários de pré-profissionalização e relatórios de estágio. Além destes, o CDUA custodia ainda diversos arquivos profissionais e setoriais de vários arquitetos, fotografias, cartazes, entre outros, cujas datas extremas vão de inícios do século XIX até ao presente. Além destes, o CDUA custodia ainda diversos arquivos profissionais e setoriais de vários arquitetos, fotografias, cartazes, entre outros, cujas datas extremas vão de inícios do século XIX até



Figura 5: Instalações do CDUA da FAUP

ao presente.

A documentação apresenta-se em diversos suportes (papel, papel vegetal, heliografia, amocê, acetato, CD) e formatos (fotografias, modelos em cartolina, madeira, esferovite, cortiça/corticite). Relativamente ao acondicionamento, a documentação está disposta em estantes de madeira e de metal, em caixas de cartão acid free e em arquivos horizontais de metal.



Figura 6: Acondicionamento da documentação do CDUA

Os responsáveis pelo CDUA têm procurado, ao longo do tempo, incrementar medidas de preservação, conservação e difusão do património, *“particularmente no que se refere às condições ambientais e de segurança nos depósitos, à melhoria do acondicionamento da documentação, à promoção da reprodução, principalmente com fins de investigação”*⁷⁹. Contudo, os esforços no sentido da disponibilização do seu acervo recorrendo às novas tecnologias têm sido lentos, apesar de todos os esforços investidos na descrição de toda a documentação, em conformidade com as normas internacionais de descrição arquivística e do registo de imagens digitalizadas⁸⁰ em base de dados.

Neste contexto, com vista melhorar o acesso ao seu acervo, o CDUA aceitou a proposta da Reitoria da Universidade do Porto e avançou com um projeto viável através de financiamentos externos: no âmbito de uma iniciativa por parte da Reitoria,

⁷⁹ GODINHO, Teresa Godinho. *Guia do CDUA*. 2013.

⁸⁰ A maior parte destas imagens são fruto de solicitações externas e internas de reprodução.

encontra-se em curso a digitalização de alguns documentos, mais concretamente a série informacional dos CODA. O principal objetivo desta iniciativa consiste na inserção da série CODA nas coleções do Arquivo digital da UP, permitindo a sua disponibilização em livre acesso na internet. Desta forma, num futuro próximo, será possível visualizar o documento online, evitando o manuseamento dos exemplares originais e consequentemente a deterioração dos mesmos face aos malefícios ambientais e de uso.

3.2.1. Sistema de Informação existente

Atualmente, a documentação reunida do CDUA é recenseada e descrita numa base de dados *FileMaker*, criada especificamente para o efeito da descrição arquivística. Os campos de dados da base seguem a norma ISAD (G), tendo sido parcialmente personalizada de acordo com a especificidade da documentação.

The screenshot shows the FileMaker Pro interface for a database named 'CODA- FRD proc'. The main window displays a record for 'ARQUIVO / CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO' with the following details:

- FUNDO:** ACTIVIDADE ESCOLAR
- Série:** CODA

1. IDENTIFICAÇÃO

- 1.1. Código de referência:** PT FAUP/CDUA /AE /CODA /018
- 1.2. Título:** Um hospital da Misericórdia
- 1.3. Datas extremas:** 1941
- 1.4. Nivel de descrição:** Processo
- 1.5. Dimensão e suporte:** 1 caixa (4 cm)

2. CONTEXTO

- 2.1. Nome do produtor:** PIMENTEL Júnior, João
- 2.4. Procedência:** Biblioteca da FAUP

2.2. História administrativa:

2.3. História arquivística:

3. CONTEÚDO E ESTRUTURA

3.1. Âmbito e conteúdo: Processo individual para a obtenção do diploma de arquitecto.

Candidato: PIMENTEL Júnior, João

Título do CODA: Um hospital da Misericórdia

Local: Peso da Régua

Data do CODA: 19.Abr.1941 Estado de conservação: bom (vestig. de bibliófagos)

Registo na ESBAP: Número: 271 Data: 19.Jun.1987 Outro:

Figura 7: Filemaker Pro

Dada a obsolescência do sistema atual, a dificuldade em alterar o mesmo e a impossibilidade de associar Descrições a Imagens Digitais na base de dados FileMaker, optou-se por ponderar um novo sistema de maior qualidade, que viesse ao encontro das necessidades atuais e que, num futuro próximo, pudesse substituir ou, pelo menos, complementar o sistema atual, de forma a possibilitar a disponibilização online das representações de informação aos investigadores e utilizadores do CDUA, facilitando, deste modo, a procura e o acesso aos documentos.

Em fase de contenção de custos, foi deliberado que se deveria optar por um *software* de gestão e disponibilização de descrições arquivístico *open source* devido à ausência de encargos com licenças de utilização. Estabeceu-se ainda outro requisito: o *software* deveria ser compatível com as normas internacionais do Conselho Internacional de Arquivos. O ICA-AToM foi a aplicação selecionada por se ajustar bem às necessidades de disponibilização *on-line* e por corresponder aos requisitos estabelecidos de ser um *software livre*, considerando as normas de descrição arquivística existentes

3.2.2. A documentação alvo de tratamento arquivístico: os CODA

Os CODA constituíam a prova final do Curso de Arquitectura da Escola de Belas Arte até à reforma de 1957 que instituiu os Relatórios de Estágio como trabalho de fim de curso. Após esta reforma, os CODA continuaram a ser realizados apenas por alunos que terminaram a parte curricular do curso de arquitetura antes da mesma e, por isso, os CODA continuaram a ser apresentados nos primeiros anos da aplicação da Reforma.

Relativamente à sua constituição, os trabalhos CODA são compostos por documentação textual, desenhada e fotográfica. Este tipo de trabalho consiste num processo dividido em 2 partes: a parte escrita e a parte desenhada. A parte escrita reúne documentos tais como a memória descritiva e justificativa, o programa, cadernos de encargos, cartas, mapas de acabamentos e orçamentos. Relativamente às peças desenhadas, cada projeto pode ter um número variável de desenhos de projeto e, por vezes, também se verifica a existência de fotografias de maquete ou de obra.

No CDUA da FAUP, encontram-se 369 trabalhos CODA realizados na EBAP/ESBAP entre o período de 1935 a 1979⁸¹.

Como já foi referido anteriormente⁸², dada a extensão do acervo documental e a impossibilidade de tratar arquivisticamente um grande número de documentos, a dissertação incidirá sobre os CODA realizados na EBAP, ou seja, em parte da documentação que se encontra a ser digitalizada. Por esse motivo, foi acordado que a meta-informação descritiva e contextual resultante do presente trabalho será livremente fornecida à Unidade de Gestão de Informação da Universidade Digital da Reitoria para ser registada na plataforma DSPACE usada pelo Repositório Aberto da Universidade do Porto. Esta interação é facilitada através da reutilização de meta-informação já validada no ICA-AToM, dada a consistência da descrição entre sistemas.

3.2.3. A adoção de um novo sistema de informação: o ICA-AToM

Atualmente, a maioria dos investigadores procura satisfazer as suas necessidades informacionais através de pesquisas na Internet. Daí a importância da disponibilização de recursos informativos online.

O ICA-AToM (*International Council Archives – Access to Memory*) foi desenvolvido por um grupo de colaboradores e patrocinadores em colaboração com o Conselho Internacional de Arquivos. É uma aplicação que tem como principal objetivo oferecer à comunidade arquivística internacional um *software* livre que permita às instituições a disponibilização dos seus fundos *online*. É uma aplicação criada com ferramentas baseadas em código aberto (*open source*), projetada para funcionar em ambiente *web* e que se destina a apoiar as atividades de descrição arquivística em conformidade com os padrões do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), contemplando as normas ISAD(G), ISAAR(CFP), ISDF e ISDIAH.

As principais funcionalidades do ICA-AToM resumem-se ao seguinte:

⁸¹ Distribuem-se no tempo da seguinte forma: anos 1930-1939: 2; 1940-1949: 92; 1950-1959: 118; 1960-1969: 114.

⁸² Ver ponto 1.1 da Introdução, p. 3.

- Disponibilização de documentos *online* e respectivas descrições arquivísticas;
- Possibilidade dos utilizadores navegarem dos resultados de pesquisa para registos completos que serão mostrados no contexto da descrição multinível;
- Possibilidade de navegação por campos como assunto, local e nome.
- Possibilidade de acesso e edição de informação a partir de qualquer lugar;
- Existência de um interface de tradução que permite o funcionamento multilingue associado ao sistema;
- Possibilidade de importação de descrições de outros repositórios;
- Possibilidade de criação de um vocabulário controlado (tesauro) através de taxonomias.

Além de ter todas estas funcionalidades, o ICA-AToM é uma aplicação multilingue, facultando o acesso à informação em vários idiomas⁸³, acessível e de utilização amigável e intuitiva. Por esse motivo, é adotável por pequenas, médias ou grandes instituições suportando a integração de repositórios simples ou múltiplos através da importação de registos.⁸⁴

A instalação e funcionamento do ICA-AToM dependem de alguns requisitos. A seguinte imagem representa os requisitos necessários:



⁸³ Atualmente encontra-se apta a incorporar os seguintes idiomas: Alemão, Árabe, Coreano, Esloveno, Espanhol, Francês, Grego, Holandês, Inglês, Islandês, Italiano, Japonês, Persa e Português.

⁸⁴ ANTÓNIO, Rafael; SILVA. Arquivos definitivos na WEB: que futuro? [Em linha] - In *10º Encontro Nacional de Arquivos Municipais*. Leiria, 2011. [Consult. 01 Jun. 2013] Disponível em WWW: <URL: <http://bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/view/1/141>>, p. 7.

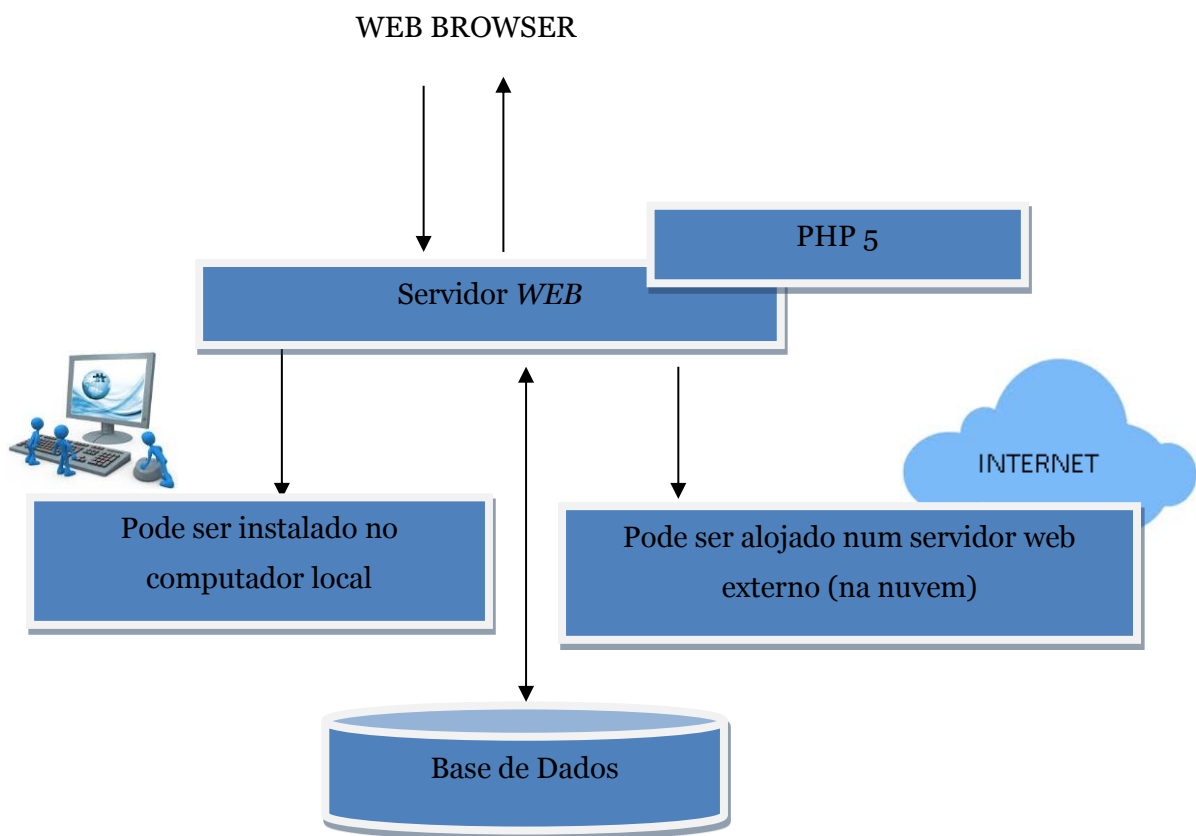


Figura 8: Requisitos do ICA-ATOM

Como podemos observar através da figura acima apresentada, será necessário a criação de um servidor web para processar os pedidos HTTP ⁸⁵ (Hypertext Transfer Protocol) que são efetuados através de um WEB *browser*⁸⁶. Toda a interação entre o utilizador e o sistema é realizada através de um *browser* em que os utilizadores acedem a páginas HTML que estão no servidor Web. Para o desenvolvimento deste trabalho foi utilizado o servidor web Apache, no entanto o IIS (Internet Information Services) também é compatível com este tipo de *software*.

⁸⁵ Protocolo de comunicação

⁸⁶ *Software* que permite que os utilizadores interajam com páginas web que se encontram alojadas em servidores WEB... (ver glossário).

Para armazenar as informações, como por exemplo, as descrições arquivísticas, será necessária a utilização de um Sistema de Gestão de Base de Dados (SGBD). Neste trabalho foi utilizado o SGBD MySQL uma vez que se trata de um *software* livre com base na GPL (General Public License), de fácil administração e que apresenta um bom desempenho.

Para apoio a este projeto realizado no ICA-AtoM, recorreu-se a comunidades e foruns de debate sobre desenvolvimentos e erros da aplicação, o que se revelou imprescindível para a correta utilização do *software*.

4. A Recolha e Tratamento dos dados

Recorrendo à análise dos dados de entrevistas feitas a investigadores de CODA, pretende-se neste capítulo reunir um conjunto de elementos que permitam compreender por que motivo é que os utilizadores acedem e utilizam a documentação reunida no CDUA (em especial o acervo relativo aos CODA) e perceber que tipo de informação procuram nos CODA, ou seja, fazer um pequeno estudo de comportamento informacional que permita melhor tomar decisões sobre o tratamento técnico dos CODA.

4.1. Estudos de Utilizadores

Os estudos de utilizadores são investigações realizadas com o objetivo de saber o que os indivíduos precisam em matéria de informação e também se as necessidades de informação dos utilizadores de uma biblioteca, arquivo ou centro de documentação, estão a ser satisfeitas de maneira adequada ⁸⁷.

Os primeiros estudos de utilizadores surgiram na década de 1940. Desde essa altura, estes tipos de estudos sofreram uma evolução natural. Na perspetiva tradicional, a área das necessidades e utilização da informação focava-se na observação do momento em que os utilizadores entravam em contacto com um sistema e utilizavam uma determinada informação. Este enfoque tradicional centrava-se principalmente no estudo da utilização da informação por parte de um determinado grupo de utilizadores através da análise das referências dos seus trabalhos de investigação. Porém, este enfoque tradicional da investigação de necessidades dos utilizadores evoluiu durante as últimas décadas do século XX, passando a dar mais valor ao contexto e à situação que levam o utilizador a necessitar da informação e não tanto às características sociológicas e demográficas dos utilizadores. A nova perspetiva começou a valorizar também as características individuais (cognitivas e afetivas) dos utilizadores que condicionam o modo de procura e utilização da informação. Desta forma, começaram a emergir distintos enfoques teóricos e metodológicos orientados para o conhecimento individual

⁸⁷ FIGUEIREDO, Nice. *Estudo de uso e usuários da informação*. Brasília: IBICT, 2004, p. 7.

dos utilizadores, independentemente do sistema de informação utilizado para a procura de informação⁸⁸.

Neste contexto, foi realizado um estudo no CDUA com o objetivo de identificar as necessidades informacionais dos seus utilizadores. O estudo dos utilizadores do CDUA constituiu um conjunto de investigações cujos resultados permitiram planear um novo sistema de informação e melhorar o existente. Para tal, foi imprescindível conhecer os utilizadores do CDUA e a perceção que estes têm dos serviços disponibilizados de forma a poder determinar quais os seus hábitos no que concerne à informação consultada.

4.2. Técnica de recolha de dados: a entrevista

A técnica de recolha de informação escolhida para esta investigação foi a entrevista uma vez que o uso de técnicas quantitativas (tal como o questionário) é inadequado para o estudo de aspetos relacionados com o comportamento humano, em concreto com o comportamento de pesquisa de informação. Além disso, as entrevistas permitem obter informação qualitativa ao observar de forma sistemática a realidade: tanto os aspetos físicos do processo de procura de informação bem como os aspetos cognitivos dos investigadores. Assim, foi possível perceber o modo como o utilizador se relaciona com o ambiente e de que forma este motiva ou inibe o processo de procura de informação⁸⁹.

O guião da entrevista elaborado para este estudo que orientou o rumo das entrevistas encontra-se em anexo (anexo 1). Cada entrevista durou aproximadamente 15 minutos, tendo sido gravada com o consentimento dos entrevistados. A identificação pessoal dos participantes da investigação foi mantida em sigilo.

No processo de análise e interpretação dos dados recolhidos, as respostas das questões foram organizadas e estruturadas numa tabela, utilizando o *software Microsoft Excel*, de forma a obter uma melhor compreensão e uma visão geral dos resultados obtidos.

⁸⁸ GONZÁLEZ TERUEL, Aurora. *Los Estudios de necesidades y usos de la información: fundamentos y perspectivas actuales*. Gijón: Trea, 2005., p. 21-22.

⁸⁹ *Ibidem*, p. 93.

Através da realização de entrevistas, recolheram-se informações sobre as necessidades informacionais dos utilizadores, tentando descobrir os hábitos dos mesmos para a obtenção da informação, estudar as maneiras de obtenção de acesso aos documentos e perceber qual a opinião dos utilizadores relativamente aos instrumentos de acesso mais adequados para a pesquisa da informação no CDUA. O intuito deste estudo foi potencializar o acesso à informação através da criação de instrumentos de acesso e, desta forma, melhorar o serviço prestado.

Deste modo, apuraram-se os fins da utilização da informação e os fatores que afetam tal utilização. Analisando o comportamento dos utilizadores na obtenção de informação, foi possível determinar os seguintes aspetos:

- Os utilizadores têm a noção dos serviços e da informação disponibilizados no CDUA?
- Qual a principal motivação/finalidade para a consulta dos CODA?
- Quais os hábitos e o comportamento dos utilizadores na obtenção de informação?
- Quais as necessidades e os interesses dos utilizadores da informação?

A entrevista mostrou-se útil para alcançar os objetivos propostos, permitindo a recolha de um grande volume de informação qualitativa que não seria possível conseguir de outro modo.

4.3. A amostra

A primeira fase de recolha de dados ocorreu aquando da realização de entrevistas a alguns investigadores do CDUA. Foi utilizada uma amostra composta por 9 investigadores, concretamente: 3 estudantes do Mestrado Integrado de Arquitectura da FAUP, 4 arquitetos e 2 professores universitários. Os sujeitos da amostra são maioritariamente do sexo masculino, sendo que dos 9 entrevistados, apenas 3 são do sexo feminino.

Os entrevistados foram selecionados a partir de um trabalho de análise dos registos dos utentes do CDUA⁹⁰, o qual permitiu identificar as pessoas cujas consultas se focaram especificamente nos CODA. Após a seleção dos investigadores, foram contactadas 19 pessoas. Contudo, apenas 9 se mostraram disponíveis para colaborar nesta investigação.

4.4. Resultados

Os resultados deste estudo, embora não possam ser generalizados, oferecem uma visão ampla dos problemas e tendências dos investigadores na consulta de informação da área de arquitetura.

A organização da entrevista deu-se de acordo com os objetivos específicos da mesma, tendo sido dividida da seguinte forma: a primeira parte destina-se a identificar o comportamento informacional; a segunda parte a identificar a perceção que os utilizadores têm do CDUA (dos serviços que oferecem, dos instrumentos de pesquisa disponíveis) e a terceira para apurar quais os elementos informativos que são passíveis de constituir pontos de acesso à informação.

4.4.1. Comportamento e Necessidades Informacionais dos utilizadores

A maioria das respostas dadas pelos entrevistados relativamente às fontes de informação utilizadas para obter informação na área de arquitetura revelaram que as bibliotecas e os arquivos são as fontes de informação primárias para a procura de informação arquitetónica, sendo que os investigadores, quando necessitam de uma determinada informação, deslocam-se primeiro à biblioteca ou ao CDUA e só quando não encontram a informação desejada é que consultam outras fontes. Alguns entrevistados afirmaram não saber da existência de outros arquivos ou bibliotecas voltados para os seus interesses, além do CDUA, da Fundação Marques da Silva e dos arquivos conservados no Forte de Sacavém.

⁹⁰ Todos os utentes do CDUA são registados através do preenchimento de uma requisição de consulta que inclui os dados pessoais do requerente, a finalidade da consulta e o tipo de informação consultada.

Curiosamente, os investigadores revelaram que não é sua prática habitual pesquisar informação na internet, preferindo obter informação nas bibliotecas e arquivos, onde existe uma maior organização, confiabilidade e seletividade da informação. Este facto veio contrariar a teoria de que a acessibilidade e facilidade do uso são os fatores mais determinantes na utilização de um serviço de informação e que o canal mais acessível (como é o caso da internet), embora não sendo o melhor, é escolhido primeiro⁹¹. No caso dos investigadores entrevistados, as considerações sobre a qualidade e confiabilidade de um serviço de informação são primordiais e, por esse motivo, preferem recorrer a bibliotecas e arquivos. De referir que um dos entrevistados apontou como segunda fonte fundamental os arquivos pessoais. A preferência pelos arquivos pessoais é fundamentada por espelharem o interesse de cada investigador, serem facilmente acessíveis e permanentemente atualizados.

“Normalmente só costume procurar na biblioteca da Faculdade [FAUP] ou no Centro de Documentação [CDUA] porque geralmente a informação que procuro encontro-a o nestes sítios. Por vezes, também procuro na internet uma ou outra informação rápida mas não é habitual. (...) A internet dispõe de um volume excessivo de informação sem qualquer critério de seleção”.

(entrevistado 1)

“Bibliotecas, arquivos e no centro de documentação da FAUP. (...) A verdade é que há poucos arquivos de arquitetura para além deste. (...) Privilegio o recurso às fontes primárias (...). A internet uso-a muito pouco porque me parece não ter o grau de critério necessário. Só uso quando procuro uma imagem rápida para tentar ilustrar alguma coisa que li, que não conheça, tentar às vezes de uma obra que é geograficamente afastada ter uma ideia rápida para saber do que é que estamos a falar, mas a ideia é, sempre que possível, deslocar-me lá depois. Por isso as fontes principais são as obras. A segunda fonte fundamental são os arquivos pessoais que nem sempre são tão vastos como deveriam”.

(entrevistado 3)

⁹¹ FIGUEIREDO, Nice, - Estudos de uso e usuários de informação (ob. Cit.), p. 26.

“Em primeiro lugar, em bibliotecas de universidades ou outras instituições. Quando necessito mais informação, dirijo-me a arquivos”.

(entrevistado 5)

“Normalmente faço a pesquisa na biblioteca e quando procuro coisas rápidas, pesquiso na internet mas não com muita frequência.”

(entrevistado 7)

A questão nº 2 referia-se aos instrumentos de pesquisa que os investigadores costumam utilizar na pesquisa de informação. Constatou-se que a utilização de instrumentos tais como catálogos, guias e inventários não é prática habitual entre os entrevistados, sendo que o catálogo digital da biblioteca é o instrumento de acesso a que os investigadores mais recorrem para orientar a pesquisa de informação e determinar quais são os documentos que pretendem consultar. Referiram ainda que no próprio CDUA, têm acesso somente a um inventário que se encontra disponível apenas a quem vai consultar informação e solicita o mesmo. Alguns dos entrevistados afirmaram não saber da existência de instrumentos de pesquisa no CDUA.

Em geral, foi observada uma certa relutância em usar índices, catálogos e guias. A falta de utilização de instrumentos de acesso mostra que os utilizadores têm falta de instrução na forma como usar este tipo de instrumentos. Desta forma, as bibliotecas e os arquivos e, neste caso concreto, o CDUA devem explorar melhor estes factos, procurando facilitar o acesso à informação e desenvolver meios para que os investigadores possam fazer melhor uso dos seus documentos.

“Geralmente recorro ao catálogo da biblioteca para efetuar pesquisas bibliográficas. A partir daí, sei sempre se os documentos que procuro se encontram na biblioteca e se estão disponíveis é claro. (...). Já consultei também o guia de fundos da Torre do Tombo através da internet. (...) No centro de documentação [CDUA], a Dr.^a Teresa fornece-me uma espécie de inventário que contém uma breve descrição dos documentos e dos desenhos e a partir dessa lista consigo ter uma noção daquilo que os processos têm”.

(entrevistado 1)

“Nos arquivos, costumo consultar inventários, índices mas fora dos arquivos é difícil. (...) Aqui existem mas está apenas disponível a quem vem consultar, não se consegue consultar fora daqui”.

(entrevistado 3)

“Catálogos online, de bibliotecas (universitárias ou municipais) ou instituições (Gulbenkian, LNEC, etc.) (...)”

(entrevistado 5)

“Apenas o catálogo da biblioteca. Não sei se existem esses instrumentos aqui, nunca consultei nenhum.”

(entrevistado 8)

“Não é costume utilizar esses instrumentos. Normalmente quando chego a um arquivo ou biblioteca opto sempre por perguntar ao bibliotecário se tem o que procuro, é mais fácil”.

(entrevistado 9)

Quanto ao tipo de informação consultada no Centro de Documentação, os entrevistados referiram os CODA, trabalhos escolares e espólios de vários arquitetos. A investigação para tese de doutoramento foi o principal motivo que levou os entrevistados a consultar este conjunto de documentos no CDUA. Além deste, apenas 2 estudantes consultaram informação com vista à realização de uma exposição.

“Devido ao tema da minha investigação para a tese de doutoramento, que é um escritório de arquitetura em particular, tenho consultado o respetivo espólio mas às vezes consulto o espólio de outros arquitetos e os CODA mas sempre a partir deste núcleo que me interessa mais e que está mais relacionado com a minha investigação”.

(entrevistado 3)

4.4.2. Perceção do conhecimento e da satisfação dos utilizadores

A entrevista continha 6 questões relacionadas com o conhecimento e satisfação dos utilizadores do CDUA relativamente à informação e serviços oferecidos.

A primeira questão deste grupo pretendia saber qual a opinião dos entrevistados relativamente à pertinência da documentação que se encontra no Centro de Documentação da FAUP no estudo da Arquitetura Portuguesa e Portuense. Neste aspeto, todas as respostas foram unânimes, sendo que a totalidade dos entrevistados considera a documentação reunida no CDUA imprescindível para o estudo da evolução do ensino, das linguagens, dos materiais, das técnicas e das influências de estilos de arquitetura. Os CODA, em especial, espelham a evolução do ensino de arquitetura em Portugal e a diferença do tipo de ensino entre o Porto, na EBAP, e Lisboa, na ESBAL.

Além disso, a documentação do CDUA pelo seu valor histórico é, de facto, um recurso vital para os investigadores por serem peças originais e sem interpretações historicistas da obra.

“Os CODA são muito importantes porque permitem perceber, no fundo, quais são as referências mais importantes em cada época. Julgo que são documentos fundamentais para perceber a arquitetura que cada época. (...). Apesar do ensino estar centralizado no Porto e em Lisboa, eram muito diferentes. Apesar dos currículos em certa altura não serem muito diferentes, era muito diferente o tipo de ensino na prática e os projetos que dele resultavam. Os CODA são as transcrições mais diretas e mais fiéis dessa diferença. (...) Qualquer pessoa que queira perceber o ensino, e o ensino é fundamental na evolução do ensino de arquitetura em Portugal, tem que passar pelos CODA, isso é inevitável!”

(entrevistado 3)

Sim, é essencial porque é no CDUA que encontramos o material genuíno”.

(entrevistado 7)

“Considero a documentação do CDUA muito importante pelo facto de os elementos disponíveis serem peças originais e sem interpretações historicistas da

obra ou de partes da obra. Assim, esses elementos em bruto, tratando-se de peças por interpretar, poderão trazer novas interpretações ou questionamentos sobre a arquitetura Portuguesa e Portuense dentro de novas perspectivas ou de linhas de pesquisa”.

(entrevistado 8)

A questão nº 2 tinha como finalidade saber como é que os utilizadores tiveram conhecimento de que a informação que procuravam se encontrava no CDUA, ou seja, identificar os diversos canais de informação. Praticamente todos os inquiridos responderam que conseguiram essa informação através de referências bibliográficas em teses e outros trabalhos escolares e/ou através de colegas/professores, à exceção de um investigador que afirmou saber da existência da série CODA, através da página do CDUA no site da FAUP.

Analisando os resultados, apesar dos investigadores fazerem uso dos canais formais, constata-se que os canais informais de comunicação têm grande importância na comunidade de arquitetura, uma vez que 7 dos 9 inquiridos adotam mais os métodos informais para satisfazer as suas necessidades informacionais através da comunicação com colegas/professores. Observa-se também que, de certa forma, os canais informais são o elo para o canal formal.

“Relativamente aos CODA, foi através de uma tese de doutoramento em arquitetura: “A escolha do Porto” de Eduardo Fernandes, salvo erro. Relativamente ao arquivo profissional de Arménio Losa que também já consultei diversas vezes, penso que foi alguém que me disse, um colega, um professor, não me recordo bem”.

(entrevistado 1)

“Através da indicação numa legenda ou nota bibliográfica e através da recomendação de um colega”.

(entrevistado 8)

“Ao pesquisar sobre os CODA na internet, encontrei a página do centro de documentação no site da FAUP (...) e foi dessa forma que soube onde encontrar os CODA”.

(entrevistado 9)

Todos os sujeitos da amostra afirmaram que, na maioria das vezes, encontram o material que procuram no CDUA. Percebe-se então que o nível de satisfação dos utilizadores em relação à informação que procuram, é notoriamente positivo, sendo que o facto de nenhum entrevistado ter respondido o contrário demonstra que o CDUA tem satisfeito suficientemente as necessidades informacionais do seu público.

Uma das questões destinou-se especificamente a analisar a satisfação relativamente aos serviços oferecidos pelo CDUA. Segundo as respostas obtidas que variaram entre “Bom”, “Muito Bom”, “Ótimo” e “Excelente”, percebe-se que as opiniões no que toca à qualidade dos serviços apresentam-se em níveis bastante satisfatórios. Todavia, percebemos que questionar os investigadores sobre a qualidade dos serviços pode levar a conclusões que não correspondem à realidade pois a maioria dos entrevistados embora tenham conhecimento de vários outros serviços que poderiam existir à sua disposição, responderam positivamente apesar da insuficiência de instrumentos de acesso.

A questão nº 10 teve como finalidade identificar os serviços que os utilizadores gostavam que o CDUA disponibilizasse. Analisando resultados da questão anterior e a diversidade de respostas obtidas nesta questão, foram notadas algumas contradições: apesar de os investigadores terem avaliado positivamente a qualidade dos serviços disponíveis no CDUA, quando questionados acerca dos serviços que gostavam que o CDUA disponibilizasse, as propostas foram variadas: serviço de consulta *online* em regime de livre acesso; reprodução documental a custos mais reduzidos; catálogos, guias e índices disponíveis online.

“Um arquivo digital para disponibilizar os documentos textuais e alguns desenhos , nem que fossem só os mais importantes, do ponto de vista da notabilidade dos autores . (...) Mas compreendo que dada a atual conjuntura de crise económica e financeira, é muito pouco provável iniciar um projeto dessa dimensão porque os

custos envolvidos num projeto assim calculo que sejam elevadíssimos (...) portanto, ficaria satisfeito com um guia de fundos e colecções à semelhança do Arquivo da Torre do Tombo”.

(entrevistado 1)

“Gostaria de ter acesso online ao catálogo completo do CDUA”.

(entrevistado 9)

“Mais disponibilidade de informação online, principalmente relativa aos elementos que possuem já organizados. Mais precisamente em forma de índice desses mesmos elementos”.

(entrevistado 4)

“Serviços de reprodução mais baratos embora sabendo que o preço que o CDUA cobra é abaixo do preço de reprodução”.

(entrevistado 3)

“Um serviço de consulta online seria ótimo mesmo que na internet só estivesse disponível uma digitalização em baixa resolução para perceber o tipo de informação que o centro de documentação tem porque é um núcleo desconhecido para a maioria das pessoas. Além disso, gostaria de ter acesso a uma guia, um inventário para saber, por exemplo, quais os CODA existentes e alguns dados sobre os mesmos”.

(entrevistado 6)

Com o desenvolvimento das tecnologias de informação, os investigadores estão cada vez mais habituados a aceder à informação de forma rápida e segura de tal forma que a percepção que os entrevistados têm relativamente à necessidade de acesso aberto à informação é unânime: todos os entrevistados concordam que o CDUA deveria oferecer aos seus utilizadores a possibilidade de aceder à informação sobre os fundos e visualizar os documentos já digitalizados, através da internet. Porém, o simples ato de disponibilização de documentos implica um conjunto diversificado e complexo de tarefas tais como a organização, ordenação e descrição arquivística, a transferência de

suporte, etc. e grandes esforços financeiros que nem sempre estão ao alcance das instituições. Alguns dos entrevistados estão cientes dessas implicações:

“Se o preço a pagar pelo acesso à informação é a deterioração da documentação (...), é prioritário salvar a conservação dos documentos. Eu penso que o CDUA ainda está na fase do “como é que consegue organizar”, ainda não está na fase de divulgar (...), sendo que ambas são a razão de ser do CDUA, não pode ser só uma espécie de arquivo fechado. Mas acho que a aposta aqui, com os meios que temos, tem sido mais na conservação e organização e parece-me bem. Como é que se evolui disso para a disponibilização é que me parece a dificuldade até porque sabendo nós qual é o preço da reprodução dos documentos, imagino qual é o custo envolvido na disponibilização digital dos documentos. Como é que nós fazemos para arcar com uma despesa dessa ordem?”

(entrevistado 3)

De entre os 9 entrevistados, apenas um dos investigadores (entrevistado 3) é da opinião de que não é viável o CDUA disponibilizar toda a informação *online* uma vez que a principal fonte de receita do CDUA advém dos pedidos de reprodução. Este investigador afirma que apesar de gostar de ter a informação acessível na internet, compreende a posição do CDUA e considera inviável, do ponto de vista da gestão da informação, o acesso aberto a toda a informação:

“(...) É óbvio que qualquer utilizador de um centro de documentação desta natureza gostava de ter mais informação disponível na internet. Às vezes dava-me jeito, em vez de ter que vir aqui, estar em casa a trabalhar no doutoramento mas admito que isso para mim seja menos relevante porque de facto tenho uma presença física muito grande aqui. Mas, de facto, é um problema. Contudo, é um problema que não se pode ver só do lado de quem investiga, tem de ser ver do lado de quem guarda a documentação e desse ponto de vista, também para mim não é viável que o acesso

discriminado à informação seja a melhor forma de a gerir (...) principalmente quando a sobrevivência de um centro de documentação depende do pagamento do acesso a essa informação. (...) Não me parece que colocar a informação totalmente disponível seja a melhor forma de gerir o CDUA. Acho natural que haja uma contrapartida para o acesso à informação”.

(entrevistado 3)

A solução proposta por este investigador para solucionar este problema consiste na digitalização de documentos em baixa resolução e disponibilizá-los apenas num computador do CDUA, oferecendo a possibilidade de reprodução de alta resolução mediante pagamento. Desta forma, *“a consulta é mais rápida e a manipulação e consequente deterioração dos documentos é menor”.*

4.4.3. Pontos de Acesso à Informação

A primeira questão deste grupo tinha como objetivo saber se os investigadores tinham interesse em saber informações sobre os autores dos CODA e que tipo de informações. As respostas obtidas foram semelhantes, tendo a maioria mostrado interesse em conhecer dados biográficos tais como data e local de nascimento e dados sobre o percurso escolar (incluindo dados sobre o tirocínio e classificação do CODA). Além dados biográficos e académicos, alguns entrevistados mencionaram que seria interessante saber uma lista bibliográfica relativa a cada autor e uma lista de obras arquitetónicas do autor.

“Seria importante saber alguns dados biográficos breves como nome completo pois os arquitetos só costumam assinar o primeiro e o último, data e local de nascimento e também dados sobre o percurso académico: data de matrícula, data de conclusão do curso e classificações incluído a classificação do CODA”.

(entrevistado 1)

“Dados sobre o tirocínio seria interessante saber porque permite estabelecer a valorização que tinha determinado tipo de linguagem, de formalização construtiva

nesse período e permite também perceber linhagens porque não é indiferente para um arquiteto a pessoa com quem trabalha ou trabalhou, nomeadamente na fase de tirocínio. Posso dar-lhe o meu exemplo: o arquiteto com quem eu fiz o tirocínio e com o qual eu estabeleci uma relação importante, já tinha sido meu professor e isso foi muito importante para a minha formação. Por isso, saber dados sobre o tirocínio parece-me uma excelente ideia. (...) Um pequeno apanhado das obras dos autores seria interessante mas é difícil porque se há autores que tiveram grande notabilidade, há outros que tiveram um percurso que não deixa de ser notável do ponto de vista da obra mas tiveram um certo apagamento”.

(entrevistado 2)

“(...) Uma lista bibliográfica relativa a cada autor, ou seja em que livros esse autor é referenciado e informação académica do autor assim como outros trabalhos ao longo do curso, em que ano iniciou e finalizou o percurso académico e dados biográficos”.

(entrevistado 4)

Com base nas respostas obtidas, foi realizada uma investigação dos dados biográficos e escolares dos autores dos CODA com vista a contextualizar os documentos e a torná-los mais compreensíveis.

A finalidade da segunda questão consistia em identificar elementos informativos passíveis de constituírem pontos de acesso à informação, isto é, elementos que permitem identificar o documento para, mais tarde, recuperá-lo. Para tal, foi colocada aos entrevistados a seguinte questão: Caso desejasse encontrar um determinado documento, especificamente um CODA, num repositório digital, através de qual(ais) elemento(s) informativos gostaria de efetuar a sua pesquisa?

A maioria dos inquiridos afirmou que o acesso deveria ser feito por produtor, tipo de edifício e local. Houve ainda quem indicasse a data e o nome da obra como elementos informativos importantes para recuperar os documentos:

“Pelo nome do arquiteto imediatamente, é logo o mais óbvio. (...) Pelo tipo de edifício também mas é muito mais genérico. Como há uma imensidade de edifícios tão grande parece-me difícil, mas para uma pessoa menos especializada que não saiba o

nome do arquiteto talvez seja mais fácil. Por localidade também seria interessante porque uma das coisas que eu faço quando viajo é ir ao IAPXX (...) tentar ver o que há naquela zona”.

(entrevistado 3)

“Nome do autor, nome da obra, datas e tipologia do edifício”.

(entrevistado 4)

“Através do nome do autor é essencial. Se eu quiser consultar um determinado CODA, à partida sei qual o nome do autor do mesmo e é através desse elemento que faria a minha pesquisa. Ou então quando não se sabe o nome do autor: pelo tipo de edifício, por exemplo, uma escola ou uma fábrica. Se quiser encontrar um edifício específico posso pesquisar por tipo de edifício e depois filtrar pelo local”.

(entrevistado 9)

Através deste estudo, foram identificados os elementos informativos passíveis de ser considerados como pontos de acesso à informação. Assim, a compreensão do comportamento de procura de informação através do estudo dos utilizadores teve particular importância na produção de instrumentos de pesquisa, sendo que os resultados do estudo foram imprescindíveis para a determinação dos pontos de acesso. Desta forma, os instrumentos de acesso produzidos poderão fornecer aos utilizadores os melhores resultados possíveis na pesquisa de informação.⁹²

⁹² Ver capítulo VI: “Instrumentos de Acesso”

5. Tratamento Arquivístico

O tratamento arquivístico abrange um conjunto de procedimentos técnicos sobre a documentação: análise, identificação, ordenação, a descrição, higienização e instalação dos documentos de um arquivo. O seu principal propósito reside na difusão e acesso à documentação/informação, sendo que a inexistência ou a falta de tratamento gera a impossibilidade de acesso e de recuperação. Assim sendo, o tratamento arquivístico torna-se fundamental para aceder aos documentos pois possibilita aos utilizadores a identificação e avaliação da relevância dos mesmos e simultaneamente promove o seu acesso.

5.1. Descrição Arquivística: a utilização do ICA-AToM

A Norma Internacional de Descrição Arquivística ISAD(G)⁹³ constituiu o principal ponto de referência para o tratamento da documentação em questão. Dada a especificidade e diversidade dos documentos de arquitetura, esta norma revelou-se relativamente ajustada uma vez que estabelece diretrizes gerais para a descrição arquivística de documentos independentemente dos seus suportes e formatos. Tais diretrizes abrangem a identificação do nível de descrição dos documentos, a contextualização dos mesmos bem como os seus conteúdos e as suas características extrínsecas e intrínsecas. Contudo, a norma ISAD(G) não fornece orientação específica para descrição de documentos especiais, particularmente documentos cartográficos, desenhos técnicos e arquitetónicos e espécies fotográficas⁹⁴. Desta forma, para possibilitar uma adequada descrição dos documentos e tendo em conta as características dos mesmos, foram também consideradas as orientações emanadas da Secção de Arquivos de Arquitetura do Conselho Internacional de Arquivos, materializadas no *Guide to the archival care of architectural records 19th - 20th*.⁹⁵

⁹³ CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – ISAD (G): *Norma Geral internacional de descrição arquivística* [Em linha]. 2.^a ed. Lisboa: IANTT, 2002. 97 p. [Consult. 5 Fev. 2013]. Disponível em WWW: <URL: http://dgarq.gov.pt/files/2008/09/isadg_pt.pdf>.

⁹⁴ PORTUGAL. Direcção-Geral de Arquivos – *Orientações para a Descrição Arquivística*. [Em linha]. 2.^a v. Lisboa: DGARQ, 2007.[Consult. 06 Mai. 2013]. Disponível em WWW: <URL: <http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/oda1-2-3.pdf>>, p. 21.

⁹⁵ Ver: INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Section of Architectural Records. - A guide to the archival care of architectural records...* (ob. Cit.).

5.1.1. Identificação dos níveis de descrição

A primeira etapa da descrição arquivística efetuada consistiu no estabelecimento dos diferentes níveis de descrição. Com base na análise orgânico-funcional da entidade produtora – a Escola de Belas Artes do Porto - foi possível compreender o contexto de produção e, posteriormente estabelecer os diferentes níveis de descrição adequados para espelhar a estrutura do processo de criação dos documentos e, de certa forma, a organicidade da EBAP.

A descrição arquivística abrangeu somente a série CODA, pertencente ao setor orgânico “Curso de Arquitectura” do Sistema de Informação “Escola de Belas Artes do Porto” e, portando, só foram definidos os níveis de descrição no ICA ATOM necessários para integrar a série tratada.

Ponderou-se a hipótese de tratar cada CODA como documento composto (processo), descendo ao nível do documento simples para descrever cada peça desenhada devido ao seu valor iconográfico e à crescente procura de que atualmente são alvo. Contudo, sendo um trabalho académico, constitui uma unidade de informação intelectualmente indivisível e, por esse motivo, concluiu-se que seria mais correto considerar cada CODA como documento unitário, não descurando a importância das peças desenhadas ao descrevê-las brevemente na zona “conteúdo e estrutura”.

5.1.2. Criação dos registos de autoridade arquivística: a investigação da história administrativa e biográfica dos autores

Após identificação dos autores dos CODA e tendo em vista a disponibilização da informação que foi possível reunir sobre cada um deles, foram criados 192 registos de autoridade arquivística, utilizando como guia de referência a Norma ISAAR(CPF). Esta norma fornece “*orientações para a preparação de registos de autoridade arquivística que proporcionam descrições das entidades (pessoas coletivas, pessoas singulares e famílias) associadas à produção e gestão de arquivos.*”⁹⁶ Na criação de registos de autoridade, a aplicação ICA-AtoM oferece a possibilidade de normalização e controlo descritivo dos produtores, evitando a duplicação de entradas. Além disso, proporciona

⁹⁶ CONSELHO INTERNACIONAL DOS ARQUIVOS - ISAAR(CPF): Norma Internacional de Registos de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias. 2ª ed. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 2004., p. 9.

a criação das relações existentes entre os autores e os documentos por eles produzidos, bem como sobre o contexto de criação do documento⁹⁷.

Visualizar registo de autoridade

Xavier, Luís Américo

Zona de identificação

tipo de entidade	Pessoa
Forma autorizada do nome	Xavier, Luís Américo

Área de descrição

datas de existência	1917-1996
história	<p>Dados Pessoais</p> <p>Nacionalidade Portuguesa</p> <p>Local de Nascimento Santa Isabel/ Lisboa</p> <p>Pai Raul Alberto Xavier, arquiteto</p> <p>Mãe</p> <p>Percurso Escolar</p> <p>Frequência na EBAP 1941/1944</p> <p>Frequentou o Curso Superior de Arquitectura na Escola de Belas Artes de Lisboa. Em 1941, pediu transferência para a Escola de Belas Artes do Porto. No ano seguinte, concluiu o numero de pontos necessários para a conclusão do Curso e requereu admissão à prova final para obtenção do Diploma de Arquitecto.</p> <p>Tirocinio Tirocinou sob orientação de Raul Rodrigues Lima, arquiteto diplomado pela Escola de Belas Artes de Lisboa, de 1941 a 1943, "colaborando na preparação prática de projetos, realização de pormenores, elaboração de cadernos de encargos...."</p> <p>Data de Requerimento do Diploma de Arquitecto 1944-01-28</p> <p>Data do Diploma de Arquitecto 1944-02-02</p> <p>Classificação do CODA 17 valores (Bom)</p>

Figura 9: Exemplo de Registo de Autoridade

Com vista a contextualizar os documentos e torná-los mais compreensíveis, foi realizada uma investigação dos dados biográficos e escolares dos autores dos CODA.

Esta investigação decorreu em duas fases: a primeira consistiu na análise dos processos individuais dos alunos, no arquivo da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto (FBAUP) e a segunda fase residiu na pesquisa de informações complementares tais como data da morte, prémios e obras arquitetónicas⁹⁸ em *sites* de genealogia (tais como o GeneAll⁹⁹) e no sistema de informação da Universidade do Porto – o SIGARRA – que contém um espaço (Alumni) destinado a dar a conhecer o percurso de antigos estudantes da Universidade do Porto, “*que ao longo da vida se*

⁹⁷ ANTÓNIO, Rafael; SILVA, Andreia Silva - Arquivos definitivos na WEB: que futuro? [Em linha] – In: *10º Encontro Nacional de Arquivos Municipais*. Leiria, 2011. [Disponível em: <http://bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/view/1/141>]., p. 6.

⁹⁸ Informações que não constam nos processos de aluno.

⁹⁹ Ver: «GeneAll.net» [Em linha]. Disponível em: <http://www.geneall.net/site/home.php>.

*notabilizaram, contribuindo de forma significativa e muitas vezes decisiva para o progresso cultural, científico e social do País e do Mundo*¹⁰⁰.

Através dos processos individuais dos alunos, foi possível recolher informações pessoais/biográficas e dados sobre o percurso escolar de cada candidato. Os dados biográficos recolhidos incluem as datas de existência, o local de nascimento, os nomes dos pais e as profissões dos mesmos. Com base nos documentos entregues para a matrícula (certificado de habilitações, certidão de nascimento) e em outros constituintes do processo tais como o pedido de admissão à EBAP, o requerimento do diploma, o diploma, o comprovativo de tirocínio, etc., foi possível traçar o percurso escolar, identificando datas de início e fim de curso, a classificação obtida, dados sobre o tirocínio (arquiteto responsável, duração do tirocínio e observações do desempenho durante o tirocínio), a data do requerimento do diploma bem como do próprio diploma e a classificação do CODA.

Esta investigação, apesar de ser aparentemente simples, consumiu muito tempo e dedicação visto que a análise de cada processo individual de aluno exige a leitura minuciosa de cerca de 20 a 40 documentos manuscritos. Por limitações de tempo, esta análise foi restringida a 100 candidatos.

Importa ressaltar que a seleção dos dados recolhidos foi feita com base na opinião dos investigadores dos CODA. Através da entrevista realizada, foi possível perceber que tipo de informações suscitava interesse aos investigadores e, com base nas suas preferências, encontrar as mais solicitadas. Contudo, algumas das informações solicitadas tal como a constituição do júri que avaliou o CODA, não foi possível recolhê-las por se desconhecer a localização das mesmas.

5.1.3. Zonas da descrição arquivística

Inicialmente, foi feita uma análise superficial das unidades arquivísticas com o objetivo de obter informações concretas acerca da sua estrutura, forma e conteúdo. Antes de iniciar a descrição arquivística, procedeu-se à elaboração de um plano de

¹⁰⁰ Universidade do Porto 100 Anos - A Aula de Debuxo e Desenho (1779 - 1803), *U.Porto 100*. [Em linha]. Disponível em WWW: <URL: http://centenario.up.pt/ver_momento.php?id_momento=4>.

descrição arquivística, no qual se analisaram as sete zonas de descrição da ISAD(G), de forma a determinar quais os campos de descrição pertinentes para cada nível de descrição. A seguinte tabela sistematiza a seleção dos campos em todos níveis de descrição realizados:

Tabela 1: Zonas de descrição da ISAD(G)/ICA-AToM preenchidas nos níveis de descrição identificados

<u>Zonas de Descrição</u>	Fundo (EBAP)	Secção (CA)	Série (CODA)	Doc. Simples
Zona de identificação				
Código de referência	X	X	X	X
Identificador	X	X	X	X
Título	X	X	X	X
Data	X	X	X	X
Nível de descrição	X	X	X	X
Dimensão e suporte			X	X
Zona de Contextualização				
Nome do Produtor	X	X	X	X
Entidade detentora	X	X	X	X
História do Arquivo	X	X	X	X
Fonte imediata de aquisição ou transferência			X	
Zona de Conteúdo e Estrutura				
Âmbito e conteúdo			X	X
Avaliação, seleção e eliminação;				
Ingressos adicionais;				
Sistema de organização.			X	
Zona das condições de acesso e utilização				
Condições de acesso			X	
Condições de reprodução			X	
Idioma do material	X	X	X	X

Características físicas e requisitos técnicos				X
Instrumentos de descrição				
Zona da documentação associada				
Existência e localização de originais				X
Existência e localização de cópias				X
Unidades de descrição relacionadas				
Nota de publicação				X
Zona das Notas				
Notas				X
Pontos de Acesso				
Assunto				X
Lugares				X
Nomes				X
Zona do controlo da descrição				
Identificador da descrição	X	X	X	X
Identificador da instituição	X	X	X	X
Regras ou convenções			X	X
Estatuto	X	X	X	X
Nível de Detalhe	X	X	X	X
Idioma	X	X	X	X
Datas das descrições (criação, revisão e eliminação)	X	X	X	X
Fontes				
Nota do Arquivista	X	X	X	X
Zona de Direitos				
Registos sobre direitos				
Zona de Administração				
Situação da publicação	X	X	X	X
Língua original	X	X	X	X

As descrições foram integradas nas dez zonas no ICA-AToM, sendo que o grau e a minúcia da descrição efetuada, sobretudo a nível do documento simples, foram bastante aprofundados e, por esse motivo, foram tratados apenas os CODA até à reforma de 1957 de forma a cumprir os prazos para a conclusão da dissertação. De seguida, é apresentada a explicação dos procedimentos adotados na descrição arquivística, com exemplos ilustrativos retirados do ICA-AToM:

➤ Zona de Identificação

A zona de identificação fornece a informação essencial para, como o próprio nome indica, identificar a unidade¹⁰¹: o título, a data de produção e o código de referência que identificam adequadamente o nível descrito. O código de referência atribuído corresponde a uma

expressão

alfanumérica,

construído a partir da

seguinte sequência:

código do país (PT),

código da entidade

detentora

(CDUA/FAUP), código do documento simples/item

fundo (EBAP), código da secção (CA), código da série (CODA) e identificador único do documento simples (ex.: 063), sendo que o código de país e da entidade detentora são automaticamente incluídos no código de referência, uma vez que a descrição arquivística de mais alto nível está vinculada ao CDUA da FAUP. Na subzona “dimensão e suporte” (a nível do documento simples), procedeu-se ao registo da dimensão da pasta das peças escritas (em cm), do número total de peças desenhadas e mencionou-se o respetivo suporte (heliográfico, papel vegetal, cartolina, tela, etc.).

Item 063 - Uma igreja matriz (Preliminar)	
Zona de identificação	
Código de referência	PT FAUP/CDUA EBAP-CA-CODA-063
Título	Uma igreja matriz
Data(s)	1947-05-31 (Produção)
Nível de descrição	Item
Dimensão e suporte	1 pasta de cartolina (31x22x2cm, 79); 10 desenhos técnicos e arquitetónicos (heliográfico).

Figura 10: Zona de identificação ao nível do documento simples/item

➤ Área de Contextualização

A área de contextualização contém campos para transmitir "informações sobre a

¹⁰¹ CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – ISAD (G): Norma Geral internacional de descrição arquivística... (ob. Cit.), p. 11

origem e custódia da unidade de descrição"¹⁰² tais como o nome do produtor, a entidade detentora e a história do arquivo. Os nomes, a sua história administrativa (a nível do fundo e secção) e os seus dados biográficos bem como os dados referentes ao percurso escolar de cada produtor (a nível do documento simples) foram retirados dos registos de autoridade pré-existentes. A instituição que detém a documentação descrita – a FAUP – foi automaticamente retirada dos registos de instituições arquivísticas pré-existentes.

Área de contextualização	
Nome do produtor	Xavier, Luís Américo (1917-1996)
História biográfica	
Dados Pessoais	
Nacionalidade	Portuguesa
Local de Nascimento	Santa Isabel/ Lisboa
Pai	Raul Alberto Xavier, arquiteto
Mãe	
Percurso Escolar	
Frequência na EBAP	1941/1944
	Frequentou o Curso Superior de Arquitectura na ... »
Entidade detentora	Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
História do arquivo	<u>Registo na ESBAP</u>
	Número 276
	Data 1987-06-22

Figura 11: Área de Contextualização

Relativamente à história do arquivo, foram registadas as transferências de custódia da documentação. Ao nível da série é explicado, neste campo, que a série CODA foi custodiada pela ESBAP, onde em 1987 foi registada na Biblioteca, recebendo um número aleatório e sequencial e uma data de registo. Ao nível do documento simples, neste elemento, foi registado o código numérico original das unidades atribuído no contexto da transferência da documentação da ESBAP para o CDUA bem como a respetiva data.

➤ Zona do Conteúdo e Estrutura

¹⁰² *Ibidem*, p. 11.

A Zona do Conteúdo e Estrutura é destinada à “*informação sobre o assunto e organização da unidade de descrição*”¹⁰³. Nesta zona, a nível do documento simples, foi preenchido apenas o “âmbito e conteúdo”.

Este campo regista de forma estruturada, um breve sumário do conteúdo dos documentos, a estrutura dos mesmos bem como o nº de páginas (p.) e/ou folhas (f.) das peças escritas e ainda o título e a escala dos desenhos técnicos e arquitetónicos pertencentes ao processo. Desta forma, os investigadores poderão ter uma noção da dimensão do CODA e de todos os conteúdos pertencentes ao mesmo, sabendo inclusive quais os desenhos (plantas, alçados, cortes, pormenores, etc.) que incorporam bem como a escala dos mesmos.

Zona do conteúdo e estrutura	
Âmbito e conteúdo	<p>Este projeto refere-se a uma central leiteira a construir em Lisboa. A central é destinada a abastecer a população de Lisboa e foi prevista com a capacidade de tratamento de 100 mil litros por dia, com o aproveitamento dos excessos para a fabricação de queijos, manteiga e leite em pó. Os serviços da central desenvolvem-se em 3 pavimentos: cave, rés do chão e 1º andar.</p> <p>Peças Escritas</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Página de rosto ([1] p.); ○ Memória Descritiva e Justificativa ([1] p., 5 p.); ○ Caderno de Encargos ([8] p., 13 p.); ○ Medições ([14] p.); ○ Série de preços simples ([2] p.); ○ Preços Compostos ([14] p.); ○ Orçamento ([8] p.). <p>Peças Desenhadas</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Planta Topográfica (escala 0,002); ○ Planta das Fundações (escala 0,005); ○ Planta do rés do chão (escala 0,005); ○ Planta das Fundações (escala 0,005); ○ Planta das Coberturas (escala 0,005);

Figura 5: Zona de conteúdo e estrutura

➤ Zona de condições de acesso e utilização

A zona de condições de acesso e utilização “é destinada à informação sobre a acessibilidade/disponibilidade da unidade de descrição”¹⁰⁴. Nesta zona, indica-se

¹⁰³ *Ibidem*, p. 11.

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 11.

essencialmente o estado de conservação dos documentos e o respetivo idioma no elemento “características físicas e requisitos técnicos”. Este campo é preenchido apenas a nível do documento simples por se tratar de uma informação específica de cada documento. Existindo alguns em muito bom estado de conservação e outros em mau estado, não é possível generalizar. Relativamente ao elemento “idioma do material”, tendo em conta que as unidades de descrição integram apenas documentos em português, referimos o único idioma presente: o português.

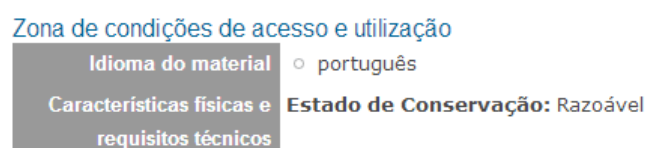


Figura 12: Zona de condições de acesso e utilização

➤ **Zona de documentação associada**

A zona de documentação associada destina-se evidentemente à informação sobre a documentação relacionada com a unidade de descrição. Neste campo, é incluída informação a nível do documento simples, onde é indicada a existência, localização e disponibilidade de cópias da unidade de descrição.

➤ **Zona de Notas**

Na zona de notas, constam informações significativas que não foram incluídas em outras zonas de descrição.

Exemplo 1: Processo assinado pelo autor.

Exemplo 2: Nota a âmbito e estrutura - Faltam os desenhos técnicos e arquitetónico nº 3, 5 e 7.

➤ **Zona do controlo da descrição**

A zona do controlo da descrição apresenta informação sobre a elaboração da descrição arquivística, tal como a autoria e o contexto da descrição arquivística, as normas que estiveram presentes na sua elaboração, o nível de detalhe da descrição

(parcial, completo ou mínimo), o estatuto da mesma (final, revisto ou preliminar) e a data de criação, revisão ou eliminação da descrição, quando aplicável.

Zona do controlo da descrição

Identificador da descrição	PT FAUP 005
identificador da instituição	Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
Regras ou convenções utilizadas	ISAD (G)
Estatuto	Preliminar
Nível de detalhe	Parcial
Datas de criação, revisão, eliminação	◊ 2012-04-03 (criação)
Idioma(s)	◊ português
Nota do arquivista	Responsável pela criação da descrição arquivística: Cláudia Santos Pires de Moraes

Figura 13: Zona do Controlo da Descrição

É importante referir que alguns dados foram aproveitados das descrições já feitas no sistema de informação existente no CDUA. A principal alteração em relação à situação anterior de descrição foi permitir o acesso *online* a parte das descrições através da associação das imagens digitais à descrição e completar zonas de descrição que se encontravam muito incompletas tais como “zona do conteúdo e estrutura”, em que forma identificados os desenhos e as escalas dos mesmos. A normalização das descrições foi também um ponto importante, sendo que decisões relacionadas com a uniformização das mesmas foram tomadas de acordo com as características da documentação e o parecer da técnica superior do CDUA.

5.2. Higienização e restauro

Existem várias razões pelas quais os documentos se deterioram, sendo que a própria natureza dos documentos é talvez um dos fatores mais importantes da deterioração: o facto de serem ácidos significa que eles são inerentemente frágeis e propensos a degradação. Contudo, existem outros fatores que contribuem para a deterioração dos materiais de arquivo: a temperatura, a humidade, a exposição excessiva à luz, a poluição do ar, danos causados pela água ou agentes biológicos (tais

como insetos e mofo), o maltrato, etc.¹⁰⁵. Entre as tarefas de preservação mais importantes, encontra-se a higienização e o monitoramento das condições ambientais pois a limpeza ajuda a evitar que a poeira e mofo se acumulem e desencoraja insetos ou roedores a danificar os documentos.

À medida que foi realizada a descrição arquivística, procedeu-se à higienização dos documentos. A higienização *“é a operação que consiste na remoção e eliminação de elementos físicos e orgânicos extrínsecos aos documentos”*¹⁰⁶ e constitui uma das fases do tratamento arquivístico, no sentido de preservar e conservar os documentos, desacelerando o processo de degradação dos mesmos.

Esta operação consistiu essencialmente na limpeza mecânica e superficial do exterior das capas e contracapas dos CODA com um pano de flanela macia. Para evitar que a sujidade retirada dos documentos se dispersasse, foi construída uma caixa de limpeza com uma folha de papel. Além do pano de flanela, foi efetuada a limpeza superficial com auxílio de uma trinchã japonesa com movimentos curtos, do centro para o exterior do documento, eliminando assim as poeiras, os resíduos de excrementos de insetos e outras sujidades superficiais.

Pontualmente, quando se detetaram dobras nos documentos, estes foram desdobrados cuidadosamente com auxílio de uma ferramenta pontiaguda. No que concerne às peças desenhadas, os desenhos técnicos e arquitetónicos apresentam maioritariamente problemas de acidez. Com o envelhecimento do papel, a acidez faz com que ele se torne fraco e seja facilmente danificado. Por esta razão, foram encontrados diversos rasgões, devido à fragilidade do papel, especialmente do papel vegetal. Nestes casos, foram consolidados os rasgões, utilizando uma fita



Figura 14: Exemplos de ferragens removidas dos documentos

¹⁰⁵INTERNATIONAL RECORDS MANAGEMENT TRUST - Preserving Records [Em linha]. 1999. [Consult. 01 Jun. 2013] Disponível em WWW: <URL: http://irmt.org/documents/educ_training/public_sector_rec/IRMT_preserve_recs.pdf, p. 10.

¹⁰⁶ PEARCE-MOSES, Richard – *A Glossary of Archival and Records Terminology*. Society of Amer Archivists. 2005, p. 62.

autoadesiva com pH neutro.

Foi ainda realizada a remoção de ferragens, particularmente agrafos, cliques, parafusos, anilhas e outros objetos cuja oxidação pusesse em causa a integridade física dos documentos. É importante remover tais fixadores cuidadosamente e assegurar que a ordem dos documentos não é alterada bem como assegurar que os documentos não são rasgados ao removê-los. Depois de terem sido removidos, ponderou-se substituí-los por fixadores apropriados para manter os documentos em conjunto. Contudo, tal não foi possível e, como alternativa, para evitar o risco de alterar a ordem original dos documentos ao retirar os elementos que os mantinham juntos, foram tomadas algumas precauções especiais em termos de acondicionamento.

1.1 Acondicionamento

Os documentos, depois de higienizados e restaurados, foram envolvidos em papel *acid-free* e devidamente acondicionados em embalagens adequadas à sua conservação. As unidades arquivísticas foram acomodadas em novas unidades de instalação tendo em conta a sua forma e dimensão: as peças escritas foram envolvidas em papel *acid-free* para oferecer uma proteção adicional e evitar a dispersão dos documentos, impedir a transferência de ácido e, consequentemente, evitar danos ou deterioração dos documentos.

Posteriormente, foram colocadas em caixas de cartão *acid-free* de tamanho normalizado, em uso no CDUA, adequadas à dimensão da maioria da documentação e cumprindo requisitos de conservação.

Na maioria dos casos, as capas foram armazenadas juntamente com os documentos; contudo, em casos excecionais, foram separadas devido à sua dimensão. Relativamente às peças desenhadas, estas foram envolvidas em papel craft¹⁰⁷ e armazenadas de forma plana em armários de metal com gavetas rasas apropriados às grandes dimensões dos desenhos.

¹⁰⁷ Por motivos económicos foi inviável recorrer a papel *acid-free* por ser extremamente dispendioso devido às dimensões invulgares requeridas.



Figura 15: Armários de metal destinados ao armazenamento das peças desenhadas

Desta forma, ocorreu uma grande mudança no que concerne à questão do acondicionamento da documentação uma vez que anteriormente, esta encontrava-se em prateleiras de metal e caixotes de cartão que, por si só, não cumpriam as condições adequadas de proteção e preservação.



Figura 16: Antes e depois do acondicionamento das peças escritas dos CODA

1.2 Ordenação

A ordenação é a” operação que consiste em estabelecer um critério de disposição metódica (alfabética, cronológica, hierárquica, numérica, etc.) para efeitos de instalação (...) e descrição arquivística”¹⁰⁸.

Foi adotada uma combinação dos critérios cronológico e alfabético. Na disposição física das unidades de descrição, procedeu-se à ordenação sequencial através do código de referência, que estabelece a ordem por data de produção do documento. No caso dos documentos com a mesma data, estes encontram-se ordenados por ordem alfabética do último nome do autor do CODA.

¹⁰⁸ PORTUGAL. Instituto Português da Qualidade – NP 4041. *Informação e Documentação. Terminologia arquivística: conceitos básicos*. Lisboa: IPQ, 2005.

6. Instrumentos de Acesso à Informação

6.1. Caracterização dos instrumentos de acesso à informação

Os arquivistas, com base na experiência de gestão de grupos complexos e volumosos de materiais, têm desenvolvido ferramentas distintas para informar os potenciais utilizadores sobre a natureza das suas coleções¹⁰⁹. Essas ferramentas, designadas habitualmente por “instrumentos de acesso”, “instrumentos de pesquisa” ou “instrumentos de descrição”¹¹⁰ podem ser definidas como ferramenta descritivas, produzidas para estabelecer controlo físico e/ou controlo intelectual sobre os documentos de arquivo com o objetivo de fornecer informações acerca de um arquivo e dos seus documentos, a fim de torná-los disponíveis/acessíveis¹¹¹.

As normas ISAD(G) e ISAAR(CPF) fornecem um quadro para a descrição dos documentos de arquivo. Porém, estas normas não prescrevem indicações ou métodos para disponibilizar informação descritiva, sendo que os arquivistas têm criado diversas formas de disponibilizar essa informação através dos instrumentos de acesso.

Neste contexto, em 2002, o Comité de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos¹¹² publicou um documento – *Report of the sub-committee on Finding Aids: guidelines for the preparation and presentation of finding aids* - que fornece as diretrizes para a preparação e apresentação dos instrumentos de acesso. Neste relatório são analisados tipos representativos de instrumentos de acesso e são dados exemplos, criados de acordo com as normas ISAD(G) e ISAAR(CPF). Além disso, são apresentados os princípios que regem a elaboração de instrumentos de descrição, em consonância com os objetivos da ISAD(G), nomeadamente:

¹⁰⁹ JIMERSON, Randall C. Archival description and finding aids. *OCLC Systems & Services* 18, n 3 (2002), p. 125.

¹¹⁰ Em inglês, o termo utilizado é “*finding aids*”.

¹¹¹ VAN SCHREEVEN, William. Information Please: Finding Aids in State and Local Archival Depositories. *American Archivist* 5, n 3 (1 de Julho de 1942), p. 169.

¹¹² Em inglês, *International Council on Archives. Commission on Descriptive Standards – ICA/CDS*.

- Fornecer acesso e informar sobre a documentação de arquivo;
- Produzir instrumentos de descrição precisos, coerentes e autoexplicativos;
- Representar o contexto e o conteúdo da documentação de arquivo descrita aplicando as regras da descrição multinível de diferentes entidades detentoras num sistema unificado de informação.¹¹³.

Existem vários tipos de instrumentos de acesso. Para definir os diferentes tipos de instrumentos de acesso à informação, é necessário fazer uma prévia caracterização dos mesmos, em conformidade com três parâmetros: nível de análise, a estrutura interna e os pontos de acesso¹¹⁴.

Os tipos de instrumentos de acesso dependem também da sua finalidade¹¹⁵, podendo ser classificados como ferramentas internas ou externas: enquanto uns são elaborados para uso administrativo, de controlo material das espécies documentais, outros são elaborados para a pesquisa de informação destinada aos utilizadores externos. Porém, independentemente da sua finalidade, todos podem ser usados para aceder à informação.

Tendo em conta os diferentes níveis de descrição incluídos num instrumento de acesso, estes instrumentos podem ser divididos em três classes principais:

- **Classe A:** Instrumentos de acesso que incluem descrições apenas a nível do fundo ou sub-fundo (exemplo: guia);
- **Classe B:** instrumentos de acesso que incluem descrições a todos os níveis, inclusive a nível do documento composto. Porém, geralmente a unidade de base da descrição nestes instrumentos de pesquisa é a série (exemplo: inventário);
- **Classe C:** instrumentos de acesso que incluem descrições de documentos simples. Esta classe pode ser subdividida em duas

¹¹³ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Report of the sub-committee on Finding Aids: Guidelines for the preparation and presentation of finding aids*. [em linha]. [s.l.]: ICA/CDS, 2002. [consult. 15 Junho 2002]. Disponível em WWW: <http://www.hmc.gov.uk/icacds/eng/findingaids.htm>.

¹¹⁴ RIBEIRO, Fernanda. O acesso à informação nos arquivos... (ob. cit.), parte II, p. 10.

¹¹⁵ *Ibidem*, p. 10.

categorias: a primeira categoria consiste em descrições de *itens* que são tratados como o último nível de um instrumento de acesso e a segunda categoria consiste na descrição de documentos isolados tratados como entidades únicas, sem contexto hierárquico (Exemplos: inventário e catálogo)¹¹⁶.

No estudo de Fernanda Ribeiro¹¹⁷ sobre os instrumentos de acesso à informação nos arquivos, são considerados igualmente três níveis com significados bastante semelhantes: 1º nível (nível sumário), 2º nível (nível profundo) e 3º nível (nível exaustivo) correspondendo respetivamente a abordagens a nível do arquivo, a nível das séries arquivísticas e a nível dos documentos e atos informacionais.

A seguinte tabela ilustra os vários tipos de instrumentos de acesso de acordo com os níveis de descrição que abrangem:

Tabela 2: Tipos de instrumentos de acesso à informação de acordo com os níveis de descrição

	Arquivo: Fundo/ Sub-Fundo	Série/ Sub-série	Documento Composto	Document o Simples	Acto informaciona l
Nível A/ Nível 1	A Ex: guia				
Nível B/ Nível 2	B Ex.: Inventário				

¹¹⁶ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Report of the sub-committee on Finding Aids...* (ob. Cit.), Appendix A.

¹¹⁷ RIBEIRO, Fernanda. O acesso à informação nos arquivos... (ob. cit.), parte II, p. 34-36.

Nível C1/	C (categoria 1)	
Nível 3.1	Ex. Inventário	
Nível C2/		C (categoria 2)
Nível 3.2		Ex. Catálogo

Como podemos observar, a unidade de descrição mais genérica é o arquivo, que pode ser constituído por fundos e subfundos. A este nível de descrição corresponde o guia. O guia é um instrumento de acesso que fornece informações gerais sobre a criação e o conteúdo de um arquivo, com o objetivo de orientar e ajudar a procura de informação, em termos muito gerais e sem descer aos detalhes. Um guia geral inclui geralmente os seguintes elementos: o nome do arquivo, o seu desenvolvimento histórico e a caracterização dos grupos de documentos que custodia. Existem ainda os guias específicos que são aqueles que fornecem informações, especialmente sobre o conteúdo de um determinado fundo ou coleção¹¹⁸.

Os fundos, por sua vez, são compostos por secções e subsecções que contêm as séries. O inventário corresponde a este nível de descrição mais pormenorizado, assentando na abordagem das séries arquivísticas. Este tipo de instrumento de acesso à informação reflete, a partir das séries documentais, a estrutura, a natureza orgânica, as funções e as atividades da instituição que reúne a documentação, servindo como uma ferramenta de controlo e, simultaneamente, de auxílio na consulta de informação.¹¹⁹

A série é composta por documentos compostos ou documentos simples. A este nível de descrição ainda mais pormenorizado corresponde um instrumento de acesso designado por catálogo. O catálogo é um instrumento que descreve o conteúdo de cada uma das unidades arquivísticas, que integra uma secção pertencente a um fundo. À semelhança do inventário, também serve como um instrumento de controlo e de acesso

¹¹⁸ VILLANUEVA BAAZAN, Gustavo - *Manual de procedimientos tecnicos para archivos historicos de universidades e instituciones de educacion superior*. Puebla: Benemerita Universidad Autonoma De Puebla, 2002, p. 90-91.

¹¹⁹ *Ibidem*, p. 92-93.

à informação, orientando o arquivista e os utilizadores sobre o conteúdo detalhado dos documentos¹²⁰.

Para além dos instrumentos de pesquisa já expostos, há ainda um outro tipo muito comum: o índice. O índice “*não resulta exclusivamente da análise arquivística feita a um determinado nível, mas pode ser produzido a qualquer um dos níveis*”¹²¹. É uma lista de palavras e/ou termos controlados (nomes, lugares, assuntos, etc.) organizados alfabeticamente.

Neste contexto, através da indexação, foram registados os conceitos contidos nos documentos analisados, de forma organizada e facilmente acessível mediante a constituição de índices de assuntos e locais: instrumento de acesso onomástico (acesso por nomes) e instrumento de acesso geográfico e/ou toponímico (acesso por locais).

6.2. A construção de instrumentos de acesso

No CDUA, verifica-se atualmente a inexistência de instrumentos de pesquisa acessíveis aos seus utilizadores, o que constitui, por si só, um fator inibidor da comunicação, acesso e difusão à informação, sendo que a comunicação e difusão do acervo arquivístico do CDUA advém, principalmente, da resposta às solicitações externas dos investigadores via *email* ou telefone. Os únicos instrumentos de acesso existentes são os inventários com finalidade restrita pois destinam-se apenas ao acesso e controlo de informação a nível interno.

Entendeu-se que a construção de índices de assuntos e locais utilizando um vocabulário controlado, onde constassem os pontos de acesso à informação dos CODA, seria uma mais-valia para o CDUA.

A produção de instrumentos de acesso teve em vista o controlo da documentação e a viabilização da gestão e acesso à informação no CDUA. Este processo compreendeu várias etapas:

- 1) Em primeiro lugar, foi analisado o contexto de produção documental para proceder à classificação da informação de modo a representar os dois

¹²⁰ *Ibidem*, p. 93-94.

¹²¹ RIBEIRO, Fernanda. O acesso à informação... (ob. cit.), Parte II, p. 37.

fatores que caracterizam o sistema de informação – a estrutura orgânica e a função serviço/uso.

- 2) De seguida, foi necessário identificar rigorosamente os elementos informativos que caracterizam a documentação, através da descrição arquivística dos documentos.
- 3) Em terceiro lugar, foi realizado o estudo de utilizadores do CDUA de modo a adequar os instrumentos de acesso às necessidades dos utilizadores. Através do estudo, foi possível identificar os elementos informativos passíveis de serem considerados como pontos de acesso à informação alvo de tratamento arquivístico – os CODA.
- 4) Por último, foram estabelecidas vias para aceder a essa mesma informação, isto é, procedeu-se à criação pontos de acesso à informação. O estabelecimento dos pontos de acesso conseguiu-se através da indexação dos documentos.

É da associação destes três dispositivos expostos - classificação, descrição e pontos de acesso - que resultam instrumentos passíveis de providenciar uma recuperação da informação eficaz.¹²²

6.2.1. Indexação

A indexação é uma operação que consiste em descrever e caracterizar um documento, com a ajuda da representação dos conceitos nele contidos, ou seja, transcrever em linguagem documental esses conceitos, após tê-los extraído do documento, através de uma análise dos mesmos”¹²³.

Como já foi referido anteriormente, a indexação conduziu ao registo dos conceitos contidos nos documentos analisados (os CODA), de forma organizada e facilmente acessível mediante a constituição de índices de assuntos e de locais.

¹²² RIBEIRO, Fernanda. O acesso à informação nos arquivos.... (ob. Cit.), parte II, p. 8.

¹²³ OLIVER, Paulo Roberto da Costa. *Projetos de ECM/BPM: Os Segredos da Construção*. Vol II.. 1ª ed. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2010, p. 150.

A indexação foi feita paralelamente à descrição arquivística, tendo sido desenvolvido um vocabulário controlado que foi sendo atualizado à medida que o tratamento arquivístico dos CODA avançava.

A primeira fase do processo de indexação realizado consistiu na análise do documento, tendo sido feita uma leitura interpretativa das principais partes do documento. Nesta fase, a análise da “Memória Descritiva”¹²⁴ foi imprescindível para perceber o conteúdo informacional de cada CODA e extrair os aspetos mais importantes. Após a determinação do conteúdo dos documentos, foi feita a identificação e seleção dos conceitos. Nesta fase, foi tido em conta o perfil do utilizador bem como as suas necessidades informacionais: através do estudo de utilizadores realizado previamente foi possível saber quais os conceitos mais representativos do conteúdo dos CODA. Por último, foram representados os conceitos selecionados através dos termos de indexação¹²⁵. Assim, a última fase da indexação realizada consistiu na representação dos conceitos selecionados na fase anterior através de uma linguagem de indexação: esses conceitos determinaram os pontos de acesso para a pesquisa. A indexação permitiu, desta forma, a construção de listas de termos autorizados, os quais constituem pontos de acesso à documentação tratada: lista de autoridade de assuntos e lista de autoridade de locais¹²⁶.

6.2.2. Estabelecimento dos Pontos de Acesso no ICA-AToM

Os pontos de acesso são termos que podem ser usados para procurar, localizar e identificar um documento. O estabelecimento dos pontos de acesso foi feito de acordo com as necessidades dos utilizadores: definiu-se que o produtor do documento, o tipo de edifício projetado no CODA e o local do projeto constituíram os pontos de acesso aos documentos por nomearem características distintivas dos mesmos.

Como já foi referido, o estabelecimento dos pontos de acesso foi feito através do ICA-AToM, à medida que foi sendo realizada a descrição arquivística de cada

¹²⁴ Memória Descritiva é geralmente a parte inicial dos CODA, sendo uma espécie de resumo onde se apresenta/descreve aquilo que vai ser construído, o local, o número pisos, os materiais utilizados, etc.

¹²⁵ Segundo a NP 3715, a indexação engloba estas três fases distintas (ver: PORTUGAL. Instituto Português da Qualidade. Comissão Técnica 7 - Norma Portuguesa NP3715. Documentação. Método para a Análise de Documentos, Determinação do Seu Conteúdo e Seleção de Termos de Indexação. Lisboa, I.P.Q., 1989).

¹²⁶ Ver anexo: “Listas de Indexação”.


documento e através dos mesmos foi possível construir índices especializados para permitir procurar a informação.

Pontos de acesso

Pontos de acesso - assunto	<input type="radio"/> estádio
Pontos de acesso - lugares	<input type="radio"/> Porto, Portugal
Ponto de acesso - nome	<input type="radio"/> Eugénio Gouveia Alves de Sousa (Produtor) <input type="radio"/> Estrela e Vigorosa Sport (Assunto)

Figura 17: Estabelecimento dos pontos de acesso no ICA-ATOM

No ICA-AToM, os pontos de acesso são derivados dos registos de autoridade (pontos de acesso nomes) e das taxonomias criadas e customizadas (pontos de acesso assuntos e lugares), permitindo tanto a recuperação simples de informação (opção pesquisa simples) como a recuperação booleana através da caixa de pesquisa disponível no programa (pesquisa avançada). Nos dois primeiros casos - assuntos e lugares - o ICA-AToM adiciona os termos inseridos às taxonomias "Assunto" e "Lugares", onde podem ser convenientemente editados. No caso dos descritores onomásticos, sempre que se pretende editar ou completar os dados, é possível fazê-lo através dos registos de autoridade. É importante referir que o ICA-AToM, por omissão, adiciona o nome do produtor como ponto de acesso.

Advanced search 

e <input type="text" value="estádio"/>	em <input type="text" value="Pontos de acesso - assunto"/>	usando <input type="text" value="palavra-chav"/>	<input type="button" value="x"/>
e <input type="text" value="Porto"/>	em <input type="text" value="Pontos de acesso - lugares"/>	usando <input type="text" value="palavra-chav"/>	<input type="button" value="x"/>

[Add new](#)

Figura 18: Pesquisa avançada no ICA-AToM

As taxonomias são constituídas por um conjunto de termos normalizados, apresentados como listas de opções que visam uniformizar as entradas de dados, ou um vocabulário controlado, editável e pesquisável (*thesaurus*). Assim sendo, os termos que estão disponíveis como pontos de acesso (assunto) foram mantidos como taxonomias de vocabulário controlado. Como podemos ver na seguinte figura, o termo

“equipamento comercial” estabelece uma relação hierárquica com vários termos: banco, casino, centro comercial, etc. (termos que constituem pontos de acesso por assunto).



Figura 19: Taxonomias no ICA-AToM

6.2.3. O uso do Vocabulário Controlado

A acumulação de documentos acarreta alguns problemas, se não for devidamente tratada: a falta de organização e a consequente dificuldade ou impossibilidade de encontrar os documentos procurados.

Organizar significa “dispor de forma ordenada; dar forma regular às partes de um todo; prover de ou adquirir certa estrutura”, ou seja, organizar significa, forçosamente, categorizar, incluir, em função de algum critério, determinados elementos numa classe¹²⁷. Ora, como já foi referido anteriormente, a função dos pontos de acesso é permitir recuperar os documentos a partir de alguns pontos preestabelecidos, nomeando critérios utilizados para agrupar documentos. O controlo de vocabulário “*intervém na organização dos arquivos ao nomear, de forma consistente, os pontos de acesso aos documentos e à informação neles contidos com a finalidade de recuperar a informação*”¹²⁸. Assim sendo, um vocabulário controlado é um recurso para armazenar e recuperar documentos “*pressupondo, por isso, um*

¹²⁷ SMIT, Johanna, W., Kobashi, Nair. *Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos*. São Paulo: Arquivo do Estado, 2003, p. 11.

¹²⁸ *Ibidem*, p. 13.

*controlo do vocabulário utilizado e restringindo-o a um conjunto limitado de termos*¹²⁹.

No ICA-AToM, os vocabulários controlados são usados para gerar menus suspensos, isto é, menus que fornecem listas de valores e restringem a entrada de dados em alguns campos para determinados valores¹³⁰.

A construção do vocabulário controlado mobilizou uma série de procedimentos com vista à normalização dos termos e à ordenação dos mesmos:

Inicialmente, começou-se por analisar a área de atuação do CDUA e os documentos em geral, uma vez que sendo um arquivo especializado na área de arquitetura supõe uma linguagem também especializada. Foi averiguado se já existia um vocabulário controlado desenvolvido para arquivos da área de arquitetura com o intuito de fortalecer o intercâmbio entre arquivos da mesma área.

A etapa seguinte resumiu-se à normalização gramatical: com esse objetivo, os termos foram inseridos, por regra, na forma substantiva, masculina. Além do controlo de formas, foi ainda feito o controlo do significado atribuído a cada termo. No intuito de garantir a eficácia na utilização do vocabulário controlado, sempre que se justificou, foram utilizadas notas explicativas (NE), de forma a evitar inconsistências na utilização de alguns termos. Por exemplo, ao termo “assento de lavoura” foi associada uma nota explicativa para explicitar o significado do termo:

ASSENTO DE LAVOURA

NE Refere-se ao conjunto principal de edificações destinadas a habitação, alojamento dos animais, armazenagem de fatores de produção e outros edifícios relacionados com a exploração agro-pecuária.

TG Equipamento Agrícola

¹²⁹ RIBEIRO, Fernanda. *Indexação e controlo de autoridade em arquivos*. Porto: Arquivo Histórico da Camara Municipal do Porto, 1996, p. 64

¹³⁰ *Add/edit terms ICA-AtoM [Em linha]*. [Consult. 9 de Jun. 2013] Disponível em WWW: <URL:https://www.ica-atom.org/doc/Add/edit_terms.>

Após o controlo de vocabulário, procedeu-se à organização, ordenação e categorização através da inclusão de termos em hierarquias nas taxonomias do ICA ATOM. Para tal, foram estabelecidas as diferentes relações semânticas:

- a) As relações de equivalência são as relações entre termos sinónimos ou variantes de nomes para o mesmo conceito. Este tipo de relação foi usado para remeter de um termo preterido para o adotado como termo de indexação. Abaixo encontra-se um exemplo de termos que se referem ao mesmo conceito, estabelecendo-se por esse motivo, uma relação de equivalência através da palavra "USE" e da abreviatura "UP" (usado por), que precede o termo autorizado:

TERMINAL DE PASSAGEIROS	Aerogare
UP aerogare	USE TERMINAL DE PASSAGEIROS

- b) As relações hierárquicas estabelecem-se entre dois termos diferentes, que possuem características idênticas, porém, um deles é dotado de uma característica, que o coloca em um estágio superior ao outro, ou seja, relações entre o conceito mais amplo ou extenso e o mais restrito ou intenso. Este tipo de relação foi o mais utilizado, tendo-se instituído várias relações hierárquicas entre termos genéricos e termos específicos. É traduzida através das abreviaturas "TG" (termo genérico) e "TE" (termo específico) antes dos termos:

EQUIPAMENTO ESCOLAR	COLÉGIO
TE colégio	TG equipamento escolar
TE jardim-de-infância	
TE escola de ensino doméstico	JARDIM DE INFÂNCIA
TE escola industrial	TG equipamento escolar
TE escola primária	
TE escola secundária	ESCOLA PRIMÁRIA

TE internato

TG equipamento escolar

- c) Por último, foram identificadas as relações de associação para termos que se associam mentalmente a outros, por existir entre eles uma relação de qualquer tipo de proximidade. Os termos entre os quais se estabelece este tipo de relação são designados por termos relacionados e, portanto, a abreviatura usada é "TR" (termo relacionado). É o caso dos seguintes termos:

ESTÁDIO

CLUBE DESPORTIVO

TR clube desportivo

TR estádio

A criação do vocabulário controlado com o estabelecimento das relações entre os termos de indexação facilita a própria indexação e, ao mesmo tempo, pode auxiliar os utilizadores *“na medida em que sugere pistas para a pesquisa, graças à indicação das relações entre os termos”*¹³¹.

¹³¹ RIBEIRO, Fernanda. *Indexação e controlo de autoridade....* (ob. cit.), p. 65.

Conclusões e perspectivas de desenvolvimento

A área de arquitetura é caracterizada por algumas especificidades documentais, sendo que as propriedades físicas da documentação nesta área exigem necessidades particulares de cuidado, tornando a avaliação, a organização e a preservação dos registos de arquitetura um processo bastante complexo. Analisando a literatura existente, verificou-se a existência de algumas estratégias e modelos de avaliação que oferecem alguma orientação, não estabelecendo critérios rígidos sobre a forma de avaliação dos registos arquitetónicos. Cabe aos profissionais da informação a responsabilidade de representar, avaliar e preservar adequadamente esta documentação detentora da memória de uma sociedade.

Dada a dificuldade na aplicação dos princípios tradicionais a documentos arquitetónicos, a base deste trabalho assentou no modelo sistémico e daí a necessidade de proceder à análise orgânico-funcional. A análise orgânica funcional constituiu uma etapa indispensável neste trabalho uma vez que tornou possível o conhecimento da entidade produtora da informação, permitindo remeter a documentação para o seu contexto de origem. Assim, o estudo do contexto orgânico funcional revelou-se imprescindível para garantir a contextualização exata da informação e, consequentemente, o tratamento rigoroso da mesma.

Paralelamente ao estudo orgânico-funcional, a investigação dos dados biográficos e do percurso académico dos autores dos CODA foi também um elemento essencial neste trabalho, pois além de ter permitido restabelecer a ordem original de alguns documentos, auxiliou na contextualização dos documentos, tornando-os mais compreensíveis.

O estudo dos utilizadores do CDUA permitiu obter resultados que ajudaram a planear um novo sistema de informação e melhorar o existente. Os resultados obtidos, embora não possam ser generalizados, ofereceram uma visão ampla dos problemas e tendências dos investigadores na consulta de informação da área de arquitetura:

- As bibliotecas e os arquivos são as fontes de informação primárias para a procura de informação arquitetónica;
- A pesquisa de informação na internet não é sua prática habitual. Os investigadores preferem obter informação nas bibliotecas e arquivos, onde

existe uma maior organização, confiabilidade e seletividade da informação

- Existe certa relutância em usar índices, catálogos e guias. A falta de utilização de instrumentos de acesso mostra que os utilizadores têm falta de instrução na forma como usar este tipo de instrumentos.
- Os canais informais de comunicação têm grande importância na comunidade de arquitetura, tendo-se verificado entre os investigadores entrevistados, a preferência pelos métodos informais para satisfação das suas necessidades informacionais.

A compreensão do comportamento de procura de informação através do estudo dos utilizadores teve ainda particular importância na produção de instrumentos de pesquisa, sendo que os resultados do estudo foram imprescindíveis para a determinação dos pontos de acesso.

Atualmente, a maioria dos investigadores efetua as suas pesquisas na Internet, procurando satisfazer as suas necessidades informacionais de maneira fácil e rápida. Daí a importância fundamental da disponibilização de documentos *online*. Neste contexto, o ICA-AtoM pode ser uma mais valia para as instituições pois possibilita a disponibilização de descrições arquivísticas, a associação de imagens digitais às descrições e, além disso, é um software *open source* que não exige custos elevados de manutenção. A interface é bastante amigável e intuitiva, sendo que a pesquisa, do ponto de vista do utilizador, é de fácil utilização, permitindo ao utilizador pesquisar por termos em campos específicos, incluindo título, âmbito e conteúdo, a história biográfica e pontos de acesso. Esta funcionalidade de pesquisa avançada é reforçada através de uma série de filtros, que permitem reduzir os seus resultados de acordo com alguns critérios tais como o tipo de media (texto, vídeo, áudio) ou o nível de descrição.

Desta forma, o ICA-AToM pode ser muito útil para todas as instituições que procuram visibilidade e acessibilidade das suas coleções pois esta aplicação permite disponibilizar informações para aqueles que estão fisicamente distantes de um repositório e, simultaneamente, assegura que os potenciais utilizadores estejam cientes dos seus recursos informacionais.

Com base no estudo de utilizadores e nos instrumentos de acesso formulados de acordo com as necessidades expressadas pelos investigadores, espera-se que o CDUA

adote uma nova atitude mais ativa e dinâmica em relação aos seus utilizadores. Estando em curso a digitalização dos CODA, espera-se ainda que o CDUA tire proveito da transferência de suporte dos documentos aliada ao árduo trabalho de descrição arquivística desenvolvido no ICA-AToM, disponibilizando, num futuro próximo, parte dos seus conteúdos informativos. Deste modo, poderá alcançar um outro objetivo ambicionado: o da conservação da informação no seu suporte original ao evitar o manuseamento e, conseqüentemente a deterioração dos documentos originais.

Porém, este trabalho incidiu somente numa série documental o que constitui, por si só, uma ínfima parte de todo o trabalho arquivístico que ainda há por realizar. Portanto, é da maior importância ressaltar o valor do tratamento arquivístico das outras séries e documentos da EBAP tendo a vista a produção de um catálogo geral da informação desta entidade.

Referências bibliográficas

A Instituição do Ensino Técnico em Portugal no Séc. XIX. [Em Linha]. [Consult. 2013-03-03]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.sg.min-edu.pt/pt/patrimonio-educativo/museu-virtual/exposicoes/a-instituicao-do-ensino-tecnico-em-portugal-no-sec-xix/>>.

Add/edit terms ICA-AtoM [Em linha]. [Consult. 9 de Jun. 2013] Disponível em WWW: <URL:https://www.ica-atom.org/doc/Add/edit_terms>.

ANTÓNIO, Rafael; SILVA, Andreia - Arquivos definitivos na WEB: que futuro? [Em linha]. In *10º Encontro Nacional de Arquivos Municipais*. Leiria, 2011. [Consult. 01 Jun. 2013] Disponível em WWW: <URL:<http://bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/view/1/141>>.

CARDOSO, António - *O arquiteto José Marques da Silva e a arquitetura no norte do país na primeira metade do séc. XX*. 2a. ed. Série; Ensaios 1. Porto: Faculdade de Arquitectura/Universidade do Porto, 1997

CHEADLE, Laura Elizabeth - *The archival appraisal of architectural records* [Em linha]. Thesis, University of British Columbia, 1998. Disponível em WWW:<URL:<https://circle.ubc.ca/handle/2429/8024>>.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS – ISAD (G): *Norma Geral internacional de descrição arquivística* [Em linha]. 2.ª ed. Lisboa: IANTT, 2002. 97 p. [Consult. 5 Fev. 2013]. Disponível em WWW: <URL:http://dgarq.gov.pt/files/2008/09/isadg_pt.pdf>.

CONSELHO INTERNACIONAL DOS ARQUIVOS - ISAAR(CPF): *Norma Internacional de Registos de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias*. 2ª ed. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 2004

Decreto n.º 26347/ Ministério da Instrução Pública. Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. Diário da República. n.º 34, Iª Série, Lisboa (1936-02-11)

Decreto nº 1.158/ Ministério de Instrução Publica. Repartição de Instrução Artística Concessão de Autonomia administrativa às Escolas de Belas Artes de Lisboa e Porto. Colecção Oficial de legislação portuguesa (1914) 681

Decreto nº 2/ Ministério do Interior. Direcção-Geral de Instrução Secundária, Superior e Especial. Reorganização das escolas de Belas-Artes de Lisboa e do Porto. Colecção oficial de legislação portuguesa. Lisboa (1911) 1.164-1.171

Decreto nº 21.662/ Ministério de Instrução Publica. Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. Aprovação do regulamento do ensino artístico, a ministrar nas escolas de Belas Artes de Lisboa e do Porto. Diário do Governo. Iª série. Lisboa. 214 (12 set. 1932) 1.881-1.903

Decreto nº 5.053/ Secretaria de Estado da Instrução Pública. Repartição de Instrução Artística. Remodelação das escolas de Belas Artes de Lisboa e do Porto. Colecção oficial de legislação portuguesa. Lisboa (2º sem 1918) 897-899

Decreto-Lei nº 41.363/ Ministério da Educação Nacional. Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. Diário do Governo. Iª série. Lisboa. 258 (14 Nov. 1957) 1.076-1.091

DUCKETT, Kenneth W.; AMERICAN ASSOCIATION FOR STATE AND LOCAL HISTORY - *Modern manuscripts: a practical manual for their management, care, and use*. Nashville: American Association for State and Local History, 1975.

Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto - Centro de Documentação [Em linha], s.d. Disponível em WWW: <URL:http://sigarra.up.pt/faup/pt/uni_geral.unidade_view?pv_unidade=95>

FERNANDES, Eduardo Jorge Cabral dos Santos - *A Escolha do Porto: contributos para a actualização de uma ideia de Escola*. Escola de Arquitetura da Universidade do Minho, 2010.

FIGUEIREDO, Nice - *Estudo de uso e usuários da informação*. Brasília: IBICT, 2004,

FRANCO, Lourdes Cruz González - Archivos de Arquitectura. *Anales del Instituto de Investigaciones Estéticas*. vol 26, nº 85 (2004), 155-159.

GODINHO, Pedro Miguel Serra – *Tratamento arquivístico de documentação da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do extinto Ministério do Ultramar*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011.

GONZÁLEZ TERUEL, Aurora - *Los Estudios de necesidades y usos de la información: fundamentos y perspectivas actuales*. Gijón: Trea, 2005.,

GOUVEIA, Henrique Coutinho - *Museu etnológico português (1893-1914). Um projecto nacional e uma tentativa de conjugação disciplinar*. Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (1992): pp. 197–209.

GUTIÉRREZ, Ramon – *Los archivos de arquitectura en el contexto latinoamericano* [Em linha], 2001. Disponível em WWW: <URL: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.008/933/pt.>>

HARVEY, John – Architectural Archive. *Journal of the British Records Association Lady Day*, 1954.

História - Arquivo Nacional da Torre do Tombo [Em linha]. [Consult. 3 Jan. 2013] Disponível em WWW: <URL:<http://antt.dgarq.gov.pt/inicio/identificacao-institucional/historia/>>

História da Formação Profissional e da Educação. Carlos Fontes [Em Linha]. [Consult. 03 Mar. 2013]. Disponível em WWW: <URL:<http://educar.no.sapo.pt/histFormProf82.html>>

INTERNATIONAL CONGRESS OF ARCHITECTURAL ARCHIVES [et al.] - *Archivos de arquitectura : documentos para el debate = Archives d'architecture : documents pour le débat = Architecture archives : documents for debate*. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Alcalá, 2004.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES - *Report of the sub-committee on Finding Aids: Guidelines for the preparation and presentation of finding aids*. [em linha]. [s.l.]: ICA/CDS, 2002. [consult. 15 Jun. 2002]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.hmc.gov.uk/icacds/eng/findingaids.htm>>

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Architectural Records Section - *A guide*

to the archival care of architectural records: 19th-20th centuries. ICA, 2000.

INTERNATIONAL RECORDS MANAGEMENT TRUST - *Preserving Records* [Em linha]. 1999. [Consult. 01 Jun. 2013] Disponível em WWW: <URL: http://irmt.org/documents/educ_training/public_sector_rec/IRMT_preserve_recs.pdf>

JIMERSON, Randall C. - Archival description and finding aids. *OCCLC Systems & Services*, vol. 18, nº 3, 2002

KONG, Mário S. Ming – O processo de concepção arquitectónica e o desenho. *Artitextos*, nº 4 (2008), 113–124.

LATHROP, See Alan - The Provenance and Preservation of Architectural Records. *The American Archivist* [Em linha]. vol 43, nº 3 (sem data), 325–338. [Consult. 7 Dezembro. 2012]

MASSON, Silvia - A arquivística sob o prisma de uma ciência da informação: uma proposta de Silva & Ribeiro. *Arquivística.net* [em linha]. vol. 2, nº 1 (2006), 85–103. [Consult. 26 Dezembro. 2012]

MONIZ, Gonçalo Canto - *O ensino moderno da arquitectura: a reforma de 57 e as Escolas de Belas-Artes em Portugal (1931-69)*. Coimbra: [s.n.], 2011

NELB, Tawny Ryan - Architectural records appraisal : Discussion of problems and strategies for the documenting Michigan architecture project. *The American archivist*. Vol. 59, nº 2 (1996), 228–239.

OLIVER, Paulo Roberto da Costa - *Projetos de ECM/BPM: Os Segredos da Construção*. Vol II.. 1ª ed. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2010

PEARCE-MOSES, Richard – *A Glossary of Archival and Records Terminology*. Society of Amer Archivists. 2005, p. 62.

PINTO, Manuela - *Gestão da informação e preservação digital: uma perspectiva portuguesa de uma mudança de paradigma* [Em linha]. Valência: Universitat Politècnica de València. [Consult 4.Janeiro. 2013]. Disponível em WWW:

<URL:<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/25380>.>

PORTUGAL. Direcção-Geral de Arquivos – *Orientações para a Descrição Arquivística*. [Em linha]. 2.^a v. Lisboa: DGARQ, 2007.[Consult. 06 Fev. 2013]. Disponível em WWW: <URL: <http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/oda1-2-3.pdf>>

PORTUGAL. Instituto Português da Qualidade – *NP 4041. Informação e Documentação. Terminologia arquivística: conceitos básicos*. Lisboa: IPQ, 2005

POSNER, Ernst - Some Aspects of Archival Development since the French Revolution. *The American Archivist*. Vol. 3, nº 3 (1940), 159–172.

RAMOS, Carlos. “Preâmbulo” in *VI Exposição Magna da Escola Superior de Belas Artes do Porto*, Porto, Escola Superior de Belas - Artes, 1957

REIS, Luís - *O arquivo e a arquivística: evolução histórica*. Biblios [Em linha]. Vol. 7, nº 24, 2006. [Consult. 10 Dez. 2012]. Disponível em WWW: <URL:<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=16172402>.>

RIBEIRO, Fernanda - A Arquivística como disciplina aplicada no campo da Ciência da Informação. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*. vol. 1, nº 1 (2011), 59–73.

RIBEIRO, Fernanda - *O acesso à informação nos arquivos*. Textos universitários de ciências sociais e humanas. Lisbon: Fundação Calouste Gulbenkian : Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003.

RIBEIRO, Fernanda. *Indexação e controlo de autoridade em arquivos*. Porto: Arquivo Histórico da Camara Municipal do Porto, 1996

RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugenia Matos - *Universidade do Porto: estudo orgânico-funcional: modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de informação Arquivo*. (2001): 695

RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach - *A teoria dos arquivos e a gestão de documentos* [Em linha], 2006. Disponível em WWW: <URL:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362006000100009.>

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol - *Os Fundamentos da Disciplina Arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SANTOS, Cândido dos - *Universidade do Porto: raízes e memória da Instituição*. Porto: UP, 1996

SCHELLENBERG, T. R. - *Modern archives : principles and techniques*. Chicago, Ill.: Society of American Archivists, 1996.

SILVA, Armando Malheiro da - Arquivologia e gestão da informação/conhecimento. *Informação & Sociedade: Estudos*. Vol. 9, nº 2 (2009), 47–52.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda - *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Edições Afrontamento, 1998.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. 2002 - *Das ciências documentais a ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento.

SILVA, Armando Mallheiro da - *A informação : da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Porto: Afrontamento, 2006.

SMIT, Johanna, W., Kobashi, Nair - *Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos*. São Paulo: Arquivo do Estado, 2003

THOMAS, Cristopher - A Historian's Experience of Architectural Collections. *The American Archivist*. Vol. 59, nº 2 (1996): 166–175.

Universidade do Porto 100 Anos - A Aula de Debuxo e Desenho (1779-1803) [Em Linha]. U. Porto 100. [Consult. 03 Mar. 2013]. Disponível em WWW: <URL:http://centenario.up.pt/ver_momento.php?id_momento=4>

VAN SCHREEVEN, William - Information Please: Finding Aids in State and Local Archival Depositories. *American Archivist*, vol. 5, nº 3, 1942

VIANA, Claudio Muniz - A organização da informação arquivística em arquivos de arquitetura do Nucleo de Pesquisa de Documentação da faculdade de Arquitetura e Urbanismo UFRJ. *Encontros Bibli*. Vol. 16 (2001), 23–39.

VIEIRA, João. *Documentos e arquivos de arquitectura: princípios, estratégias, metodologias e instrumentos de gestão: Conferência arquiteto Marques da Silva 2009*. Porto: Fundação Marques da Silva, 2010.

VILLANUEVA BAAZAN, Gustavo - *Manual de procedimientos tecnicos para archivos historicos de universidades e instituciones de educacion superior*. Puebla: Benemerita Universidad Autonoma De Puebla, 2002, 131 p.

Anexos

Anexo 1: Guião da Entrevista

APRESENTAÇÃO DO ENTREVISTADOR E DO MOTIVO DA ENTREVISTA

Boa Tarde, o meu nome é Cláudia Morais e sou aluna do Mestrado em Ciência da Informação. Estou a desenvolver o meu projeto de dissertação no Centro de Documentação de Urbanismo e Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, que tem como tema o “Estudo e Tratamento arquivístico de um acervo na área da arquitetura: os CODA (Concursos para Obtenção do Grau de Arquiteto) realizados na Escola de Belas Artes da Universidade do Porto.

Neste sentido, pretendo perceber de que forma e por que motivo é que os utilizadores acedem e utilizam a documentação reunida no CDUA (em especial o acervo relativo aos CODA), que tipo de informação procuram nos CODA e se os utilizadores acham que há instrumentos de acesso adequados para a pesquisa da informação com o intuito de potencializar o acesso á informação através da criação de instrumentos de acesso e, desta forma, melhorar o serviço prestado.

Se assentir, a entrevista será gravada para uma posterior análise.

Há alguma questão que queira colocar antes de iniciar a entrevista?

OBJETIVOS

Com a entrevista pretende-se recolher informação sobre as necessidades informacionais dos utilizadores e tentar perceber qual o tipo de informação que os utilizadores procuram nos CODA e o que acham dos instrumentos de acesso disponibilizados pelo CDUA.

Objetivo geral:

- Identificar as necessidades informacionais dos utilizadores dos CODA com vista á criação de mecanismos (instrumentos de acesso) adequados ás necessidades

tanto do Centro de Documentação de Urbanismo e Arquitetura da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto bem como dos seus utilizadores, com vista á potencialização do acesso á informação e consequente melhoria dos serviços prestados pelo CDUA.

Objetivos específicos:

- Perceber se os utilizadores têm a noção dos serviços e da informação disponibilizados no CDUA
- Conhecer a motivação para a consulta dos CODA
- Perceber qual a utilidade dos CODA
- Identificar o comportamento do uso da informação dos utilizadores da informação
- Identificar e caracterizar as necessidades e os interesses dos utilizadores da informação

DIVISÃO DA ENTREVISTA: A entrevista encontra-se dividida em três partes: a primeira parte destina-se a identificar o comportamento informacional; a segunda parte para identificar a perceção que os utilizadores têm do CDUA (dos serviços de oferecem, dos instrumentos de pesquisa disponíveis) e a terceira para apurar quais elementos informativos são passíveis de constituir pontos de acesso à informação.

Entrevista

- Nome;
- Idade;
- Habilitações Literárias;
- Profissão / Atividade

Comportamento e Necessidades Informacionais dos utilizadores

1. Onde costuma procurar informação em relação á sua área de atuação?

2. Habitualmente, quais os instrumentos de pesquisa que costuma utilizar na pesquisa de informação (catálogos, índices, guias, inventários)? Tem acesso a esses instrumentos aqui no CDUA?
3. Que tipo de informação costuma consultar no CDUA?
4. Para que finalidade consulta o(s) CODA?

Percepção dos Conhecimento que os utilizadores têm do CDUA

5. Considera a documentação que se encontra no CDUA da FAUP pertinente para o estudo da Arquitetura Portuguesa e Portuense?
6. De que forma teve conhecimento de que a informação que procurava se encontrava no CDUA?
7. Costuma encontrar a informação que procura no CDUA?
8. Com que frequência visita o CDUA
9. Como avalia os serviços oferecidos pelo CDUA?
10. Que serviços gostaria que o CDUA oferecesse?

Pontos de Acesso à Informação

11. Quando consulta o(s) CODA gostaria de saber informações sobre o(s) autor(es)? Que tipo de informação (biográfica/ profissional)?
12. Através de qual(ais) elemento(s) informativos gostaria de efetuar a sua pesquisa (nomes, datas, títulos, assuntos)?

Anexo 2: Descrição arquivística

Fundo Escola de Belas Artes do Porto (EBAP)

Ver descrição arquivística

Fundos EBAP - Escola de Belas Artes do Porto (Preliminar)

Zona de identificação

Código de referência

PT FAUP/CDUA EBAP

Título

Escola de Belas Artes do Porto

Data(s)

o 1911 - 1957 (Produção)

Nível de descrição

Fundos

Dimensão e suporte

[...]

Área de contextualização

Nome do produtor

EBAP

Entidade detentora

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

História do arquivo

O decreto de 26 de Maio de 1911 propôs-se reorganizar os serviços artísticos e arqueológicos e as escolas de Belas Artes. Foi então extinta a Academia Portuense de Belas Artes, da qual dependia uma escola de Belas Artes, permanecendo esta como organismo agora autónomo, com a designação de Escola de Belas Artes do Porto.

Em 1918, uma Comissão encarregada de reformar novamente o ensino artístico esteve na origem do decreto 5.053, que remodelou o ensino nas escolas de Belas Artes de Lisboa e Porto. Propôs-se ainda que o Museu Soares dos Reis ficasse pedagogicamente anexado à Escola de Belas Artes do Porto, e na dependência do seu Director.

Extinto o Conselho de Arte e Arqueologia em Março de 1932, o Museu ficaria transitoriamente sob administração da Escola, o que justifica que o seu arquivo ficasse integrado no desta. Seria definitivamente desligado da Escola de Belas Artes do Porto durante esse ano, assumindo o estatuto de Museu Nacional.

Em 1932, a criação do Conselho de Belas Artes do Porto, ligado à Academia Nacional de Belas Artes deixou alguma documentação neste sub-fundo.

Em 1950, a lei 2.043 de 10 Jul. propôs as bases da reorganização do ensino nas Escolas de Belas Artes de Lisboa e Porto. Apesar disso, o funcionamento da Escola no Porto manteve-se sensivelmente nos mesmos moldes até 14 de Novembro de 1957, data em que foram promulgados os Regulamentos das Escolas Superiores de Belas Artes.

«

Pontos de acesso

Ponto de acesso - nome

o EBAP (Produtor)

Zona do controlo da descrição

Identificador da descrição

PT EBAP

Identificador da instituição

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Estatuto

Preliminar

Nível de detalhe

Parcial

Datas de criação, revisão, eliminação

2013-04-20 (criação)
2013-06-20 (revisão)

Idioma(s)

o português

Fontes

REIMÃO, Rute; Cruz, Maria João - Inventário do Arquivo da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto: 1836-1957. Porto: FBAUP, 2000

Nota do arquivista

Responsável pela elaboração da descrição arquivística: Cláudia Morais

Instituição de arquivo

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Produtor(es)

o EBAP

Fundos

► Fundos EBAP - Escola de ...

Importar

o XML
o CSV

Exportar

o Dublin Core 1.1 XML
o EAD 2002 XML

Secção Curso de Arquitectura (CA)

Ver descrição arquivística

CA - Curso de Arquitectura (Preliminar)

Zona de identificação

Código de referência	PT FAUP/CDUA EBAP-CA
Título	Curso de Arquitectura
Data(s)	o 1911 - 1957 (Produção)
Nível de descrição	Subfundos
Dimensão e suporte	[...]

Área de contextualização

Nome do produtor	EBAP
Entidade detentora	Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
História do arquivo	<p>A partir de 1911, a Escola de Belas Artes do Porto é destinada ao ensino de desenho, arquitectura, pintura e escultura. Passaram então a ser regidos 6 cursos, entre os quais os curso Preparatório e Especial de Arquitectura Civil. É precisamente com a reforma de 1911 que a Arquitectura se afirma como curso independente.</p> <p>Com Reforma de 1950, a organização dos cursos regidos nas Escolas Superiores de Belas Artes (Arquitetura, Pintura e Escultura) é remodelada, adquirindo o estatuto de cursos superiores, ocorrendo assim uma aproximação da Escola de Belas Artes com o modelo universitário.</p> <p>Esta nova reforma obrigou à redefinição dos conteúdos das disciplinas já existentes, à criação de novas disciplinas bem como à implementação de novos métodos de trabalho.</p> <p>A matrícula com destino ao Curso de Arquitectura fica dependente de um exame de aptidão e o ensino passa a ser organizado em ciclos. O Curso de Arquitectura, com duração de seis anos, é distribuído por três ciclos: o 1º ciclo com duração de dois anos destina-se a "ministrar cultura geral superior e a desenvolver aptidão para os estudos de arquitectura" e integra algumas cadeiras lecionadas na Faculdade de Ciências; o 2º ciclo, de três anos, compreende disciplinas que facultam conhecimentos técnicos exigidos na construção; e, por último, o 3º ciclo, com duração de um ano, reserva-se à composição arquitetónica.</p> <p>«</p>

Zona de documentação associada

Unidades de descrição relacionadas	Esta secção continua a ser produzida na passagem EBAP-ESPAP, em 1957
------------------------------------	--

Pontos de acesso

Ponto de acesso - nome	o EBAP (Produtor)
------------------------	-------------------

Zona do controlo da descrição

Identificador da descrição	CA
Identificador da instituição	Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
Estatuto	Preliminar
Nível de detalhe	Parcial
Datas de criação, revisão, eliminação	2013-04-20 (criação) 2013-06-20 (revisão)
Idioma(s)	o português
Nota do arquivista	Responsável pela descrição arquivística: Cláudia Morais

Instituição de arquivo

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Produtor(es)

o EBAP

Fundos

◀ Show all

▼ Fundos EBAP - Escola de B...

► Subfundos CA - Curso de...

Importar

o XML
o CSV

Exportar

o Dublin Core 1.1 XML
o EAD 2002 XML

Série: CODA

Ver descrição arquivística

Séries CODA - Concurso para Obtenção do Diploma de Arquitecto (Preliminar)

Zona de identificação

Código de referência	PT FAUP/CDUA EBAP-CA-CODA
Título	Concurso para Obtenção do Diploma de Arquitecto
Data(s)	◉ 1911 - 1957 (Produção)
Nível de descrição	Séries
Dimensão e suporte	369 documentos textuais; 2000 desenhos técnicos e arquitetónicos Suportes: papel, cartolina, heliográfico, papel vegetal, amocê

Área de contextualização

Nome do produtor	EBAP
Entidade detentora	Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
História do arquivo	Os CODA foram custodiados pela ESBAP, onde em 1987 foram registados na Biblioteca, recebendo um número aleatório e sequencial e uma data de registo

Zona do conteúdo e estrutura

Âmbito e conteúdo	<p>Os CODA constituíam a prova final do Curso de Arquitectura da Escola de Belas Arte até à reforma de 1957 que instituiu os Relatórios de Estágio como trabalho de fim de curso. Após esta reforma, os CODA continuaram a ser realizados apenas por alunos que terminaram a parte curricular do curso de arquitetura antes da mesma e, por isso, os CODA continuaram a ser apresentados nos primeiros anos da aplicação da Reforma. Relativamente à sua constituição, os trabalhos CODA são compostos por documentação textual, desenhada e fotográfica. Este tipo de trabalho consiste num processo dividido em 2 partes: a parte escrita e a parte desenhada. A parte escrita reúne documentos tais como a memória descritiva e justificativa, o programa, cadernos de encargos, cartas, mapas de acabamentos e orçamentos. Relativamente às peças desenhadas, cada projeto pode ter um número variável de desenhos de projeto e, por vezes, também se verifica a existência de fotografias de maquete ou de obra.</p> <p>«</p>
-------------------	--

Zona de documentação associada

Unidades de descrição relacionadas	Esta serie continua a serie produzida na passagem EBAP-ESBAP
------------------------------------	--

Pontos de acesso

Ponto de acesso - nome	◉ EBAP (Produtor)
------------------------	-------------------

Zona do controlo da descrição

Identificador da descrição	CODA
Identificador da instituição	Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
Estatuto	Preliminar
Nível de detalhe	Parcial
Datas de criação, revisão, eliminação	2013-04-20 (criação) 2013-06-20 (revisão)
Idioma(s)	◉ português
Nota do arquivista	Responsável pela descrição arquivística: Cláudia Morais

Instituição de arquivo

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Produtor(es)

◉ EBAP

Fundos

◀ Show all

◀ Fundos EBAP - Escola de Bel...

▼ Subfundos CA - Curso de Arq...

► Séries CODA - Concurso p...

Importar

◉ XML

◉ CSV

Exportar

◉ Dublin Core 1.1 XML

◉ EAD 2002 XML

Documento Simples

Ver descrição arquivística

Item 063 - Uma igreja matriz (Preliminar)

Zona de identificação

Código de referência	PT FAUP/CDUA EBAP-CA-CODA-063
Título	Uma igreja matriz
Data(s)	1947-05-31 (Produção)
Nível de descrição	Item
Dimensão e suporte	1 pasta de cartolina (31x22x2cm, 79 p.); 10 desenhos técnicos e arquitetónicos (heliográfico).

Área de contextualização

Nome do produtor	Carneiro Júnior, António Soares (1911-02-06 - ?)
História biográfica	
Dados Pessoais	
Nacionalidade	Portuguesa
Local de Nascimento	S. Tiago de Custóias, Matosinhos
Pai	António Soares Carneiro
Mãe	Deolinda Maria de Jesus
Percurso Escolar	
Frequência na EBAP	1927/1947
Tirocínio	Tirocinou sob direcção de Mário Augusto Ferreira de Abreu, arquitecto diplomado pela Escola de Belas Artes do Porto, de 1941 a 1945.
Data de Requerimento do Diploma de Arquitecto	02/07/1947
Data do Diploma de Arquitecto	04/07/1947
Classificação do CODA	12 valores (suficiente) «
Entidade detentora	Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
História do arquivo	
Registo na ESBAP	
Número	485
Data	1987-07-13

Zona do conteúdo e estrutura

Âmbito e conteúdo	Projeto referente á construção de uma igreja matriz dentro da aldeia de Macedo de Cavaleiros. Constituído por:
Peças Escritas	
	<ul style="list-style-type: none"> Memória (2 p.); Caderno de Encargos (31 p.); Medições (14 p.); Preços Simples (3 p.); Preços Compostos (19 p.); Orçamento (10 p.).

Instituição de arquivo

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Produtor(es)

Carneiro Júnior, António Soares

Fundos

- Show all
- Fundos EBAP - Escola de ...
- Subfundos CA - Curso de ...
- Séries CODA - Concurso ...

...

Item 059 - Um prédio d...

Item 060 - Uma casa d...

Item 061 - Pavilhão da...

Item 062 - Uma moradi...

Item 063 - Uma igreja ...

Item 064 - [Parque des...

Item 066 - Estudo do pr...

Item 065 - Bloco de ha...

Item 067 - Uma habitaç...

...

importar

- XML
- CSV

Exportar

- Dublin Core 1.1 XML
- EAD 2002 XML

	Peças Desenhadas <ul style="list-style-type: none"> ◦ Implantação do edifício (escala 0,005 pm); ◦ 1) Planta de Fundações, Planta da Nave e Planta ao nível do côro (escala 0,01 pm); ◦ 2) Alçado principal, Alçado lateral esquerdo, Alçado posterior e Alçado lateral direito; ◦ Alçado Principal, Pormenor da nave (escala 0,02 pm); ◦ 3) Corte transversal e Corte longitudinal; ◦ Corte transversal (escala 0,02 pm); ◦ 4) Pormenores de cantaria: porta principal e torre (escala 0,025 pm); ◦ 5) Pormenores de cantaria: Pormenores de cantaria: janela do côro, janela do batisfério, janela da capela-mór e da janela da nave (escala 0,025 pm); ◦ 7) Pormenores de carpintaria: portas do guarda vento, portas do altar-mór e portas da sacristia e WC (escala 0,05 e tamanho natural). ◦ 8) Pormenores de carpintaria: porta principal e portas laterais (nave) (escala 0,05 e tamanho natural).
--	--

Zona de condições de acesso e utilização

Idioma do material	◦ português
Características físicas e requisitos técnicos	Estado de Conservação: Bom

Zona de notas

Nota	Projeto Assinado
------	------------------

Pontos de acesso

Pontos de acesso - assunto	◦ igreja
Pontos de acesso - lugares	◦ Maçedo de Cavaleiros, Bragança, Portugal
Ponto de acesso - nome	◦ Carneiro Júnior, António Soares (Produtor)

Zona do controlo da descrição

Identificador da descrição	PT FAUP 063
identificador da instituição	Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
Regras ou convenções utilizadas	ISAD (G); ISAAR (CPF)
Estatuto	Preliminar
Nível de detalhe	Parcial
Datas de criação, revisão, eliminação	◦ 2013-04-30 (Criação)
Idioma(s)	◦ português
Nota do arquivista	Responsável pela descrição arquivística: Cláudia Santos Pires de Moraes

Anexo 3: Listas de Autoridade

- Lista de Autoridade: Assuntos

ADEGA TE adega cooperativa
ADEGA COOPERATIVA TG adega
Aerogare USE TERMINAL DE PASSAGEIROS
ALBERGUE TG equipamento de Assistência TE albergue para reformados
Asilo USE casa de repouso TG equipamento de assistência
ASSENTO DE LAVOURA NE Refere-se ao conjunto principal de edificações destinadas a habitação, alojamento dos animais, armazenagem de fatores de produção e outros edifícios relacionados com a exploração agro-pecuária. TG equipamento agrícola

<p>BAIRRO</p> <p>TG espaço urbano</p> <p>TE bairro de pescadores</p> <p>TE bairro económico</p>
<p>BAIRRO DE PESCADORES</p> <p>UP bairro piscatório</p> <p>TG espaço urbano</p>
<p>BAIRRO ECONÓMICO</p> <p>TG espaço urbano</p>
<p>Bairro piscatório</p> <p>USE BAIRRO DE PESCADORES</p> <p>TG espaço urbano</p>
<p>BANCO</p> <p>TG equipamento comercial</p>
<p>BIBLIOTECA</p> <p>TG equipamento cultural</p>
<p>BLOCO DE HABITAÇÕES</p> <p>UP bloco residencial</p> <p>TG habitação</p>

Bloco residencial USE BLOCO DE HABITAÇÕES TG habitação
CAPELA TG equipamento religioso
CASA TG habitação TE casa de férias TE casa de trabalho
CASA DE FÉRIAS TG casa
CASA DE OFICIAIS TG equipamento militar
CASA DE REPOUSO UP ASILO TG equipamento de assistência
CASA DE TRABALHO TG casa
CASINO

TG equipamento comercial
CENTRAL HIDROELÉCTRICA TG equipamento industrial
Central leiteira
CENTRO COMERCIAL TG edificio comercial
CENTRO RECREATIVO TG equipamento de lazer
CINEMA TG equipamento cultural TR cine-teatro
CINE-TEATRO TG equipamento cultural TR cinema
CLUBE DESPORTIVO TE Futebol Clube do Porto
COLÉGIO TG equipamento escolar

DISPENSÁRIO
TG equipamento de saúde
EQUIPAMENTO AGRÍCOLA
TE assento de lavoura
TE grémio de lavoura
EQUIPAMENTO DE ASSISTÊNCIA
TE asilo
TE albergue
EQUIPAMENTO COMERCIAL
TE banco
TE casino
TE centro comercial
TE hotel
TE mercado
TE pousada
TE restaurante
EQUIPAMENTO CULTURAL
TE biblioteca
TE cine-teatro

TE cinema
TE museu
TE pavilhão de exposição
EQUIPAMENTO DE SAÚDE
TE dispensário
TE maternidade
EQUIPAMENTO DESPORTIVO
TE estádio
TE parque desportivo
EQUIPAMENTO ESCOLAR
TE colégio
TE jardim-de-infância
TE escola de ensino doméstico
TE escola industrial
TE escola primária
TE escola secundária
TE internato
EQUIPAMENTO INDUSTRIAL
TE central hidroeléctrica
TE fábrica

TE matadouro
EQUIPAMENTO DE INVESTIGAÇÃO
TE laboratório
EQUIPAMENTO DE LAZER
TE parque infantil
TE pavilhão de festas
EQUIPAMENTO MILITAR
TE quartel
TE casa de oficiais
EQUIPAMENTO RELIGIOSO
TE capela
TE igreja
EMISSORA DE RÁDIO
TE Emissora Regional do Norte
ESCOLA DE ENSINO DOMÉSTICO
TG equipamento escolar
ESCOLA INDUSTRIAL
TG equipamento escolar
ESCOLA PRIMÁRIA

TG equipamento escolar
ESCOLA SECUNDÁRIA
TG equipamento escolar
ESPAÇO URBANO
TE bairro
TE cidade satélite
ESTÁDIO
TG equipamento desportivo
TR clube desportivo
FÁBRICA
TG equipamento industrial
TE fábrica de cerveja
TE fábrica de seda
TE fábrica de tapetes
TE fábrica de tecidos
FÁBRICA DE CERVEJA
TG fábrica
FÁBRICA DE SEDA
TG fábrica

TE Companhia Portuguesa de Seda Artificial
FÁBRICA DE TAPETES TG fábrica
FÁBRICA DE TECIDOS TG fábrica
HABITAÇÃO TE bloco de habitações TE casa TE moradia TE prédio de rendimento TE vivenda
HOSPITAL TG equipamento de saúde TE hospital
HOTEL TG equipamento comercial
IGREJA TG equipamento religioso
Imóvel de rendimento

<p>USE PRÉDIO DE RENDIMENTO</p> <p>TG habitação</p>
<p>INTERNATO</p> <p>TG equipamento escolar</p>
<p>JARDIM DE INFÂNCIA</p> <p>UP creche</p> <p>TG equipamento escolar</p>
<p>LABORATÓRIO</p> <p>TG equipamento de investigação</p>
<p>MATERNIDADE</p> <p>TG hospital</p>
<p>MERCADO</p> <p>TG equipamento comercial</p> <p>TE mercado municipal</p>
<p>MERCADO MUNICIPAL</p> <p>TG mercado</p>
<p>MORADIA</p> <p>TG habitação</p>
<p>MUSEU</p>

TG equipamento cultural
PARQUE INFANTIL TG equipamento de lazer
PAVILHÃO DE EXPOSIÇÃO TG equipamento cultural TE pavilhão das ilhas adjacentes
PAVILHÃO DE FESTAS TG equipamento de lazer
PISCINA PRAIA TG equipamento turístico
POSTO RODOVIÁRIO TG equipamento de transportes
POUSADA TG equipamento comercial
PRÉDIO DE RENDIMENTO TG habitação UP imóvel de rendimento
QUARTEL TG equipamento militar

RESTAURANTE
TG equipamento comercial
TERMINAL DE PASSAGEIROS
UP aerogare
VIVENDA
TG habitação

- Lista de Autoridade: Locais

Açores, Portugal
África
Águeda, Portugal
Algarve, Portugal
Alto Minho, Portugal
Amarante, Portugal
Amares, Portugal
Anadia, Aveiro, Portugal

Angola
Arcozelo, Portugal
Avenida Marechal Gomes da Costa, Porto, Portugal
Barcelos, Portugal
Barroselas, Viana do Castelo, Portugal
Bragança, Portugal
Cacia, Aveiro, Portugal
Carvalhido, Porto, Portugal
Cascais, Portugal
Castanheira, Paredes de Coura, Portugal
Castelo de Paiva, Portugal
Coimbra, Portugal
Covilhã, Portugal
Espinho, Portugal
Estoril, Portugal

Évora, Portugal
Figueira da Foz, Portugal
Funchal, Portugal
Guarda, Portugal
Guimarães, Portugal
Lagos, Portugal
Lamego, Portugal
Leça da Palmeira, Portugal
Leiria, Portugal
Lisboa, Portugal
Lousada, Felgueiras, Portugal
Luanda, Angola
Maçedo de Cavaleiros, Bragança, Portugal
Mafra, Portugal
Meleça, Sintra, Portugal

Minho, Portugal
Miramar, Vila Nova de Gaia, Portugal
Mirandela, Portugal
Oliveira do Douro, Portugal
Parede, Cascais, Portugal
Penafiel, Portugal
Peso da Régua, Portugal
Porto, Portugal
Póvoa de Varzim, Portugal
Praça de D. Afonso V, Porto, Portugal
Rua 31 de Janeiro, Guarda, Portugal
Rua de Costa Cabral, Porto, Portugal
Rua de Dias Galvão, Guimarães, Portugal
Rua do Cunha, Porto, Portugal
Rua Pereira Reis, Porto, Portugal

S. Mamede de Infesta, Portugal
S. Miguel de Creixomil, Portugal
Santo Tirso, Portugal
São Gregório, Portugal
São Lourenço do Douro, Porto
Serra da Estrela, Portugal
Serra do Caramulo, Portugal
Serra do Marão, Portugal
Sesimbra, Portugal
Tábua, Coimbra, Portugal
Tejo, Portugal
Tomar, Portugal
Torres Vedras, Portugal
Trás-os-Montes, Portugal
Vale de Cambra, Portugal

Vigo, Espanha
Vila de Rei, Portugal
Vila Nova de Foz Côa, Portugal
Vila Nova de Gaia, Portugal
Viseu, Portugal